



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO E DOUTORADO PROFISSIONAL

SARA VITÓRIA SOUSA DA COSTA

**GÊNERO, POLÍTICA E ENSINO DE HISTÓRIA: ELEMENTOS
DA TRAJETÓRIA POLÍTICA DE LIA VARELA EM SÃO LUÍS DO
MARANHÃO (1970-1990)**

São Luís -2026

Uema

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO E DOUTORADO PROFISSIONAL

GÊNERO, POLÍTICA E ENSINO DE HISTÓRIA: ELEMENTOS DA TRAJETÓRIA
POLÍTICA DE LIA VARELA EM SÃO LUÍS DO MARANHÃO (1970 a 1990)

SARA VITÓRIA SOUSA DA COSTA

São Luís - MA

2026

SARA VITÓRIA SOUSA DA COSTA

**GÊNERO, POLÍTICA E ENSINO DE HISTÓRIA: ELEMENTOS DA TRAJETÓRIA
POLÍTICA DE LIA VARELA EM SÃO LUÍS DO MARANHÃO (1970 a 1990)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual do Maranhão, para obtenção do título de Mestre.

Orientador/a: Prof(a). Dr(a). Lidianne Elizabete Friderichs.

São Luís - MA

2026

Costa, Sara Vitória Sousa da.

Gênero, política e ensino de história: elementos da trajetória política de Lia Varela em São Luís do Maranhão (1970 a 1990) / Sara Vitória Sousa da Costa. – São Luís, 2026.

123f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST), Universidade Estadual do Maranhão, 2026.

Produto Educacional da Dissertação: Documentário: Elementos da trajetória de Lia Varela. Disponível em:

https://youtu.be/EkRoSk1TyKY?si=tYbSXijEsk_v5MGs.

Orientação da Profa. Dra. Lidiane Elizabete Friderichs.

1. Ensino de História. 2. Documentário. 3. Lia Varela. 4. Gênero. I. Título.

CDU 93/94:371.333:305-055.2(812.1)

Elaborada por Rosiene Santos - CRB 13/837

SARA VITÓRIA SOUSA DA COSTA

**GÊNERO, POLÍTICA E ENSINO DE HISTÓRIA: ELEMENTOS DA TRAJETÓRIA
POLÍTICA DE LIA VARELA EM SÃO LUÍS DO MARANHÃO (1970 a 1990)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual do Maranhão, para obtenção do título de Mestre.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



LIDIANE ELIZABETE FRIDERICHS

Data: 27/07/2026 15:13:34-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Lidiane Elizabete Friderichs (Orientadora)

(PPGHIST/UEMA)

Documento assinado digitalmente



MICHELLY PEREIRA DE SOUSA CORDÃO

Data: 24/07/2026 04:04:10-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Michelly Pereira de Sousa Cordão (Examinadora Externa)

(PPGH/UFCG)

Documento assinado digitalmente



MONICA PICCOLO ALMEIDA CHAVES

Data: 27/07/2026 14:00:58-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Monica Piccolo Almeida Chaves (Examinadora Interna)

(PPGHIST/UEMA)

Documento assinado digitalmente



CARINE DALMAS

Data: 27/07/2026 12:32:55-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Carine Dálmas (Examinadora Interna)

(PPGHIST/UEMA)

São Luís - MA

2026

À minha mãe Maria Ivagna, minha melhor amiga e pilar de força,
que sempre acreditou em mim e me apoiou em cada passo. Sua
amizade, amor e empatia me inspiram a ser uma pessoa melhor.
Obrigado por ser minha fonte de luz nos momentos mais difíceis.
Te amo!

AGRADECIMENTOS

Dos livros, monografias, dissertações e teses que já tive o prazer e a oportunidade de ler, este lugar dedicado aos agradecimentos sempre me fez questionar se ele de fato deveria ter essa nomenclatura. Ora, essa dúvida sempre me recorreu pelo fato de que todos os agradecimentos lidos até então carregam uma atmosfera de desabafo, diário ou sessão terapêutica da trajetória pela qual aquele ou aquela escritora passou durante a escrita, seja ela acadêmica ou literária; tal atmosfera é como se fugisse do verbo agradecer. Adianto que não reclamo, muito pelo contrário: eu até gosto, pois sempre gostei de ouvir o outro. Entender como se passou o processo de escrita dos meus colegas me ajuda — e me ajudou muito quando, em diversas vezes durante o meu solitário processo de escrita, duvidei que conseguiria concluir meus inúmeros textos de artigos, monografia e, agora, uma dissertação.

Mas talvez haja uma explicação para isso, e ela é simples: a atmosfera do desabafo faz com que emaranhemos o verbo agradecer no substantivo agradecimento, e isso nos deixa à vontade no divã pós-escrita, analisando como foi uma caminhada intensa, desafiadora e difícil. Graças a inúmeras mãos, abraços, ombros, palavras, risadas, choros, vontades de desistir e à ânsia de vencer mais uma etapa, focamos em alimentar nosso agradecimento em desabafo, esvaziando o peito e a mente com aqueles que estiveram ao nosso lado. Sendo assim, inicio meus agradecimentos embebida de desabafos.

O primeiro deles vai para o meu Deus. Nascida em um lar cristão e nada conservador (sim, existe, e minha família é a prova viva disso), acreditando em um ser muito maior diante daquilo que pedimos e pensamos, recorri muito a Ele quando, em momentos difíceis, não sabia o que fazer. Em outros em que sabia o que fazer, mas não sabia como começar; e ainda quando conquistava a escrita de um ou dois capítulos, agradecia e desabafava o quanto estava difícil, questionando-O se eu iria conseguir. Ora, se tenho fé em um Deus, por que eu duvidava? Talvez você que está lendo isso esteja se perguntando, mas eu respondo: eu sou humana e a humanidade tem suas falhas. Toda honra e toda glória sejam dadas a Ele.

Agradeço também à minha mãe, Maria Ivagna, mulher de raça, de muita fé, que por diversas vezes em que eu desacreditei, chorei e quis desistir, acreditou em mim e

ainda me dava uma lição sobre o quanto eu enxergava o horizonte fragmentado, lembrando-me de que, para nós, mulheres, o horizonte é um caleidoscópio. Muito obrigada, mãe, sou muito grata por ter você em minha vida.

Agradeço à minha filha, Andréia Luísa, que na sua fase mais linda, que é a infância, me fez sorrir, brincar, aprender e validar meu lugar diante de problemas que queriam me invalidar enquanto mulher e mãe.

Agradeço a Charles Felipe, pela paciência quando eu não tive, pelo silêncio quando eu explodia e pela parceria quando quis matá-lo (*risos*). Obrigada pelos momentos em que me levou para sair e desanuviar a mente e por, mesmo com seu jeito introspectivo, ter me acolhido com tanto cuidado em todos os momentos. Obrigada por não desistir de mim.

Agradeço à minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Lidiane Friderichs, pela acolhida desde que ingressei no Programa de Pós-Graduação, pelas indicações de leituras, pelas correções e pela paciência. Muito obrigada! Admiro muito você.

Agradeço também à minha amiga — arrisco dizer uma das poucas melhores amigas que eu pude ter na vida e que a pós-graduação me deu de presente —, Miriellem Barbosa. Muitíssimo obrigada por ouvir meus áudios de quase seis minutos de desabafo; por estarmos juntas, quase beirando o manicômio, mas uma ajudando a outra a não desistir. Obrigada pela acolhida na sua casa das vezes em que precisei sair de São Luís para a sua residência, em Itapecuru, para que juntas trabalhássemos na fabricação do Produto Educacional, e, sobretudo, pelo carinho dos seus pais comigo. Que Deus abençoe vocês hoje e sempre.

Agradeço aos meus amigos da turma 2024.1 de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST) e a todos os professores que nos auxiliaram ao longo dessa jornada. A troca, a aprendizagem, a acolhida e o profissionalismo foram impecáveis e com retornos excepcionais.

Agradeço à minha amiga Juliana Lima, psicóloga, que em muitas e muitas vezes precisou me ouvir chorar e desabafar e, sempre muito calma e serena, me acalantou em dias cinzas. Muito obrigada.

Agradeço também aos que, nessa caminhada, precisaram cortar laços comigo. Não me interessa o motivo, mas saibam que valeu demais; assim eu pude entender que há momentos na vida em que menos é mais, e, se não for para somar, peso morto não vale nada!

Com isso, encerro meus agradecimentos com a mesma atmosfera de inúmeros outros que já tive a oportunidade de ler: a do desabafo.

RESUMO

A presente dissertação investiga as interseções entre gênero e política por meio dos elementos da trajetória política de Lia Varela em São Luís (MA), abrangendo o recorte temporal de 1970 a 1990. Examina-se sua atuação na Câmara Municipal e na Prefeitura ludovicense, evidenciando os desafios da representatividade feminina sob a égide da ditadura civil-militar. O trabalho culmina na elaboração de um documentário didático, proposto como Produto Educacional para o ensino de História, visando problematizar as categorias de memória e política em sala de aula. A análise fundamenta-se na biografia de Lia Varela como vetor de compreensão das disparidades de gênero, discutindo o uso de fontes audiovisuais como estratégia para fomentar uma consciência histórica crítica, plural e comprometida com a visibilidade das agências femininas.

Palavras-chave: Ensino de História; Documentário; Lia Varela; Gênero.

ABSTRACT

This study analyzes gender and power relations through the political trajectory of Lia Varela in the public life of São Luís between the 1970s and 1990s. The research examines her role in different institutional spaces, especially in the City Council and the City Hall of São Luís, within a context marked by the low participation of women in positions of power during the Brazilian civil-military dictatorship. As an Educational Product, the study proposes the development of a documentary aimed at History teaching, conceived as a pedagogical tool to reflect on memory, politics, and gender. The investigation is based on three central axes: Lia Varela's trajectory as an expression of gender and power relations; her political leadership in the Maranhão political scene; and the potential of the documentary to promote a critical and non-sexist historical education focused on valuing women's protagonism and fostering students' historical consciousness.

Keywords: History Teaching; Documentary; Educational Product; Lia Varela; Gender

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Imagem de Lia Varela no cenário ludovicense	60
Figura 2. Presidência e atuação de Lia Varela na Câmara de São Luís	64
Figura 3. Projeto de Lei de autoria de Lia Varela sobre “civismo” nas escolas	65
Figura 4. Mensagem da Prefeitura de São Luís a Presidência da Câmara de Vereadores sobre a criação da Secretaria de Urbanismo	67
Figura 5. Rosa Maria Varela, irmã de Lia Varela, durante entrevista no documentário	90
Figura 6. Domingo Bispo, ex-assessor, em depoimento no documentário sobre Lia Varela	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Vereadoras de São Luís por legislatura (1948-1992).....	68
Tabela 2 – Trajetória política de Lia Varela e objetivos pedagógicos do documentário educacional.....	71
Tabela 3 - Elementos da trajetória política de Lia Varela e sua contribuição para a construção de uma consciência histórica crítica.....	93
Tabela 4 - Produto educacional didático referente ao uso do documentário como ferramenta pedagógica no ensino de História.....	99

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BSH	Programa Brasil sem Homofobia
COLINA	Comando de Libertação Nacional
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
FBPF	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
IFMA	Instituto Federal do Maranhão
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PDS	Partido Democrático Social
PNPMM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PPR	Partido Progressista Reformador
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UVB	União dos Vereadores do Brasil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 - GÊNERO, POLÍTICA E TRAJETÓRIA: PERCURSOS E DISPUTAS NO ESPAÇO PÚBLICO	20
1.1 Inserção política das mulheres no Brasil do século XX	20
1.2 A história das mulheres como ferramenta educativa	29
1.3 Estratégias pedagógicas para abordar gênero em sala de aula	42
CAPÍTULO 2 - A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE LIA VARELA NO CENÁRIO LUDOVICENSE COMO FERRAMENTA DE CONSTRUÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA	56
2.1 Origens, Família e Formação: O Capital Cultural de Lia Varela	56
2.2 A gestão municipal de Lia Varela: Desafios em tempos de ditadura (Historiografia sobre ditadura no maranhao/sao luis).....	73
CAPÍTULO 3 - LIA VARELA EM TELA: O DOCUMENTÁRIO COMO RECURSO PEDAGÓGICO PARA A VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE MARANHENSE NA EDUCAÇÃO BÁSICA.	87
3.1 Potencialidades e desafios no uso de ferramentas audiovisuais no ensino de História	98
3.2 Estímulos didáticos e aulas de história: documentário como produto educacional	103
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
FONTES.....	117
FONTES ORAIS:	117
FONTES DOCUMENTAIS:.....	117
REFERÊNCIAS.....	118

INTRODUÇÃO

A condição das mulheres brasileiras na contemporaneidade é resultado de uma complexa interação de fatores sociais, econômicos, culturais e políticos. Entretanto, é importante reconhecer que essa realidade não é homogênea, variando de acordo com elementos como localização geográfica, classe social, raça/etnia e orientação sexual. No Brasil, a violência de gênero ainda constitui um problema significativo, manifestando-se por meio da violência doméstica, do assédio sexual, do estupro e do feminicídio. Apesar da existência de legislações específicas, como a Lei Maria da Penha, tais práticas persistem e revelam a permanência de estruturas sociais marcadas por desigualdades de gênero.

Além disso, a participação política feminina permanece limitada, mesmo diante de políticas afirmativas voltadas à ampliação da presença das mulheres nos espaços de poder. A desigualdade de renda também se mantém como uma realidade, uma vez que mulheres frequentemente recebem salários inferiores aos dos homens em funções equivalentes, além de estarem mais presentes em postos de trabalho informais e precarizados. No campo da saúde, persistem desafios relacionados ao acesso a serviços adequados, refletidos em indicadores como mortalidade materna e gravidez na adolescência. A discussão sobre direitos reprodutivos, incluindo o acesso ao aborto seguro, permanece objeto de intenso debate social e político no país.

No campo educacional, embora tenha havido avanços nas taxas de escolarização feminina, ainda são observadas disparidades, especialmente em áreas rurais e entre diferentes grupos sociais. Paralelamente, movimentos feministas e organizações sociais têm desempenhado papel fundamental na luta por igualdade de gênero, atuando na denúncia de violências e na promoção de políticas públicas voltadas à garantia de direitos.

Nesse contexto mais amplo, a história das mulheres na política brasileira revela trajetórias frequentemente marcadas por silenciamentos, resistências e processos de reinvenção. Em um cenário historicamente dominado por lideranças masculinas, as mulheres que ocuparam espaços de poder enfrentaram diversas barreiras estruturais, mas também desenvolveram estratégias de inserção e transformação social. É nesse horizonte que se insere a trajetória de Lia Rocha Varela, cuja atuação pública constitui objeto central desta pesquisa.

Lia Rocha Varela nasceu em 25 de abril de 1934, na cidade de São Luís, Maranhão, e destacou-se como educadora, advogada e agente política ao longo de sua trajetória. Entre as décadas de 1970 e 1990, período marcado por profundas transformações políticas no Brasil que incluem os anos finais da ditadura civil-militar e o processo de redemocratização, Lia Varela ocupou posições relevantes no cenário político ludovicense. Ela foi a primeira mulher a presidir a Câmara Municipal de São Luís e assumiu interinamente a Prefeitura da capital maranhense, tornando-se a primeira mulher a ocupar esse cargo na história do município.

Ao longo de sua trajetória política, Lia Varela filiou-se em diferentes legendas partidárias, dentre elas a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), entre os anos de 1967 e 1980; o Partido Democrático Social (PDS), de 1980 a 1993; o Partido Progressista Reformador (PPR), de 1993 a 1995; o Partido Progressista Brasileiro (PPB), de 1995 a 2004; e o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) de 2004 a 2010.

Nota-se que a maioria dos partidos pelos quais Lia Varela esteve filiada localiza-se no campo da centro-direita, o que reflete um posicionamento alinhado ao pragmatismo político e à acomodação institucional, característico de lideranças que transitavam pelas esferas de apoio ou tolerância ao regime. Essa atuação, por vezes marcada por ambiguidades na definição doutrinária, permitia a convivência de posições conservadoras na articulação partidária com posturas de forte apelo social em seu mandato parlamentar. Sua atividade política esteve fortemente associada à defesa da educação como instrumento de transformação social e formação crítica. Ao longo de sua trajetória, Lia Varela articulou práticas pedagógicas e ação legislativa, reafirmando o papel do ensino como ferramenta de conscientização e participação cidadã. Nesse sentido, compreender seu percurso permite analisar de que maneira educação, política e construção de identidades sociais se entrelaçam no contexto histórico brasileiro. (aqui foi feita a correção da palavra repressão por recessão)

Outro aspecto relevante diz respeito à questão racial em sua trajetória. Algumas fontes contemporâneas, como produções jornalísticas e registros de memória, referem-se a Lia Varela como uma mulher negra que ocupou posições de destaque na política brasileira, sendo inclusive mencionada como a primeira mulher negra a assumir a prefeitura de uma capital no país, ainda que interinamente. Entretanto, é necessário considerar que, no contexto das décadas de 1970 e 1980, as discussões

públicas sobre identidade racial eram atravessadas por fortes tensões, especialmente em razão da persistência do chamado “mito da democracia racial”, segundo o qual o Brasil seria uma sociedade livre de racismo.

Nesse período, embora o movimento negro já estivesse em processo de reorganização e fortalecimento, especialmente a partir do final da década de 1970, a autodeclaração racial nem sempre era assumida de maneira explícita por indivíduos que ocupavam espaços institucionais de poder. Assim, nesta pesquisa, a referência a Lia Varela como mulher negra é apresentada a partir de interpretações historiográficas e de registros posteriores que ressaltam essa dimensão identitária, sem que necessariamente exista documentação explícita indicando sua autodeclaração pública nesse sentido durante o período analisado. Tal questão será discutida ao longo do trabalho, considerando também possíveis evidências de discriminação racial ou de tensionamentos relacionados à sua presença na política local.

A análise da atuação de Lia Varela será orientada por uma perspectiva de gênero que problematiza as estruturas patriarcais e as relações de poder presentes na sociedade brasileira. O campo de pesquisa sobre trajetórias femininas na política tem se expandido significativamente nos últimos anos, especialmente no que diz respeito à recuperação de experiências de lideranças regionais frequentemente ausentes das narrativas historiográficas tradicionais. Nesse cenário, a trajetória de Lia Varela emerge como um exemplo significativo de protagonismo feminino em um espaço historicamente marcado pela predominância masculina.

Estudar sua trajetória entre as décadas de 1970 e 1990 permite compreender não apenas os desafios enfrentados por mulheres que buscaram inserção na política institucional, mas também os modos pelos quais essas experiências podem contribuir para ampliar as narrativas sobre gênero, poder e participação política no Brasil. Dessa forma, este trabalho se justifica pela necessidade de dar visibilidade a histórias ainda pouco exploradas, contribuindo para a construção de uma historiografia mais plural e inclusiva.

A partir dessa perspectiva, esta dissertação tem como eixo central a análise das relações entre gênero, poder e ensino de História a partir da trajetória política de Lia Varela na vida pública ludovicense. Busca-se compreender como sua presença no espaço político contribuiu para tensionar estruturas de poder historicamente excludentes e de que maneira sua atuação possibilitou debater e problematizar no

campo educacional a participação das mulheres no mundo político partidário.

Além disso, investigar a experiência de Lia Varela é relevante para compreender os vínculos entre prática política e atuação docente, e como essas esferas se articulam na formação crítica de sujeitos históricos. Ao analisar sua trajetória, espera-se também fomentar o debate sobre a presença e o impacto das mulheres nos espaços de poder e no campo educacional, especialmente em regiões periféricas às grandes metrópoles. Nesta perspectiva, surge a indagação: Como a trajetória política de Lia Varela expressa as relações entre gênero e política e como elas podem ser abordadas no ensino de História? De que maneira sua atuação pode contribuir para a formação de uma consciência crítica sobre o passado e para a ampliação da participação feminina no espaço político? A partir dessas indagações, esta pesquisa tem como objetivo analisar a trajetória política de Lia Varela e suas contribuições para o debate sobre gênero, educação e participação política.

Como desdobramento da pesquisa, pretende-se também elaborar um produto educacional voltado ao ensino de História no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio. Esse produto consiste em um conjunto de propostas didáticas organizadas a partir de um documentário sobre a vida e trajetória de Lia Varela, visando estimular reflexões sobre a participação das mulheres na política maranhense e brasileira. Por meio da utilização de fontes audiovisuais, entrevistas e atividades reflexivas, o material busca promover uma leitura crítica da história de Lia Varela na política maranhense, contribuindo para o reconhecimento do protagonismo feminino nas lutas por direitos e representatividade, bem como, busca compreender suas alianças e posicionamentos partidários ao longo de sua trajetória política.

As fontes utilizadas na pesquisa incluem documentos institucionais, reportagens de época, registros de sessões legislativas, entrevistas e materiais audiovisuais como Atas, Projetos de Leis e Decretos fotografados no Arquivo da Câmara Municipal de São Luís; bem como entrevistas registradas para a elaboração do documentário.

A fundamentação teórica se ancora nos estudos de gênero, história pública e interseccionalidade, dialogando com autoras como *Joan Scott*, *Bell Hooks* e *Heleieth Saffioti*, entre outras, além de obras sobre o ensino de História e política no Brasil. Assim, a proposta articula pesquisa acadêmica e prática pedagógica, promovendo uma abordagem mais plural, crítica e inclusiva da História ensinada em sala de aula.

Este trabalho está organizado em três capítulos, que se articulam para investigar as relações entre gênero e política a partir da trajetória política de Lia Varela em São Luís do Maranhão, entre as décadas de 1970 e 1990, e como essas relações podem ser debatidas e analisadas no ensino de história. O capítulo 1 apresenta uma visão holística dos principais conceitos e teorias que fundamentam a discussão sobre gênero, bem como uma análise das relações entre gênero e poder no contexto brasileiro. Também é discutida a participação política das mulheres ao longo do século XX, com destaque para os desafios enfrentados e as conquistas obtidas.

O capítulo 2, intitulado "A trajetória política de Lia Varela no cenário ludovicense como ferramenta de construção de uma consciência histórica", dedica-se à análise da atuação de Lia Varela no contexto político de São Luís, destacando seu protagonismo em um período marcado por tensões sociais e políticas decorrentes da ditadura civil-militar. O objetivo é compreender como sua trajetória contribuiu para a formação de uma consciência histórica crítica, especialmente no que diz respeito à participação feminina na política.

A análise do documentário como recurso pedagógico no ensino de História permite compreender sua relevância na construção de novas abordagens didáticas. Ao contextualizar o documentário dentro da literatura especializada, é possível evidenciar o papel desse recurso audiovisual como ferramenta de reflexão crítica sobre as relações entre política, sociedade e cultura.

No caso específico da representação de Lia Varela, observa-se a necessidade de uma análise crítica que considere as dimensões de gênero e de política, de modo a compreender em que medida a narrativa apresentada reforça ou desafia estereótipos ainda presentes na sociedade brasileira. Essa discussão contribui para ampliar a reflexão acerca da presença feminina na política e das formas como essa participação tem sido retratada em diferentes suportes discursivos. Além disso, a eficácia do documentário como instrumento didático deve ser avaliada a partir de sua capacidade de dialogar com novas práticas metodológicas no ensino de História, valorizando a diversidade de fontes e linguagens.

Essa perspectiva reforça a importância de integrar materiais audiovisuais às estratégias pedagógicas, possibilitando o desenvolvimento do pensamento crítico e da autonomia intelectual dos estudantes. Nesse sentido, emergem questões fundamentais: de que maneira o documentário aborda as relações entre política e

gênero na educação brasileira? Quais limites, avanços e possibilidades se colocam para o uso desse recurso didático no ensino de história? Tais problemáticas norteiam a análise, permitindo examinar o potencial do documentário como uma ferramenta significativa para o ensino e para a construção de uma consciência histórica mais ampla.

CAPÍTULO 1 - GÊNERO, POLÍTICA E TRAJETÓRIA: PERCURSOS E DISPUTAS NO ESPAÇO PÚBLICO

Neste capítulo analisaremos como a participação política feminina foi marcada por trajetórias permeadas por desigualdades estruturais de gênero e constantes lutas intensas disputas por reconhecimento e representatividade nos espaços públicos. Historicamente excluídas dos direitos políticos formais, as mulheres organizaram movimentos que reivindicavam o direito ao voto, à representação e à atuação nos processos decisórios. Mesmo após conquistas importantes, como o sufrágio feminino, sua inserção na política institucional permaneceu limitada por barreiras culturais, sociais e institucionais que endossavam papéis tradicionais de gênero.

A trajetória das mulheres brasileiras no século XX é marcada por avanços significativos e desafios persistentes na busca por igualdade de gênero e participação no poder político. Portanto, este capítulo é voltado também para o exame das transformações sociais, políticas e culturais que moldaram a inserção das mulheres nos espaços de poder no Brasil. O enfoque se dá nas décadas de 1970 a 1990, período crucial para a compreensão da trajetória política de Lia Varela em São Luís do Maranhão.

1.1 Inserção política das mulheres no Brasil do século XX

O século XX foi um período de intensas transformações nas relações sociais, políticas e culturais no Brasil. Nesse contexto, as mulheres passaram de uma posição de quase invisibilidade política para a reivindicação e, gradualmente, a ocupação de espaços de poder institucional, ainda que de maneira desigual e muitas vezes marginalizada. A análise das relações entre gênero e poder nesse século exige uma leitura atenta das estruturas sociais patriarcais, das resistências protagonizadas por mulheres e dos mecanismos de exclusão que persistem, mesmo diante de marcos legais e institucionais que buscam assegurar equidade.

De acordo com Ferreira (2010), as lutas por igualdade, liberdade e participação integram a história das mulheres na construção de sociedades mais justas e assinalam um processo de amadurecimento e avanço social e político. Nesse cenário, para abordar os espaços de poder ocupados pelas mulheres, é imperioso priorizar a

perspectiva relacional, transversal e histórica das desigualdades de gênero, considerando como essas desigualdades se entrelaçam com outros marcadores sociais, como classe, raça e escolarização.

Nesse sentido, Flávia Biroli (2018) contribui significativamente para o entendimento das estruturas de gênero que condicionam e restringem o acesso das mulheres aos espaços de poder formal. A autora destaca que as dinâmicas institucionais e a divisão social do trabalho operam de forma a produzir exclusões sistemáticas, limitando a representação política feminina e reservando os cargos de decisão a grupos historicamente dominantes — especialmente homens brancos das elites econômicas. Essa concepção permite compreender que a sub-representação política não é um fato isolado, mas o reflexo de uma estrutura patriarcal e excludente que dita quem legitimamente pode falar e ocupar posições de liderança. A análise da trajetória de mulheres como Lia Varella, portanto, exige considerar os obstáculos impostos por essas estruturas desiguais, bem como as estratégias de resistência adotadas para disputar e reconfigurar esses espaços historicamente excludentes.

A dominação masculina no campo político brasileiro não pode ser compreendida apenas como uma questão de ausência de mulheres nos espaços de poder, mas como a reprodução de um sistema de gênero que historicamente delimitou papéis sociais distintos para homens e mulheres (Louro, 2020). A inserção feminina no espaço público, sobretudo político, foi constantemente mediada por concepções patriarcais sobre a “natureza” feminina, que a confinava ao ambiente doméstico. Desde o início do século, as mulheres brasileiras enfrentaram uma série de barreiras legais, culturais e ideológicas para ter acesso à cidadania plena.

A conquista do direito ao voto em 1932 foi um marco importante, mas insuficiente. A presença feminina no Parlamento e nos cargos executivos seguiu tímida durante boa parte do século XX. A ausência de políticas públicas efetivas voltadas à participação política das mulheres, somada à resistência dos partidos políticos em lançarem candidaturas femininas, contribuiu para a manutenção dessa desigualdade estrutural (Pinto, 2019). Foi somente a partir da segunda metade do século, com o fortalecimento dos movimentos feministas e a abertura democrática pós-ditadura civil-militar, que novos horizontes se abriram para a participação feminina no debate público.

No Brasil, a relação entre gênero e poder sempre foi marcada por fortes

assimetrias, moldadas historicamente por estruturas patriarcais, racistas e classistas. Desde os primeiros momentos da formação social brasileira, a exclusão das mulheres dos espaços de decisão política e institucional se deu de maneira sistemática e legitimada por discursos religiosos, científicos e jurídicos que atribuíram às mulheres papéis de subordinação, confinando-as à esfera privada, ao cuidado do lar e à maternidade. O poder, historicamente compreendido como prerrogativa masculina, teve como consequência a construção de um imaginário nacional no qual a presença feminina na política e em cargos de liderança era vista como exceção, desvio ou ameaça à ordem estabelecida (Leite; Gundim, 2019).

Conforme Costa e Gonçalves (2021), a Constituição de 1934 foi a primeira a garantir às mulheres o direito ao voto no Brasil, conquista impulsionada pelo movimento sufragista brasileiro, liderado por figuras como Bertha Lutz (1894 – 1976). No campo legislativo, por exemplo, apesar das cotas de gênero introduzidas em 1997, que obrigam os partidos a reservarem no mínimo 30% das candidaturas para mulheres, a eficácia dessa política tem sido amplamente questionada. Em muitos casos, os partidos preenchem a cota com “candidaturas laranjas”, ou seja, mulheres que são registradas apenas para cumprir a exigência legal, mas que não recebem apoio financeiro, visibilidade ou condições reais de campanha. Essa prática revela como o poder político, mesmo diante da democratização formal, resiste a mudanças significativas que alterem sua composição estrutural de gênero (Pinto, 2019).

Além disso, é importante considerar que as mulheres que conseguem ocupar cargos políticos frequentemente enfrentam um conjunto de obstáculos invisíveis que limitam sua ascensão a posições de comando dentro dos partidos e do governo. Elas também são alvo constante de violência política de gênero ataques que não se restringem às críticas ao conteúdo das propostas, mas que frequentemente recorrem a ofensas de cunho sexual, à desqualificação moral e à tentativa de silenciamento. A violência política contra mulheres, que se intensifica nas redes sociais e nos espaços institucionais, tem sido denunciada por organizações nacionais e internacionais como um dos principais entraves à efetiva participação feminina na política brasileira (Melo, 2021).

Nesse cenário, o poder é não apenas um recurso institucional, mas uma estrutura simbólica que molda quem pode falar, decidir e representar. Como destacam estudiosas como Flávia Biroli (2016) e Débora Thomé (2015), o acesso das mulheres

ao poder político no Brasil precisa ser entendido a partir de uma leitura interseccional, que leve em conta as desigualdades acumuladas ao longo do tempo. Mulheres negras, indígenas, trans e periféricas enfrentam camadas adicionais de exclusão e opressão, tornando ainda mais desafiadora a ocupação de cargos públicos e de visibilidade. Assim, a luta por equidade de gênero na política não pode ser desvinculada de uma luta mais ampla contra o racismo, a LGBTQIA+fobia e a concentração de riqueza e poder.

Apesar dos desafios, a história brasileira também é marcada por diversas formas de resistência feminina. Desde as lutas abolicionistas, passando pelo movimento feminista dos anos 1970, até a atual mobilização das mulheres nas redes sociais e nas ruas, tem-se produzido uma crítica potente ao modelo excludente. A eleição de mulheres para cargos executivos e legislativos, a crescente atuação de coletivos feministas, a ocupação dos espaços acadêmicos e a inserção de debates de gênero nas escolas e universidades têm contribuído para a construção de novas possibilidades de atuação política.

No campo da educação, por exemplo, o ensino de História tem desempenhado um papel central na desconstrução das narrativas tradicionais que invisibilizaram as mulheres e suas contribuições. Ao incorporar a perspectiva de gênero na análise histórica, é possível revelar não apenas os processos de exclusão, mas também as formas de atuação política feminina que resistiram às imposições sociais. Projetos pedagógicos comprometidos com a equidade têm mostrado como a memória e a história podem ser aliadas na formação de uma consciência crítica sobre o poder e suas desigualdades de gênero no Brasil.

O movimento feminista brasileiro da década de 1970, embora heterogêneo em suas pautas e lideranças, teve um papel central na contestação do poder político patriarcal e na introdução do debate sobre igualdade de gênero na esfera pública. Nesse período, destaca-se o crescimento de grupos organizados de mulheres nas grandes cidades, mas também em regiões periféricas e nas capitais do Norte e Nordeste do país, como São Luís do Maranhão.

A década de 1980 representou um marco simbólico e institucional na relação entre gênero e política no Brasil. A redemocratização e a Constituinte de 1988 deram visibilidade à luta das mulheres por igualdade de direitos. Foi durante esse processo que um grupo de deputadas federais se organizou no chamado "Lobby do Batom",

atuando de forma suprapartidária para garantir a inclusão de pautas femininas no texto constitucional. O resultado foi a consagração de importantes garantias legais, como a igualdade entre homens e mulheres perante a lei, a proteção ao trabalho feminino, o reconhecimento do valor social da maternidade e do trabalho doméstico (Oliveira; Souza, 2021).

Ao longo do século XX, o conceito de gênero passou a ser incorporado de forma mais sistemática às ciências sociais e à historiografia brasileira, permitindo uma compreensão mais crítica sobre o modo como as relações de poder são estruturadas. Pensadoras como Joan Scott (2002) influenciaram fortemente os estudos nacionais ao propor o gênero como uma categoria útil de análise.

A noção de gênero como categoria de análise emerge no campo das ciências humanas e sociais como uma importante ferramenta epistemológica e política para compreender as dinâmicas de poder, desigualdade e identidade nas sociedades contemporâneas. Longe de se restringir a um simples sinônimo de “mulher” ou a uma abordagem essencialista das diferenças sexuais, o conceito de gênero representa uma chave interpretativa que possibilita desnaturalizar papéis sociais atribuídos aos corpos, investigar estruturas simbólicas e materiais de dominação e, sobretudo, evidenciar como o poder opera por meio da produção de identidades e da regulação dos corpos.

A formulação clássica de Joan Scott (2020) consolidou o gênero como uma categoria analítica fundamental na historiografia, especialmente ao argumentar que ele é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Ao afirmar que “o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” e “uma forma de dar sentido às relações de poder”, Scott desloca a questão do gênero de um simples atributo individual para um sistema relacional, construído historicamente e incorporado nos discursos, instituições e práticas sociais (Scott, 2020).

Nos anos seguintes à proposição de Scott, o campo dos estudos de gênero se expandiu e diversificou, incorporando perspectivas interseccionais que articulam gênero a outras categorias como raça, classe, sexualidade, geração etc. Essa ampliação metodológica e política foi fundamental para romper com as leituras universalistas do “ser mulher”, que frequentemente invisibilizavam as experiências de mulheres negras, indígenas, periféricas, trans e outras sujeitas cuja existência escapa

aos modelos normativos e hegemônicos de feminilidade. Como apontam Gonzalez (2021) e Ribeiro (2023), a interseccionalidade possibilita compreender como as opressões se articulam de maneira complexa e interdependente, agravando as desigualdades e ampliando as vulnerabilidades.

No campo da história, o gênero tem se consolidado como uma lente que permite problematizar narrativas tradicionais e trazer à tona sujeitos e experiências historicamente marginalizados. As mulheres, por exemplo, deixaram de ser vistas apenas como “personagens secundárias” da história para se tornarem protagonistas de processos sociais, políticos e culturais antes negligenciados. Ao mesmo tempo, a análise de gênero permite revisar criticamente instituições como o Estado, a família, a escola e a Igreja, revelando como essas instâncias participam da construção de normatividades de gênero e da manutenção de desigualdades estruturais (Silva; Menezes, 2022).

Além dessas contribuições, é importante destacar que o conceito de gênero também está intrinsecamente relacionado à ideia de poder. Michel Foucault, embora não tenha desenvolvido diretamente uma teoria sobre gênero, influenciou muitos estudos posteriores ao tratar do poder como algo que circula pelas relações sociais, se expressando em normas, discursos e práticas cotidianas. A partir dessa perspectiva, compreende-se que o gênero é uma das formas pelas quais o poder se materializa e se reproduz, regulando corpos, comportamentos e subjetividades.

Segundo Scott (1999), gênero é, de fato, ontologicamente uma relação de cunho político, pois se refere à maneira como as estruturas de poder são manifestadas nas interações sociais, nas instituições e nas normas culturais relacionadas aos papéis de gênero. A partir de tal realidade, pode-se conceber que o gênero é uma construção social e política. Diante disso, é importante reconhecer as questões de gênero não apenas como problemas individuais, mas como questões profundamente enraizadas nas estruturas sociais e que exigem mudanças políticas e sociais para superar as desigualdades de gênero. Sobre essa realidade, de acordo com Silva *et al.*, (2019, p.2), pode-se compreender que:

Nesta sociedade o modelo existente é hierárquico, patriarcal, sexista, machista e misógino pondo em evidência o privilégio masculino; às mulheres, por sua vez, são condicionadas à subordinação e vislumbradas como objetos sexuais e de reprodução, resultando na falta do reconhecimento feminino enquanto sujeitos políticos e

autônomos das suas próprias vidas e histórias (Silva *et al.*, 2019, p.2).

Essa realidade começa a mudar a partir do momento que as mulheres conseguem adentrar no mercado de trabalho, possibilitando um pouco de autonomia, mesmo que relativa, tornando-se mais notória com seu empoderamento. É sempre válido destacar que todos os passos dados por elas – a respeito de direitos e políticas públicas – é perpassado por enfrentamentos diretos e muita persistência dos movimentos sociais, em especial o movimento sufragista que teve início ainda no século XIX e se ramificou no que hoje chamamos de movimento feminista. (Silva *et al.*, 2019, p. 2).

No Brasil, autoras como Guacira Lopes Louro, Flávia Biroli, Margareth Rago e Heleieth Saffioti (2014) desempenharam um papel fundamental na consolidação dos estudos de gênero, tanto no âmbito acadêmico quanto nas políticas públicas. Na contemporaneidade, pesquisadores/as têm aprofundado esse legado, voltando-se para temas como masculinidades, violências de gênero, feminismos interseccionais e a presença das mulheres e pessoas LGBTQIA+ nos espaços de poder e saber. A noção de “corpo político” tem ganhado centralidade nessas abordagens, apontando para a dimensão performativa do gênero e sua relação com a construção das subjetividades (Ferreira, 2020; Mattos, 2023).

Judith Butler aprofunda essa reflexão ao introduzir a noção de performatividade do gênero. Em sua obra *Problemas de Gênero* (2003), a autora argumenta que os papéis de gênero são resultado de repetições discursivas e práticas sociais reiteradas que constroem a aparência de uma identidade estável. Essa performatividade não implica falsidade ou artificialidade, mas sim evidencia que as identidades de gênero são produzidas e reguladas por normas sociais que excluem aquilo que não se encaixa em seus moldes. A teoria de Butler é fundamental para pensar como as mulheres que ocupam cargos de poder desafiam ou reafirmam determinadas normas de gênero, e como sua atuação política pode tensionar os limites do que é considerado legítimo ou apropriado para o “feminino” (Leite; Gundim, 2019).

Nesse contexto mais amplo de transformações políticas e sociais, torna-se necessário situar a trajetória de Lia Rocha Varela a partir de sua inserção social e política no cenário ludovicense. Nascida em 1934, em São Luís do Maranhão, Lia Varela construiu sua trajetória profissional como educadora e advogada, integrando

posteriormente a vida política local. Sua atuação ocorreu em um contexto marcado por profundas desigualdades sociais e raciais, característico das estruturas políticas brasileiras do século XX. Oriunda de um contexto urbano e ligada ao campo da educação, sua inserção na política institucional ocorreu em um momento no qual a presença feminina nesses espaços ainda era extremamente limitada, especialmente no cenário regional nordestino.

A trajetória política de Lia Varela também deve ser compreendida à luz das dinâmicas partidárias do período da ditadura civil-militar (1964–1985). Durante parte de sua atuação política, Lia esteve vinculada à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido que dava sustentação política ao regime militar. A compreensão dessa vinculação exige cautela analítica, pois, como destaca Lucia Grinberg (2009), a ARENA não pode ser compreendida apenas como um bloco homogêneo de apoio irrestrito ao regime, mas como um espaço político que também abrigou diferentes trajetórias, interesses regionais e estratégias de inserção no sistema político da época. Segundo a autora, a ARENA funcionava muitas vezes como um canal institucional necessário para a participação política dentro das regras restritas impostas pelo regime autoritário.

Nesse sentido, a presença de mulheres em partidos políticos durante deve ser analisada considerando os limites impostos pelo próprio sistema político vigente. A inserção feminina na política institucional durante a ditadura era marcada por contradições: por um lado, havia restrições significativas à participação partidária; por outro, algumas mulheres conseguiram ocupar posições institucionais e atuar em pautas relacionadas à educação, assistência social e políticas públicas locais.

Outro aspecto relevante diz respeito à relação entre a atuação política de Lia Varela e os movimentos feministas da época. Embora a década de 1970 tenha sido marcada pelo fortalecimento do movimento feminista no Brasil, especialmente nos grandes centros urbanos, ainda não há evidências documentais de que Lia Varela tenha participado de organizações feministas em São Luís. Sua atuação política parece ter ocorrido mais fortemente no interior das instituições formais de poder, particularmente na Câmara Municipal e na administração pública local. Ainda assim, sua presença em cargos de liderança política representou um importante marco simbólico para a ampliação da participação feminina na política maranhense.

Ao considerar as trajetórias femininas no campo político, observa-se que o

termo “feminista” foi, ao longo do século XX — e ainda no presente — frequentemente marcado por estereótipos e representações negativas, em grande parte associado a ideias de radicalismo, ruptura com papéis sociais tradicionais ou até mesmo rejeição da vida familiar. Esse movimento de estigmatização contribuiu para que diversas mulheres, embora atuantes na esfera pública e engajadas em pautas relacionadas à ampliação de direitos, evitassem se autodenominar feministas ou se vinculassem explicitamente a essa causa.

Consequentemente, é possível afirmar que algumas trajetórias políticas femininas tenham sido construídas em meio a essa tensão: ao mesmo tempo em que promoviam práticas e discursos que dialogavam com demandas historicamente associadas ao feminismo, mantinham certo distanciamento do rótulo, seja por estratégia política, seja por influência do contexto sociocultural. Tal perspectiva permite compreender as nuances e ambiguidades presentes na relação entre gênero, identidade política e participação no espaço público. É justamente nesse ponto que identificamos a figura de Lia Varela dentro da política maranhense.

Historicamente vinculada a partidos de sustentação do regime militar e distante de espectros progressistas, o distanciamento de Lia em relação ao termo 'feminista' não deve ser lido como omissão, mas como um pragmatismo político necessário. Em um contexto de regras institucionais restritas e conservadoras, desvincular-se do rótulo era, muitas vezes, a única forma viável de transitar pelo poder e viabilizar políticas voltadas à educação e à assistência social.

Para compreender melhor a dimensão da presença feminina na política brasileira, é importante considerar o contexto nacional da época. Durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1987–1988, por exemplo, apenas 26 mulheres foram eleitas entre 559 parlamentares, representando menos de 5% do total de constituintes. Entre essas parlamentares destacou-se a atuação de figuras como Benedita da Silva, que posteriormente relataria, em entrevistas e depoimentos, as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no interior do Congresso Nacional, incluindo episódios de silenciamento e deslegitimação de suas falas em um ambiente predominantemente masculino.

Essas experiências evidenciam como o acesso das mulheres à política institucional esteve historicamente marcado por processos de exclusão e resistência. No caso das mulheres negras, essas barreiras se tornam ainda mais complexas, uma

vez que a discriminação de gênero se soma às desigualdades raciais e estruturais presentes na sociedade brasileira. Essas mulheres tiveram papel fundamental na construção de agendas políticas que articulam gênero, raça e classe, questionando as limitações tanto do feminismo tradicional quanto das estruturas políticas dominantes.

Nesse sentido, a análise da trajetória de Lia Varela permite refletir sobre os desafios enfrentados por mulheres, e particularmente por mulheres negras, na ocupação de espaços de poder político em contextos marcados por fortes desigualdades estruturais. Embora sua atuação política tenha se consolidado por vias institucionais tradicionais e sem vinculação com as pautas ou militâncias dos movimentos de mulheres da época, sua presença pioneira em posições de liderança em São Luís — como a presidência da Câmara Municipal e a chefia interina do Executivo — representou um importante e concreto deslocamento das fronteiras tradicionais de gênero na política local.

A presença de Lia Varela no cenário político ludovicense inscreve-se numa tradição de resistência que conecta o global ao local. Ela representa uma síntese das transformações pelas quais passaram o Brasil e a mulher brasileira no século XX, sendo uma expressão concreta da luta por cidadania plena, por justiça social e por reconhecimento político (Castro; Martins, 2024).

1.2. A história das mulheres como ferramenta educativa

A concepção de origem do sufrágio universal mais recorrente dentro da historiografia é aquela atrelada ao movimento de 1848 na França. A partir da superação do sufrágio censitário surge uma nova ideia de cidadania e, consequentemente, de busca por igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres.

Somente a partir dessa época se começou a pensar a situação política das mulheres como uma exclusão; até então, elas haviam sido situadas, de preferência, em uma exterioridade, fruto de uma não inclusão e não tanto de uma rejeição por causa de seu sexo. Falando de modo específico das mulheres, a imagem mais recorrente da época é que elas deveriam se manter a margem da comunidade política, na segurança de seus lares e sob o governo dos homens (Karawejczyk, 2014, p.69).

No início do século XX, em diversas partes do mundo, as mulheres ainda não tinham direito ao voto nem ao exercício de funções políticas formais. A exclusão do espaço público baseava-se na ideologia de que as mulheres pertenciam naturalmente ao ambiente doméstico e familiar, sendo vistas como incapazes de exercer racionalidade plena ou liderança política. Essa concepção, reforçada por discursos científicos, religiosos e jurídicos, sustentava uma divisão sexual do trabalho que relegava às mulheres funções de cuidado, educação dos filhos e apoio aos homens. Foi nesse contexto que surgiram os primeiros movimentos feministas modernos, como o sufragismo, cuja principal bandeira era o direito ao voto feminino (Álvares, 2014).

Nos Estados Unidos e na Europa, as sufragistas iniciaram no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX campanhas em prol da cidadania política das mulheres. Em 1920, as norte-americanas conquistaram o direito ao voto com a 19ª Emenda da Constituição. Na Inglaterra, após anos de mobilização, as mulheres obtiveram o sufrágio pleno em 1928. Esses movimentos influenciaram também os processos políticos em países da América Latina, incluindo o Brasil, onde o voto feminino foi conquistado em 1932 e constitucionalizado em 1934. Ainda assim, o exercício desse direito era limitado, uma vez que apenas mulheres alfabetizadas podiam votar, o que, em um país marcado pela desigualdade social e pelo analfabetismo feminino, restringia consideravelmente a participação eleitoral das mulheres (Melo, 2021).

Tratando-se da realidade brasileira, os primeiros movimentos feministas locais procuraram solucionar a questão do direito ao voto feminino. E, neste caso, é indissociável pensar essas lutas sem dar centralidade para o nome de Bertha Lutz (1894-1976). Bióloga de formação, ao longo de sua trajetória de militância feminista conseguiu conciliar o ofício de servidora pública e membro da câmara legislativa (1936) durante o governo de Getúlio Vargas.

O feminismo de Bertha Lutz, característico do contexto histórico brasileiro dos anos de 1920 e 1930, foi considerado por muitos como tímido, elitista, conservador e institucional. No entanto, é impossível negar à importância dela para o feminismo brasileiro num período em que o acesso de mulheres aos espaços públicos de poder era quase inexistente. Sua luta se concentrou na fundação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), criada em 1922, e também pela conquista do direito ao voto feminino:

Quando Bertha Lutz fundou a FBPf, Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, em 1922 pretendia, entre outras coisas, promover a educação e profissionalização das mulheres. Entre práticas e discursos transpostos, graduou-se em Ciências Naturais na Sorbonne, em 1918; em Direito no Rio de Janeiro, em 1933; consolidou sua carreira científica nos mais de 40 anos de funcionalismo público no Museu Nacional; liderou a luta pelo voto feminino e exerceu, ela própria, o direito de ser votada. No Parlamento propôs inúmeras mudanças na legislação brasileira (Sousa, 2005, p. 316).

Seu ativismo deixou um importante legado não apenas no campo político, mas também no processo de emancipação feminina nos espaços públicos e privados, tendo em vista que a mulher no Brasil ganhou maior relevância e representatividade ao ter seu direito a voto reconhecido, passando a ser um sujeito histórico protagonista da dinâmica política nacional.

A militância de Bertha Lutz marca uma das primeiras vertentes dentro do feminismo brasileiro, colocando como ponto central o papel da mulher enquanto sujeito portador de direitos civis e políticos. Nos anos anteriores existiu movimentos difusos manifestados na imprensa alternativa feminina, composta por professoras, escritoras e jornalistas, assim como dentro dos partidos anarquista e comunista, defendendo uma postura mais radical de emancipação feminina, como no caso de Maria Lacerda de Moura (1887-1945)¹ (Pinto, 2003). Moura atuou como educadora, escritora e militante, rompendo com padrões tradicionais, além articular gênero, política e experiência individual de maneira crítica e contestadora. Sua atuação, marcada por uma perspectiva anarquista e anticlerical, revela uma trajetória que tensiona não apenas os limites entre o público e o privado, mas também os próprios contornos do feminismo de sua época, do qual se manteve, em certa medida, à margem.

A Constituição Republicana de 1891 inseriu a questão do voto feminino no debate político ao excluir, na prática, as mulheres do direito ao sufrágio, uma vez que

¹ Sobre as relações de gênero e as críticas às estruturas patriarcais no Brasil, destaca-se a contribuição de Maria Lacerda de Moura, cuja produção intelectual, nas primeiras décadas do século XX, problematiza os mecanismos de controle social sobre as mulheres, especialmente no âmbito do casamento, da moral sexual e da educação. Influenciada por perspectivas libertárias, a autora compreende o gênero como uma construção histórica atravessada por relações de poder, oferecendo uma interpretação que ultrapassa a dimensão jurídica e alcança aspectos culturais, educacionais e políticos da subordinação feminina, bem como suas formas de resistência.

os constituintes não as reconheciam como sujeitas desse direito. Embora o texto constitucional mencionasse explicitamente a exclusão de analfabetos, mendigos, praças de pré (cabos e soldados) e membros de ordens religiosas, não indicava de forma direta a proibição da participação feminina. Essa lacuna interpretativa motivou, ao longo de quase quatro décadas, diversas solicitações de alistamento eleitoral por parte das mulheres.

O processo de erudição dos filhos da elite oligárquica nos primeiros anos do século XX, caracterizado pelo acesso das filhas das classes dominantes à educação, vão oferecer um arcabouço cultural de muita importância para os movimentos feministas da época. Dentro do surgimento de novas formas de organização da sociedade surge o Partido Republicano Feminino, fundado em 1910, nasce como fruto da insatisfação com relação ao não direito de sufrágio das mulheres (Pinto, 2019).

Após a Revolução de 1930 existe uma ruptura nas estruturas política, econômica e social do país. A chegada de Getúlio Vargas ao poder põe fim a condução das diretrizes nacionais, antes enraizadas na política oligárquica do café com leite, para o estabelecimento do nacional-estatismo, classificado por alguns especialistas como populismo ou trabalhismo que buscou ampliar a base econômica do Brasil de um país agrário-exportador para englobar o âmbito urbano-industrial. A economia brasileira deixava de ser meramente dependente da exportação de produtos agrícolas passando a desenvolver indústrias no setor de bens de consumo duráveis, não duráveis e recursos minerais (Melo, 2021).

Com o surgimento do primeiro Código Eleitoral do Brasil, em 1932, criou-se a Justiça Eleitoral, de eleições padronizadas e voto universal, secreto e obrigatório, incluindo as mulheres. Sendo assim, nas eleições legislativas de 1933, as brasileiras puderam votar e ser votadas pela primeira vez. Naquelas eleições, elegeu-se a primeira deputada federal do país, a médica paulista Carlota de Queirós (1892-1992).

Incorporado à Constituição de 1934, o voto feminino era agora prerrogativa de mulheres solteiras e viúvas que exerciam trabalhos remunerados. As mulheres casadas deveriam ter a autorização dos maridos para votar. No ano seguinte, o Código Eleitoral de 1935 determinou a obrigatoriedade de voto para mulheres que tinham atividades remuneradas. Para aquelas que não recebiam salário, contudo, o voto era considerado facultativo. Esta situação seria modificada com o Código Eleitoral de 1965 que igualou o voto feminino ao masculino (Leite; Gundim, 2019).

O feminismo que se desenvolveu a partir dos anos 1960 e 1970 na Europa e América estava estritamente ligado ao fato de que o tão aclamado *American way of life* tinha caído por terra, justamente porque o capitalismo norte-americano, colocava a figura da mulher como restrita ao lar e aos afazeres domésticos. Paralelo a isso, têm-se a intensificação dos conflitos raciais que evidenciaram a fragilidade da sociedade estadunidense. Enquanto isso, a Europa vivia o desencanto com relação ao socialismo soviético, resultado da difusão dos crimes stalinistas, o que vai fomentar o surgimento de uma nova geração influenciada pelos movimentos *hippie* e *beatnik*, colocando em discussão os valores conservadores da sociedade da época (Costa; Gonçalves, 2021).

A década de 1960 representou um ponto de inflexão na luta pelos direitos das mulheres. Movimentos feministas de segunda onda, como o que emergiu nos Estados Unidos e na Europa, passaram a denunciar não apenas a exclusão legal, mas também as opressões cotidianas, a violência simbólica e os estereótipos de gênero que limitavam a autonomia feminina. O lema “o pessoal é político” sintetizava a ideia de que as experiências individuais das mulheres estavam conectadas às estruturas sociais e políticas de opressão. Essa nova abordagem influenciou também os feminismos latino-americanos, que começaram a articular pautas de gênero com as lutas por justiça social, direitos humanos e democracia (Leite; Gundim, 2019).

A peculiaridade do cenário brasileiro nos anos de 1960 se dava pela politização da sociedade orientada em duas grandes frentes ideológicas. Dentro do espectro político da esquerda se tinha os movimentos sociais de camponeses, trabalhadores urbanos e estudantes, parcelas consideráveis de intelectuais, assim como partidos políticos nacionalistas, como o PTB, e clandestinos como o PCB, (Pinto, 2019). Do outro lado, havia um movimento mais conservador representado por uma grande parcela do empresariado nacional e estrangeiro, segmentos militares, classes médias urbanas e partidos políticos de orientação liberal, como o caso da UDN e alguns setores da Igreja Católica. Todos esses grupos compartilhavam um forte sentimento anticomunista, que foi amplamente mobilizado como discurso político para legitimar o golpe civil-militar de 1964.

O golpe civil-militar de 1964 inaugurou no Brasil um regime autoritário que se estenderia até 1985, caracterizado pela centralização do poder político, pela suspensão de direitos civis e pela repressão a movimentos sociais e organizações

consideradas opositoras ao regime. Durante esse período, o sistema político passou por profundas transformações institucionais, incluindo a extinção dos partidos políticos existentes e a criação de um sistema bipartidário, composto pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de sustentação do governo, e pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que reunia setores de oposição consentida.

Apesar das limitações impostas pelo regime militar, a década de 1970 foi marcada pelo ressurgimento de mobilizações sociais e políticas em diferentes setores da sociedade brasileira. Nesse contexto, movimentos feministas passaram a se reorganizar, articulando pautas relacionadas aos direitos das mulheres, à igualdade de gênero e à ampliação da participação feminina nos espaços públicos e políticos. Esses movimentos dialogavam tanto com experiências internacionais do feminismo quanto com as especificidades da realidade brasileira, marcada por profundas desigualdades sociais e raciais.

A partir do final da década de 1970 e ao longo dos anos 1980, o processo de abertura política possibilitou uma maior reorganização da sociedade civil e o fortalecimento de movimentos sociais, sindicatos e organizações políticas que reivindicavam o retorno da democracia. Esse período culminou na convocação da Assembleia Nacional Constituinte de 1987, responsável pela elaboração da nova Constituição brasileira.

A Constituição Federal de 1988 representou, nesse sentido, um marco fundamental no processo de redemocratização do país, consolidando direitos civis, políticos e sociais e ampliando os mecanismos de participação democrática. Ao mesmo tempo, esse novo momento político foi marcado por continuidades e permanências de práticas e estruturas herdadas do período autoritário. Nesse contexto de transformações políticas e sociais, se inseriram figuras como Maria Aragão (1962) e Lia Varela, cujas trajetórias políticas se desenvolveram em meio às tensões e transformações do cenário político nacional e regional.

Maria Aragão (1910-1991) foi uma médica, militante comunista e importante liderança política maranhense, cuja trajetória se destaca pela atuação corajosa em defesa da democracia, dos direitos sociais e da emancipação das mulheres. Nascida em São Luís, envolveu-se desde cedo com movimentos políticos de esquerda, sendo filiada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e perseguida durante a ditadura civil-militar. Sua atuação se estendeu para além dos consultórios médicos, incorporando o

engajamento nas lutas populares por justiça social e pela redemocratização do país (Melo, 2021).

Como mulher, negra e comunista em um estado marcado pelo conservadorismo das elites políticas, Maria Aragão rompeu múltiplas barreiras de gênero, raça e classe. Sua trajetória é essencial para compreender o cenário político do Maranhão entre as décadas de 1930 e 1980, e ajuda a contextualizar a emergência de outras lideranças femininas, como Lia Varela, que, décadas depois, também enfrentaria estruturas de poder marcadas pela desigualdade e exclusão (Leite, 2017).

A participação política das mulheres no século XX foi marcada por profundas transformações, avanços importantes e por persistentes desafios. Em um século caracterizado por grandes guerras, revoluções sociais, processos de democratização e movimentos de emancipação, as mulheres progressivamente ocuparam espaços que lhes foram historicamente negados. No entanto, esse ingresso no campo político não se deu de forma homogênea nem linear: foi fruto de lutas árduas, resistências coletivas e movimentos organizados que questionaram as estruturas patriarcais de poder e reivindicaram igualdade de direitos e representatividade (Leite, 2017).

Schuma Schumacher e Érico Vital Brazil (2003, p. 37) destacam que, em janeiro de 1929, Luiza Alzira Teixeira Soriano foi eleita a primeira prefeita do Brasil e da América Latina, ao assumir a administração do município de Lajes, no Rio Grande do Norte, com 60% dos votos. Sua eleição foi possível graças a uma Lei Estadual de 1927, que permitia às mulheres votarem e serem votadas naquele estado. Em nível nacional, entretanto, o direito ao voto feminino só foi assegurado em 1932, com o primeiro Código Eleitoral, sendo efetivado nas eleições da Assembleia Nacional Constituinte de 1933.

Nessa ocasião, Carlota Pereira de Queiroz médica de profissão, foi eleita a primeira deputada federal brasileira, em 1934. Contudo, o direito ao voto, à época, era restrito apenas às mulheres que exerciam uma atividade remunerada, o que limitava consideravelmente sua participação política. Essa restrição só foi superada com a promulgação do Código Eleitoral de 1965, que permanece em vigor até os dias atuais.

Apesar das limitações impostas ao longo da história, as mulheres sempre estiveram presentes na vida política do país, ainda que muitas vezes relegadas a papéis secundários. Marcelo Ridenti (1990) observa que a participação feminina na política durante as décadas de 1960 e 1970 teve características particulares. Nesse

período, as mulheres atuaram de forma expressiva tanto no apoio quanto na oposição ao regime militar instaurado em 1964, evidenciando seu protagonismo em um dos momentos mais conturbados da história política nacional.

Durante os regimes autoritários que se instalaram em diversos países da América Latina como o Brasil, o Chile e a Argentina, muitas mulheres participaram ativamente da resistência, seja como militantes políticas, intelectuais, educadoras ou mães em busca de filhos desaparecidos. No caso brasileiro, apesar da repressão e da censura durante a ditadura civil-militar (1964-1985), as mulheres estiveram presentes em organizações estudantis, sindicatos, movimentos populares nas campanhas pela anistia e redemocratização. Muitas dessas militantes, no entanto, foram silenciadas nas narrativas oficiais e só mais recentemente passaram a ter suas histórias recuperadas pela historiografia e pelos movimentos sociais (Melo, 2021).

No diálogo com a perspectiva de gênero e trajetória, o trabalho de Eduardo dos Santos Chaves (2020) permite compreender como a atuação política feminina no contexto do golpe de 1964 não se restringiu a experiências progressistas, mas também se expressou em trajetórias em defesa direta de pautas conservadoras. Ao analisar a mobilização de mulheres em organizações como a CAMDE², nota-se forte defesa de valores sociais como a defesa da família, da religião e da moral, que foram ressignificados como formas legítimas de inserção no espaço público.

Tais movimentos revelam que a participação política das mulheres se deu por meio de estratégias específicas, muitas vezes alicerçadas em identidades tradicionais, mas ainda assim, dotadas de intencionalidade. O perfil social dessas mulheres relacionava-se diretamente ao espectro anticomunista.

As organizações femininas de direita da década de 1960 tinham características semelhantes em sua composição social, visto que eram mulheres provenientes das camadas médias urbanas, e faziam a defesa de três elementos que correspondiam necessariamente a suas concepções de mundo: a religião, a pátria e a família. Apresentavam-se no espaço público como mulheres, mães e esposas, seres do espaço privado, do lar, preocupadas com a “comunização” do país que, segundo acreditavam, precisava ser interrompida, pois ameaçava a família brasileira. O

² A Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) foi um movimento feminino conservador e anticomunista atuante no Brasil entre 1961 e a década de 1970, financiado pelo IPES para desestabilizar o governo João Goulart. Organizaram manifestações (como a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade") e propagaram ideais religiosas, conservadoras e ligada à família tradicional.

comunismo também era representado pelo esfacelamento da nação, posto que seus agentes atuavam em defesa de interesses estrangeiros, e pelo fim da religião cristã (Santos, 2021, p. 4).

Ao mesmo tempo, a articulação com a imprensa demonstra como essas experiências foram potencializadas na construção de consensos e na disputa por sentidos no espaço público. Portanto, percebe-se a existência de múltiplas formas de engajamento feminino na política, ampliando a compreensão das trajetórias de mulheres para além de enquadramentos homogêneos e evidenciando suas inserções em diferentes projetos de poder.

Ao longo do tempo, a narrativa tradicional privilegiou sujeitos masculinos, deslocando as mulheres para posições secundárias ou associando sua atuação ao âmbito do espaço privado. Como destaca Joan Scott, “o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” (Scott, 1995, p. 86), o que permite concluir como essas desigualdades foram historicamente construídas e naturalizadas. Na época da ditadura, a atuação das mulheres na política partidária ocorreu tanto em partidos legais — no âmbito do bipartidarismo entre ARENA e MDB — quanto em organizações clandestinas de oposição ao regime.

Ainda que sua presença formal fosse limitada, alguns estudos apontam a relevância de sua participação nos bastidores da política e na mobilização social. Margareth Rago, afirma que “as mulheres não apenas participaram da resistência ao regime, como também questionaram os padrões tradicionais de gênero presentes na própria militância” (Rago, 2001, p. 45).

A historiografia evidencia que a militância feminina foi marcada por uma via de mão dupla: de um lado a luta contra o autoritarismo e desigualdades de gênero no interior das organizações políticas. De outro, o enfrentamento não apenas a repressão estatal, mas também barreiras impostas por estruturas patriarcais reproduzidas dentro dos próprios movimentos de oposição. Como observa Eva Blay, “a inserção das mulheres na política institucional sempre ocorreu de forma desigual, refletindo a persistência de valores patriarcais na sociedade brasileira” (Blay, 1999, p. 112).

A atuação feminina não se restringiu aos partidos políticos, expandindo-se para movimentos sociais e organizações civis, como o Movimento Feminino pela Anistia³,

³ O Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), criado em 1975 durante a ditadura civil-militar brasileira,

que desempenharam papel fundamental no processo de redemocratização. Essas experiências contribuíram para a construção de novas formas de participação política e para o fortalecimento do feminismo no Brasil. Nesse sentido, tais mobilizações evidenciam que a presença das mulheres na política não pode ser analisada apenas pelos cargos ocupados, mas também pelas práticas e estratégias de resistência desenvolvidas em diferentes espaços.

Embora marcadas por limites estruturais, as mulheres atuaram de forma significativa na política partidária durante a ditadura, tensionando as normas de gênero e ampliando os horizontes de participação feminina na vida pública. A partir do reconhecimento dessas experiências, caminha-se na direção de uma narrativa mais inclusiva, tendo como eixo o protagonismo feminino na história política brasileira.

A redemocratização nas décadas finais do século XX trouxe novas oportunidades, mas também revelou a persistência de barreiras à participação plena das mulheres. Mesmo com o direito ao voto garantido, as mulheres continuaram sub-representação nos parlamentos, partidos e cargos executivos (Álvares, 2014). De acordo com Costa e Gonçalves (2021), em 1995, a Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim, destacou a importância da participação igualitária das mulheres na tomada de decisões políticas como uma condição fundamental para a democracia e os direitos humanos. Esse marco internacional reforçou as pressões sobre os Estados nacionais para que adotassem políticas afirmativas, como cotas de gênero, estímulo à formação política e combate à violência contra mulheres na política (Pinto, 2019).

No Brasil, a lei de cotas aprovada em 1997 obrigou os partidos a reservarem um mínimo de 30% de suas candidaturas para as mulheres. Embora tenha sido um avanço do ponto de vista normativo, essa medida não se traduziu automaticamente em aumento proporcional de mulheres eleitas, devido à falta de apoio efetivo, financiamento de campanha e visibilidade dentro dos partidos. O modelo político brasileiro, altamente personalista e dependente de estruturas econômicas e midiáticas, favorece homens com acesso a redes de poder tradicionais e capital político acumulado ao longo de gerações (Melo, 2021).

Apesar disso, o século XX e início do XXI assistiram à emergência de figuras

foi uma organização liderada por Terezinha Zerbini que atuou na mobilização pela anistia de presos e exilados políticos, contribuindo para a redemocratização e para a aprovação da Lei da Anistia em 1979.

femininas de destaque na política nacional e internacional. Líderes como Cristina Kirchner na Argentina, Michelle Bachelet no Chile e Dilma Rousseff no Brasil, representaram não apenas a ascensão de mulheres ao poder executivo, mas também a complexidade das reações sociais diante dessa ascensão. Muitas vezes, essas lideranças femininas foram alvo de julgamentos mais severos, avaliações moralizantes e campanhas de deslegitimação com forte teor misógino, demonstrando que o preconceito de gênero permanece ativo mesmo nos mais altos escalões do poder. Esses casos evidenciam que a presença feminina em espaços tradicionalmente ocupados por homens ainda incomoda estruturas conservadoras e patriarcais, revelando a necessidade contínua de luta por igualdade política e respeito à diversidade de lideranças.

A trajetória de Dilma Rousseff durante a ditadura civil-militar brasileira está inserida no contexto mais amplo da participação de jovens militantes em organizações de resistência ao regime autoritário instaurado em 1964. Ainda na juventude, Dilma integrou grupos de oposição, como a Política Operária (Polop), o Comando de Libertação Nacional (COLINA) e a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), que lutavam contra a opressão do Estado de exceção.

Em 1970, Dilma Rousseff foi presa pelos órgãos de repressão do regime, sendo submetida a interrogatórios e práticas de violência institucional, experiência compartilhada por diversos militantes que se opunham ao governo autoritário. Considerando isso, sua experiência contribui para compreender as múltiplas formas de engajamento político feminino no período, bem como os limites e possibilidades de atuação das mulheres na luta contra o autoritarismo no Brasil.

Portanto, a participação política das mulheres no século XX deve ser compreendida como um processo em constante disputa, atravessado por conquistas importantes, mas também por resistências profundas. Se por um lado houve um avanço expressivo nos direitos civis e na presença formal das mulheres nos espaços de poder, por outro, a desigualdade de gênero continuou a se manifestar nas estruturas, discursos públicos e nas práticas institucionais.

Para a construção de um processo de democratização mais amplo em qualquer sociedade, é necessário que a igualdade de gênero seja continuamente promovida, de modo que homens, mulheres e pessoas não-binárias possam participar, de forma equitativa, dos espaços políticos de decisão. Essa perspectiva amplia a compreensão

das relações de poder e reconhece que as identidades de gênero são diversas e historicamente construídas, como argumenta Joan Scott (1995).

Nesse sentido, os debates contemporâneos sobre gênero também têm sido atravessados por disputas políticas e ideológicas no campo educacional e social. No Brasil, especialmente a partir da década de 2010, ganhou força o discurso que passou a denominar os estudos de gênero como “ideologia de gênero”, expressão mobilizada por setores conservadores para deslegitimar pesquisas acadêmicas e iniciativas educacionais voltadas à discussão sobre desigualdades de gênero e diversidade sexual. Esse discurso esteve frequentemente associado ao movimento conhecido como Escola Sem Partido, que defendia a suposta neutralidade ideológica no ensino e criticava a abordagem de temas como gênero, sexualidade e direitos humanos nas escolas.

De acordo com Cunha e Mattos (2022), o movimento Escola Sem Partido se constituiu como uma ofensiva contra a liberdade de cátedra e a autonomia docente, ao propor mecanismos de vigilância e controle sobre os conteúdos abordados em sala de aula. Para os autores, tais iniciativas representam uma tentativa de restringir o debate crítico sobre desigualdades sociais e de limitar o papel da educação na formação de cidadãos capazes de refletir sobre as estruturas de poder presentes na sociedade.

Em contraposição a essas perspectivas restritivas, pensadores da educação crítica, como Paulo Freire (1987), defendem que o processo educativo deve ser orientado pela reflexão crítica e pela problematização das relações de dominação que atravessam a realidade social. Para Freire, a educação constitui uma prática de liberdade, capaz de estimular sujeitos a reconhecerem as estruturas de opressão e a atuarem coletivamente na transformação da sociedade.

Nessa mesma direção, Hooks (2013) destaca que o espaço educacional pode se tornar um lugar de resistência e emancipação quando estimula o pensamento crítico e questiona as hierarquias sociais baseadas em gênero, raça e classe. A autora argumenta que práticas pedagógicas comprometidas com a justiça social são fundamentais para ampliar a participação de grupos historicamente marginalizados nos espaços de produção de conhecimento e de poder.

Assim, compreender o gênero como categoria de análise histórica implica também reconhecer que as disputas em torno desse conceito ultrapassam o campo

acadêmico, refletindo tensões mais amplas presentes na sociedade contemporânea. O debate sobre gênero, educação e participação política permanece, portanto, um campo fundamental para a construção de sociedades mais democráticas e inclusivas.

Neste sentido, pode-se compreender que os avanços ligados a participação política feminina na política brasileira não se limitam ao campo da narrativa histórica, mas se constitui como potente ferramenta. Ao evidenciar experiências concretas de inserção, resistência e atuação no espaço público, nota-se uma evolução no processo de construção de referências que dialogam diretamente com a formação crítica dos sujeitos, especialmente no contexto escolar. Diante disso, ao trazer à tona percursos muitas vezes invisibilizados pela historiografia tradicional, amplia-se o repertório de identificação dos estudantes, favorecendo reflexões sobre gênero, cidadania e participação política. Logo, tais trajetórias permitem problematizar desigualdades estruturais e estimular o pensamento crítico, consolidando-se como recursos pedagógicos que articulam conhecimento histórico e formação para a vida em sociedade.

1.3 Estratégias pedagógicas para abordar gênero em sala de aula

A educação, enquanto instrumento de empoderamento feminino, está intimamente ligada à forma como é estruturada e oferecida pelo Estado e suas instituições. Os sistemas formais de ensino, em vez de promoverem igualdade, podem refletir e até legitimar desigualdades sociais históricas. Muitas vezes, os materiais didáticos reforçam estereótipos de gênero, apresentando figuras masculinas como corajosas, fortes e ambiciosas, enquanto às mulheres são atribuídas características de passividade, modéstia e dependência. Essas representações, quando legitimadas por instituições educacionais, moldam a forma como meninas se percebem e influenciam negativamente suas aspirações para o futuro.

Em diferentes contextos históricos e socioculturais, a organização dos sistemas educacionais refletiu e reproduziu papéis de gênero tradicionais. No Brasil, especialmente até meados do século XX, era comum a oferta de formações distintas para meninos e meninas, nas quais estes eram incentivados ao estudo de áreas como ciências e matemática, enquanto aquelas eram direcionadas a conteúdos voltados à economia doméstica.

Em outros contextos internacionais, particularmente em países da África Subsaariana, estudos evidenciam a persistência de desigualdades de gênero no ambiente escolar, associadas a normas socioculturais que vinculam as meninas a papéis domésticos e ao casamento precoce (UNESCO, 2010; British Council, 2021; World Bank, 2022). Nessas realidades, práticas pedagógicas também podem refletir tais desigualdades, com registros de vieses docentes que resultam em menor atenção e incentivo às estudantes, especialmente em áreas como ciências e matemática (FAWE; UNESCO, 2010).

Dessa forma, os currículos formais acabam por reforçar papéis sociais tradicionais e perpetuar desigualdades de gênero. Buscar a paridade de gênero nas escolas é, sem dúvida, um passo importante para reduzir as desigualdades sociais. Contudo, essa busca não deve se limitar à equivalência numérica entre meninos e meninas nas instituições de ensino. É fundamental analisar o contexto em que o processo educativo ocorre e os resultados efetivos que dele advêm. Ignorar essas variáveis pode agravar as disparidades existentes.

Para que a educação seja de fato uma ferramenta de empoderamento feminino, é necessário enfrentar os desafios estruturais e culturais que ainda limitam a igualdade de gênero no ambiente escolar. Contudo, a implementação dessa abordagem educativa enfrenta desafios significativos. A resistência de setores conservadores à discussão de gênero nas escolas, a tentativa de censura de conteúdos feministas e a desvalorização do trabalho docente comprometido com a inclusão têm dificultado o avanço dessas práticas. Por isso, a defesa da história das mulheres como ferramenta educativa deve ser também uma ação política e institucional. É preciso garantir formação docente continuada, materiais pedagógicos adequados, políticas públicas comprometidas com a equidade e, sobretudo, uma cultura escolar que valorize a diversidade e o respeito aos direitos das mulheres (Cunha; Mattos, 2022).

A história das mulheres, quando inserida de forma consciente e crítica no processo educativo, transforma-se em uma poderosa ferramenta de desconstrução de desigualdades, ampliação de horizontes e formação cidadã. Trata-se de um convite permanente à escuta, ao reconhecimento e à valorização das vozes femininas que fizeram a história, e cuja memória é essencial para a construção de um futuro mais justo, plural e democrático.

A implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no cenário educacional brasileiro consolidou um paradoxo fundamental para as políticas públicas de diversidade. Ao mesmo tempo em que o documento se apresenta como um guia para a equidade, o processo de sua redação final evidenciou um "silenciamento estratégico". Para Douzatts (2020) a supressão dos termos "gênero" e "orientação sexual" não é uma ausência neutra, mas uma escolha intencional e política que visa esvaziar o debate identitário, tentando confinar a diversidade num plano invisível da estrutura curricular.

Porém, a força normativa da BNCC para a garantia dos Direitos Humanos estão presente nas Competências 7 (Argumentação) e 9 (Empatia e Cooperação). A primeira estabelece que o estudante deve ser capaz de argumentar com base em fatos e informações confiáveis para promover os direitos humanos e a consciência socioambiental. Ou seja, isso exige enfrentamento teórico de preconceitos, pois não se pode argumentar em defesa da cidadania sem considerar as assimetrias de gênero que estruturam a sociedade.

Já a Competência 9 enfoca na empatia e na resolução de conflitos, pressupondo o acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais. Logo, o exercício da alteridade proposto pela BNCC torna-se vazio se a escola desconsidera as questões de gênero, uma vez que a sexualidade e a identidade são constituintes centrais do "eu" e do "outro". No âmbito das Ciências Humanas, a inserção de tal temática ganha contornos práticos dentro do componente curricular de História, tendo em vista esta disciplina assume o papel de desnaturalizar as funções sociais.

Em suma, embora a BNCC apresente lacunas terminológicas, a abordagem de gênero e sexualidade é uma exigência ética contida na própria estrutura das competências gerais. Ignorar tais temáticas nas Ciências Humanas significaria descumprir o objetivo primordial da Base: a formação de cidadãos aptos a conviver de forma ética e democrática em uma sociedade plural.

As políticas públicas educacionais, sob o olhar da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC), deixaram de ser vistas apenas como diretrizes administrativas para se tornarem instrumentos garantidores de direitos humanos e de emancipação. A escola é compreendida como um terreno para a desconstrução da lógica heteronormativa, que por muito tempo estigmatizou

formas de saber e identidades que não se alinhavam ao modelo convencional.

A política educacional brasileira aponta que a construção de masculinidades e feminilidades ocorre dentro da escola e que os processos de subjetivação de identidades (hetero, homo ou bissexuais) incidem diretamente na permanência e no rendimento escolar dos alunos. As ações do Estado devem se direcionar na garantia da equidade e com políticas e atitudes didático-pedagógicas voltadas a garantir igualdade de direitos e de oportunidades a todos os indivíduos e grupos. A implantação dessas políticas, fundamentada em marcos como o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM)⁴ e o Programa Brasil sem Homofobia (BSH)⁵, estrutura-se em três eixos prioritários de ação que visam o enraizamento da agenda de enfrentamento ao sexismo e à homofobia:

As políticas públicas voltadas à promoção da igualdade de gênero e da diversidade sexual na educação estruturam-se a partir de três eixos principais: *planejamento, gestão e avaliação*, com atenção para a transversalidade e articulação intersetorial; *acesso e permanência*, visando ampliar o ingresso e a continuidade de grupos historicamente excluídos; e *formação de profissionais da educação*, entendida como fundamental para a construção de uma prática pedagógica inclusiva. Tais políticas não atuam de forma isolada, mas resultam da interação entre Estado, sistemas de ensino, movimentos sociais, meio acadêmico e organismos internacionais, assumindo o compromisso de transformar práticas educativas e combater estereótipos.

Nesse âmbito, destaca-se que o debate em torno da chamada “ideologia de gênero” evidencia a magnitude política dessas disputas. A partir da análise de Furlin (2015), compreende-se que esse termo não possui base acadêmica, sendo uma construção discursiva de setores conservadores para conter avanços democráticos no campo educacional. Ao distorcer o conceito de gênero, tais discursos produzem

⁴ A primeira versão do plano foi lançada em 2004, durante o primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sendo coordenada pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). Ao longo dos anos, o PNPM passou por atualizações (como em 2008 e 2013), ampliando suas metas e incorporando demandas relacionadas à diversidade, incluindo recortes de raça, classe, território e orientação sexual.

⁵ O Programa Brasil Sem Homofobia foi uma iniciativa do governo federal brasileiro lançada em 2004, durante a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, com o objetivo de combater a violência e a discriminação contra a população LGBTQIA+ e promover a cidadania e os direitos humanos. Coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos, o programa articulou ações interministeriais voltadas a áreas como educação, saúde, segurança pública e cultura, buscando implementar políticas de inclusão e respeito à diversidade sexual.

um “pânico moral” que tem a intenção de restringir a inclusão de temas relacionados à diversidade, igualdade e direitos humanos, revelando o currículo e as políticas educacionais como espaços de disputa por projetos de sociedade.

Por sua vez, as análises de Vianna e Unbehaum (2004) bem como de Bianca Salazar Guizzo (2022), indicam que a incorporação das questões de gênero e sexualidade nas políticas educacionais brasileiras ocorreu de forma não linear e desigual. Enquanto o período pós-1988 apresentou avanços normativos, a efetiva transversalização dessas pautas foi reduzida e fragmentada. Em anos mais recentes, observa-se um movimento simultâneo de institucionalização e contestação dessas políticas, caracterizado por tensões, retrocessos e disputas ideológicas. Evidencia-se, dessa forma, que o campo educacional se configura como arena estratégica, no qual se confrontam projetos distintos, revelando tanto o potencial transformador dessas políticas quanto sua vulnerabilidade diante de mudanças no cenário político.

Ana Maria Colling (2015), afirma que a educação, ao longo da história, tem desempenhado um papel fundamental na reprodução de desigualdades de gênero, ao mesmo tempo em que se constitui em um ambiente estratégico para sua problematização e transformação. Ela argumenta que práticas pedagógicas, currículos e materiais didáticos historicamente reforçaram estereótipos e papéis sociais tradicionais, naturalizando diferenças entre homens e mulheres e contribuindo para a manutenção de hierarquias sociais. Ao evidenciar essas “inquietações”, aponta-se a necessidade de uma revisão crítica das práticas educativas, defendendo a incorporação da perspectiva de gênero como elemento essencial para a construção de uma educação mais democrática, inclusiva e comprometida com a igualdade.

Neste sentido, Jaqueline Aparecida Martins Zarbato (2015) compreende que a incorporação da categoria gênero no ensino de História constitui uma estratégia fundamental para problematizar a narrativa histórica tradicional e contribuir para a formação crítica dos docentes. Argumenta-se que o ensino de História, ao privilegiar narrativas centradas em sujeitos masculinos e em perspectivas hegemônicas, tende a invisibilizar a atuação das mulheres e a naturalizar desigualdades.

O uso do gênero como ferramenta analítica possibilita não apenas ampliar os conteúdos trabalhados, mas também questionar os próprios critérios de produção do conhecimento histórico. Ou seja, a formação docente aparece como elemento central nesse processo, uma vez que os profissionais da educação desempenham papel

decisivo na mediação desses saberes, podendo tanto reproduzir quanto transformar visões tradicionais. Assim, Zarbato evidencia que a articulação entre gênero, narrativa histórica e formação docente é condição basilar para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas, críticas e comprometidas com a diversidade.

O ensino de História ocupa uma posição estratégica no processo educativo, não apenas por seu conteúdo formativo, mas por seu potencial de estimular a consciência política, a leitura crítica do presente e a participação cidadã. Em um país como o Brasil, marcado por profundas desigualdades sociais, econômicas e de acesso ao conhecimento, o papel da disciplina História transcende a mera transmissão de fatos e datas: ela se torna um campo de disputa de narrativas, identidades e projetos de futuro. Nesse sentido, abordar os desafios atuais da educação brasileira implica necessariamente refletir sobre como o ensino de História pode contribuir para a formação de sujeitos críticos, autônomos e conscientes de seu papel na transformação da sociedade. Nas últimas décadas, o ensino de História passou por significativas reformulações pedagógicas e epistemológicas. O avanço das ciências sociais, os estudos de gênero, as perspectivas decoloniais e a valorização das memórias coletivas transformaram a maneira como a história é ensinada e aprendida. Essas transformações, no entanto, coexistem com retrocessos institucionais e políticos que impactam diretamente a qualidade e a liberdade do ensino. O movimento Escola Sem Partido, por exemplo, ganhou força a partir de 2016 e gerou um ambiente de intimidação nas salas de aula, com tentativas de censura a conteúdos relacionados à ditadura militar, aos direitos humanos e às questões de gênero e sexualidade (Cunha; Mattos, 2022).

Em meio a esse cenário, o ensino de História continua sendo um espaço de resistência e de construção de consciência política. Isso porque ele oferece instrumentos para a análise crítica da realidade, possibilitando aos estudantes identificarem os processos históricos que estruturam as desigualdades atuais. A compreensão da colonização, da escravidão, do patriarcado, do racismo estrutural e das formas de exclusão política torna-se essencial para qualquer proposta de formação cidadã. Ao contrário do que sustentam discursos conservadores, ensinar a complexidade da história do Brasil com suas tensões, contradições e conflitos é uma forma de fortalecer a democracia, não de fragilizá-la (Ribeiro; Almeida, 2020).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), implementada a partir de 2017 e

reformulada nos anos seguintes, apresenta avanços e limitações nesse campo. Por um lado, reconhece a importância de temas como a diversidade cultural, os direitos humanos e a história dos povos africanos e indígenas. Por outro, peca por sua abordagem tecnicista, fragmentada e alinhada a lógicas neoliberais, que tendem a esvaziar o sentido crítico das disciplinas.

Como apontam Gatti e Barreto (2020), a BNCC reduz o currículo a competências e habilidades mensuráveis, ignorando a dimensão política da educação. Isso tem repercussões diretas na prática docente, no tempo pedagógico e na autonomia dos professores, especialmente em disciplinas humanísticas como História.

Outro desafio contemporâneo para o ensino de História é o avanço das tecnologias digitais e das redes sociais como fontes de informação e desinformação. A chamada “infodemia”, o excesso de informações falsas ou manipuladas, afeta a capacidade dos estudantes de distinguir fatos históricos de opiniões ideológicas. Nesse contexto, o papel do professor de História se torna ainda mais relevante, na medida em que ele deve atuar como mediador crítico, estimulando a análise de fontes, o debate fundamentado e a checagem de dados. A promoção da consciência política depende, nesse aspecto, da capacidade da escola de formar leitores críticos da realidade e isso passa, inevitavelmente, pela valorização das humanidades (Pinto; Nascimento, 2023).

Ademais, a desigualdade educacional no Brasil, agravada pela pandemia de COVID-19, gerou impactos profundos na aprendizagem, especialmente entre os estudantes das camadas populares. O ensino remoto emergencial, embora necessário, evidenciou a exclusão digital, a ausência de estrutura e o abismo social entre as redes públicas e privadas de ensino. Isso afetou diretamente a continuidade de projetos pedagógicos que visavam à formação crítica, como os voltados à educação antirracista, à valorização da história local e ao ensino de gênero (Moura; Silva, 2021).

Diante desses desafios, é essencial pensar estratégias para fortalecer o ensino de História enquanto espaço de formação cidadã e emancipatória. Isso envolve a valorização da formação docente contínua, a ampliação do acesso a materiais didáticos diversos e contextualizados, o fomento a projetos pedagógicos interdisciplinares e o incentivo à participação ativa dos estudantes no processo de

construção do conhecimento histórico. Projetos que integrem memória comunitária, história oral, práticas culturais locais e trajetórias de lideranças femininas, negras, indígenas e periféricas mostram-se especialmente eficazes para conectar o currículo escolar à realidade dos alunos (Fernandes; Santos, 2024).

A escola, portanto, pode ser um território de disputa simbólica, onde se confrontam visões de mundo, ideologias e projetos sociais. O ensino de História, ao trabalhar com diferentes perspectivas, silêncios e disputas de memória, oferece as ferramentas necessárias para que os estudantes compreendam que o presente não é um dado natural, mas resultado de escolhas políticas. Cultivar essa consciência é o que torna o ensino de História uma poderosa ferramenta de transformação.

O ensino de História deve, essencialmente, articular o conteúdo histórico ao processo de sua produção, integrando também a experiência histórica individual e coletiva dos alunos. Essa experiência é construída a partir de vivências cotidianas e das interações em sociedade, o que torna o aprendizado mais significativo. Ao adotar uma abordagem crítica e contextualizada, os professores podem exercer um papel decisivo no fortalecimento da democracia, capacitando os estudantes a identificarem fontes confiáveis de informação, reconhecer a desinformação e desenvolver um pensamento crítico e embasado.

Nesse contexto, a disciplina de História assume um papel central na formação cidadã, ao permitir que os alunos compreendam o passado, interpretem o presente e projetem possibilidades para o futuro. Assim, o professor deixa de ser um mero transmissor de conteúdo para se tornar um agente formador de consciências críticas, estimulando a análise reflexiva da realidade e a construção de saberes fundamentados.

O historiador francês Henri Moniot (1981) ao debruçar-se sobre a História enquanto disciplina escolar, versa acerca das suas especificidades e determina que o seu ensino, no fim do século XIX, garantiu a existência da História universitária, em que a divisão da história em grandes períodos permite uma articulação das disciplinas escolares e acadêmicas e logo, não poderá ser entendida como um processo histórico acadêmico necessariamente transmitido e incorporado pela escola (Bittencourt, 2018).

Em tempos de negacionismo histórico, discursos de ódio e ameaça à liberdade de ensino, é dever ético da educação pública democrática sustentar a importância da

história como instrumento de construção da cidadania, do pensamento crítico e da justiça social. Nesse caminho, professores, estudantes, pesquisadores e gestores têm o papel de fortalecer redes de apoio e resistência, fazendo do ensino de História um ato político no melhor sentido do termo: aquele que visa à emancipação humana.

A abordagem de gênero em sala de aula, especialmente nas disciplinas de Ciências Humanas como História, constitui uma prática pedagógica necessária para a construção de uma educação crítica, inclusiva e comprometida com os direitos humanos. No entanto, a inclusão de discussões sobre gênero no ambiente escolar ainda encontra resistências, seja por parte de segmentos conservadores da sociedade, seja por lacunas na formação docente ou pela ausência de recursos pedagógicos adequados. Diante disso, torna-se essencial discutir e propor estratégias pedagógicas que possibilitem o trabalho com a temática de forma crítica, ética e contextualizada.

Em primeiro lugar, é fundamental compreender que ensinar sobre gênero vai além da inserção pontual de conteúdos sobre mulheres ou diversidade sexual nos currículos. Trata-se de uma perspectiva transversal que atravessa conteúdo, metodologias, linguagens e práticas pedagógicas, exigindo um olhar atento para as estruturas de poder que moldam as relações sociais dentro e fora da escola (Louro, 2020). A abordagem de gênero deve, portanto, ser pensada como uma prática cotidiana, que desafia hierarquias, desconstrói estereótipos e promove o respeito à diversidade.

Uma das estratégias mais eficazes para trabalhar gênero em sala de aula é a adoção da pedagogia crítica, inspirada em autores como Paulo Freire. Essa abordagem pressupõe a escuta ativa dos estudantes, o reconhecimento de seus contextos sociais e o estímulo ao pensamento reflexivo. Ao abordar temas como desigualdade de gênero, feminismos, masculinidades, violência doméstica, direitos das pessoas LGBTQIA+ e divisão sexual do trabalho, o/a professor/a pode estimular o debate, promover a empatia e contribuir para a formação de sujeitos críticos e autônomos (Freire, 2020; Nascimento, Fernandes, 2023).

Nesse sentido, Bell Hooks (2017) amplia essa perspectiva ao discutir a educação como prática de liberdade, defendendo uma pedagogia engajada que valorize a experiência dos estudantes e confronte simultaneamente as estruturas de opressão relacionadas a gênero, raça e classe. A autora também propõe uma reflexão

crítica sobre possíveis limites da tradição freireana quando aplicada às discussões feministas, ressaltando a importância de uma prática pedagógica que enfrente explicitamente o sexismo presente nas estruturas sociais e educacionais.

Outra estratégia importante é o uso de recursos interdisciplinares, que articulam a discussão de gênero com outras áreas do conhecimento, como Literatura, Artes, Sociologia e Geografia. A análise de obras literárias escritas por mulheres, por exemplo, permite discutir a representação da feminilidade e a crítica aos papéis sociais impostos. Filmes, músicas, exposições artísticas e reportagens também são ferramentas potentes para provocar reflexões e sensibilizar os estudantes sobre questões de gênero de forma envolvente e acessível (Moraes; Ribeiro, 2021).

O uso de biografias e histórias de vida é uma estratégia valiosa, sobretudo no ensino de História. A recuperação das trajetórias de mulheres que atuaram em diversos campos ajuda a evidenciar a presença histórica feminina e desconstruir a narrativa tradicional, centrada nos feitos de homens brancos, ricos e heterossexuais. Inserir figuras como Dandara dos Palmares, Nísia Floresta, Bertha Lutz, Carolina Maria de Jesus e Lia Varela no conteúdo escolar amplia o repertório simbólico dos estudantes e contribui para o reconhecimento da pluralidade histórica (Santos; Costa, 2024).

Bittencourt (2018) relata que o uso didático de documentos funciona como uma excelente estratégia pedagógica eficiente e insubstituível por possibilitar um contato real com as situações concretas, onde os documentos são materiais atrativos e estimulantes para os alunos e estão associados aos métodos ativos ou ao construtivismo. O uso de documentos nas aulas de História que versam acerca do gênero, justifica-se pelas contribuições que poderá oferecer para o desenvolvimento do pensamento histórico, facilitando a compreensão do processo de produção do conhecimento histórico da conquista de direitos e espaço na política.

No que diz respeito às práticas metodológicas, destaca-se a importância de promover atividades participativas e colaborativas, como rodas de conversa, projetos interdisciplinares, grupos de estudo, debates e oficinas temáticas. Essas práticas favorecem a construção coletiva do conhecimento, a troca de experiências e a valorização das subjetividades. A escuta ativa e o respeito às vivências dos estudantes são condições fundamentais para o sucesso dessas estratégias.

A escola também pode ser um espaço de ação afirmativa, por meio da criação

de projetos voltados à promoção da equidade de gênero, como clubes de leitura feminista, semanas da diversidade, campanhas de combate ao assédio e ao machismo, bem como parcerias com organizações da sociedade civil. Essas iniciativas reforçam a escola como território de resistência e transformação social, além de fortalecer a cidadania dos sujeitos envolvidos (Barbosa; Lima, 2020).

Entretanto, nenhuma estratégia será eficaz se não houver um compromisso institucional com a formação continuada dos/as professores/as. Muitos profissionais relatam insegurança ou desconhecimento ao tratar de gênero, o que reforça a urgência de políticas públicas que incentivem a qualificação docente nessa área. Além disso, é preciso assegurar respaldo pedagógico e jurídico para que o/a professor/a não seja criminalizado/a ou censurado/a em razão do conteúdo trabalhado. O contexto atual, marcado por ataques à liberdade de cátedra e tentativas de deslegitimar os estudos de gênero, exige coragem e resistência por parte da comunidade escolar (Cunha; Mattos, 2022).

Abordar gênero em sala de aula é um ato político, no sentido mais amplo do termo. Significa escolher uma pedagogia que humaniza, acolhe, emancipa. Significa reconhecer que a educação pode ser um espaço de construção de novos sentidos, onde cada estudante possa refletir sobre sua identidade, seus direitos e seu lugar no mundo. Ao adotar estratégias pedagógicas sensíveis ao gênero, o/a educador/a contribui não apenas para a aprendizagem, mas também para a transformação da realidade social.

O ensino de História se dedica ao processo de problematização e conhecimentos relativos aos desdobramentos históricos de diversas sociedades localizadas em diferentes temporalidades para estudantes em diversos níveis educacionais, desde o ensino fundamental até o ensino superior. Esse componente curricular tem como objetivo principal promover a compreensão do passado e suas influências no presente, bem como o desenvolvimento de habilidades críticas e analíticas nos estudantes. O ensino de História acaba por desempenhar um papel fundamental na difusão e investigação do passado, contribuindo para a formação de cidadãos informados e para a compreensão das complexidades das diversas sociedades e culturas ao longo do tempo. Nesse passo:

O conhecimento das atividades pretéritas do ensinar História tem relevância fundamental para a compreensão e o planejamento do dia a dia do professor e do seu

futuro profissional. Dizendo de outro modo, sem o conhecimento da História do ensino de História, podemos simplesmente repetir, ficar presos a regras ou desobedecê-las inconsequentemente. E essas três atitudes permissivas, isoladas ou em conjunto têm um nome, com o qual nenhum professor quer ser identificado: prática acrítica (Alves Junior *et al.*, 2004, p. 247).

Levando em consideração uma análise mais refinada sobre a importância do ensino de história, não podemos desconsiderar a escola como espaço fundamental para o ensino e a aprendizagem, apesar dos avanços na tecnologia e na disponibilidade de recursos educacionais fora do ambiente escolar. Há várias razões para a manutenção da relevância da escola. A primeira se dá pelo fato de que nem todos os alunos têm acesso igual a recursos educacionais fora da escola, como bibliotecas, laboratórios e computadores. Sendo assim, ela desempenha um papel crucial em fornecer esses recursos a todos os alunos, independentemente de sua situação econômica ou social.

Além do mais, a escola é um local no qual os estudantes de diferentes origens culturais, étnicas e socioeconômicas se reúnem, oportunizando a exposição de diferentes perspectivas e culturas, promovendo a compreensão e a tolerância. A escola também se configura como um terreno de interação social na qual conhecimentos são transmitidos de diferentes formas a partir da participação em discussões entre os colegas, como também na orientação direta do professor.

Isso é fundamental para a compreensão e o aprofundamento do conhecimento. Além do aprendizado acadêmico, a escola é uma instituição na qual os alunos desenvolvem habilidades sociais e interpessoais importantes, como trabalho em equipe, comunicação e resolução de conflitos. Ela oferece um ambiente de aprendizado estruturado, com um currículo definido e metas educacionais claras, ajudando os estudantes na assimilação de conhecimentos de maneira organizada e sequencial. Para muitos deles, a escola representa um ambiente seguro e supervisionado, onde podem receber apoio não apenas acadêmico, mas também emocional e social.

Mesmo considerando as desigualdades estruturais e de recursos provenientes das disparidades regionais e de caráter público e privado, a escola é um espaço que ainda oportuniza o compartilhamento de realizações e conquistas com professores e colegas, o que pode ser motivador e inspirador para crianças e adolescentes. Sobre

essa perspectiva, Silva e Fonseca (2010, p.32) destacam que:

É nas relações entre professores, alunos, saberes, materiais, fontes e suportes que os currículos são, de fato, reconstruídos. Assim, devemos valorizar, permanentemente, na ação curricular, as vozes dos diferentes sujeitos, o diálogo, o respeito à diferença, o combate à desigualdade e o exercício da cidadania. Professores e alunos fazem história! (Silva; Fonseca, 2010, p. 32).

Portanto, as temáticas aqui abordadas — especialmente as relações de gênero, política e memória — são pensadas não apenas como objetos de investigação historiográfica, mas também como conteúdos e problemas a serem analisados em sala de aula. No âmbito escolar, o debate sobre gênero tem se consolidado como elemento para a formação cidadã, na medida em que possibilita problematizar desigualdades historicamente construídas e ainda presentes na sociedade.

A escola, enquanto espaço de socialização e produção de conhecimento, possui protagonismo na desconstrução de estereótipos e na promoção de práticas mais inclusivas. Estudar gênero no ensino de História significa ampliar o repertório de narrativas históricas, incorporando sujeitos, experiências e trajetórias que foram, por muito tempo, silenciadas e/ou marginalizadas.

O desenvolvimento do produto educacional, no formato de documentário, constitui recurso didático que possibilita discutir o protagonismo feminino na política local, tomando como referência a elementos da trajetória de Lia Varela. Objetiva-se contribuir para a construção de práticas pedagógicas que valorizem novas narrativas, promovam o pensamento crítico e estimulem os estudantes a compreenderem as relações entre passado e presente a partir de uma perspectiva mais inclusiva e reflexiva.

Guacira Lopes Louro (1997) compreende que as condições de existência das instituições escolares e acadêmicas estão, certamente, em transformação (como, por seu caráter histórico, estão todas as instituições sociais). A presença cada vez maior de meninas e mulheres nas salas de aula mostra uma tendência de representatividade cada vez maior. Em vista disso, uma educação não sexista é uma demanda mais urgente e este projeto caminha nesse sentido.

A inserção da história das mulheres nos processos educacionais representa um movimento fundamental para a construção de uma pedagogia crítica, plural e emancipadora. Por muitos séculos, as narrativas históricas escolares privilegiaram os

feitos de homens brancos, pertencentes às elites políticas, econômicas e intelectuais, silenciando ou marginalizando as experiências femininas. Essa ausência não se deve à inexistência de mulheres na história, mas à escolha seletiva de quais personagens e eventos são dignos de memória.

Com a emergência dos estudos de gênero, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, passou-se a questionar esse cânone historiográfico, propondo a inclusão ativa das mulheres como sujeitos históricos. No século XXI, essa proposta se reafirma como uma ferramenta educativa indispensável, capaz de ampliar o entendimento da história e promover valores democráticos, equitativos e inclusivos nas escolas e universidades.

Ao considerar a história das mulheres como ferramenta educativa, é necessário compreender que ela não se limita à recuperação de personagens femininas “esquecidas”. Trata-se de uma mudança de paradigma que exige uma reinterpretação profunda das estruturas sociais, culturais e políticas que moldaram a experiência humana.

Como destaca Perrot (2019), a história das mulheres propõe um deslocamento das categorias centrais da historiografia tradicional, revelando os modos pelos quais o poder opera nas esferas públicas e privadas, nas relações de gênero, nos corpos e nas subjetividades. Essa perspectiva permite visualizar a história como um campo de disputa simbólica e política, no qual o passado é constantemente reconfigurado a partir das questões do presente.

No campo da educação, a valorização da história das mulheres contribui para a formação de sujeitos críticos, conscientes das desigualdades de gênero e capazes de atuar na transformação social. Ao conhecer as lutas, conquistas e resistências protagonizadas por mulheres em diferentes tempos e espaços, os/as estudantes desenvolvem uma percepção mais complexa da realidade, identificam as raízes históricas das opressões contemporâneas e reconhecem a pluralidade das experiências humanas. Como afirmam Silva e Almeida (2021), ensinar a história das mulheres na escola é uma forma de democratizar o conhecimento, desafiar os discursos hegemônicos e promover uma educação orientada pelos direitos humanos.

CAPÍTULO 2 - A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE LIA VARELA NO CENÁRIO LUDOVICENSE COMO FERRAMENTA DE CONSTRUÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA

Este capítulo será dedicado a análise da trajetória de Lia Rocha Varela no cenário político ludovicense, entendendo-a partir de sua origem familiar, formação acadêmica, inserção e atuação na Câmara Municipal de São Luís e na Prefeitura de São. A figura de Lia Varela será apresentada não apenas como um mero agente político, mas como um sujeito inserido em um determinado contexto permeado de disputas políticas e tensões sociais. Sua experiência será entendida a partir de vivências que estão conectadas com a memória e identidade local. Ela representa a continuidade de práticas políticas tradicionais ou rompe com padrões históricos a partir de pautas progressistas? Veremos a seguir!

2.1 Origens, Família e Formação: O Capital Cultural de Lia Varela

Nascida em 25 de abril de 1934, em São Luís, Lia formou-se professora normalista pela Escola Zuleide Bogéa e advogada pela antiga Faculdade de Direito do Maranhão, atual curso de direito da Universidade Federal do Maranhão, destacando-se desde jovem como alfabetizadora e servidora pública da Justiça Federal no Maranhão, exercendo o cargo de analista judiciária. Esta trajetória nos ajuda a compreender sua posição num cenário social em que ela se torna relevante para a construção de uma consciência histórica crítica, especialmente no que se refere às relações entre gênero, política e representatividade.

Lia era filha de Euzébio Fernandes Varela, que exercia a profissão de garçom, e de Maria José Rocha Varela. Oriunda de uma família de trabalhadores com quatro irmãs, sendo ela a única das quatro a trilhar a trajetória política. Apesar da realidade de privação material, típica de uma família pobre, os estudos sempre foram vistos como o principal caminho para uma vida melhor. Esse pensamento dos pais possibilitou que Lia e seus irmãos tivessem acesso ao ensino superior, um feito significativo para uma família afrodescendente naquele contexto histórico. Sua irmã, Maria Helena, formou-se em Odontologia, enquanto Rosa Maria licenciou-se em Filosofia, evidenciando que o percurso acadêmico foi a estrada trilhada pela família

Varela para romper com as estruturas de exclusão social.

Sua inserção na política institucional ocorreu no contexto da ditadura civil-militar brasileira, quando os partidos políticos estavam reorganizados no sistema bipartidário. Filiada à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), iniciou sua trajetória como suplente de deputada estadual (1967–1971). Posteriormente, foi eleita vereadora de São Luís em 1970, tomando posse em 1971. Reeleita nas eleições municipais de 1974 e 1978, Lia Varela alcançou posição de destaque ao tornar-se presidente da Câmara Municipal de São Luís durante a legislatura iniciada em 1975, sendo a primeira, e até hoje única, mulher a ocupar esse cargo no legislativo ludovicense.

Em 15 de agosto de 1978, na condição de presidente da Câmara, assumiu interinamente a Prefeitura de São Luís, tornando-se a primeira mulher a governar uma capital brasileira, ainda que de forma temporária em dois momentos: de 15 de agosto de 1978 até 15 de setembro de 1978 — cerca de 30 dias, após o afastamento do prefeito Ivar Saldanha por problemas de saúde; e de 14 de março até 22/23 de março de 1979.

Com o processo de reorganização partidária que ocorreu no final da ditadura civil-militar, a ARENA foi extinta e deu origem ao Partido Democrático Social (PDS)⁶, legenda à qual Lia Varela passou a ser filiada. Já no período de abertura política, continuou exercendo mandatos como vereadora vinculada ao PDS, permanecendo na vida política municipal até 1992 (Ferreira, 2010; Botelho; Motta, 2015).

Para compreender a trajetória de Lia Varela, faz-se indispensável demarcar a distinção conceitual entre a ocupação de espaços de poder por uma 'figura feminina' e a atuação como 'feminista'. Apesar de sua inserção política ter quebrado barreiras, Lia não teve vínculos formais com as organizações feministas de seu período. A historiografia (Ferreira, 2015) demonstra que o ingresso feminino na política maranhense tendeu a se viabilizar pelas vias tradicionais de poder, prescindindo de um compromisso programático de ruptura com as estruturas patriarcais. Sob essa perspectiva, embora Lia Varela represente um indiscutível pioneirismo nos espaços de decisão ludovicenses, sua agência política não deve ser enquadrada anacronicamente como militância feminista, dado que suas pautas concentraram-se

⁶ Partido político nacional fundado em janeiro de 1980 para suceder à Aliança Renovadora Nacional (Arena), extinta com o fim do bipartidarismo em 29 de novembro de 1979. Fundiu-se em abril de 1993 com o Partido Democrata Cristão (PDC), dando origem ao Partido Progressista Reformador (PPR). (Fonte: <https://atlas.fgv.br/verbete/6099>, acesso em 05/10/2025).

na atuação institucional, voltadas à educação e à assistência social.

No campo da consciência histórica, a utilização da trajetória de Lia Varela como ferramenta pedagógica permite, conforme a teoria de Jörn Rüsen (2016), que os estudantes estabeleçam uma relação entre o passado e suas orientações presentes. Ao analisar as tensões de gênero e raça que marcaram sua vida, promove-se uma aprendizagem histórica que desafia o apagamento de sujeitos subalternizados nas narrativas oficiais. A trajetória política de Lia Rocha Varela no cenário ludovicense representa uma ferramenta relevante para a construção de uma consciência histórica crítica, especialmente no que se refere às relações entre gênero, política e representatividade.

Com o processo de reorganização partidária que ocorreu no final da ditadura civil-militar, a ARENA foi extinta e deu origem ao Partido Democrático Social (PDS)⁷, legenda à qual Lia Varela passou a ser filiada. Já no período de abertura política, continuou exercendo mandatos como vereadora vinculada ao PDS, permanecendo na vida política municipal até 1992 (Ferreira, 2010; Botelho; Motta, 2015).

No final da década de 1970, a política ludovicense era marcada pela expressiva predominância masculina nos espaços de representação. Nesse contexto, a atuação de Lia Rocha Varela se destacou como uma presença singular no cenário político local. Embora não tenha sido a primeira mulher eleita vereadora de São Luís, posto ocupado anteriormente por Maria de Lourdes Diniz Machado em 1950, foi a primeira mulher a presidir a Câmara Municipal e a assumir, ainda que interinamente, a chefia do Executivo da capital maranhense.

Professora, advogada e servidora da Justiça Federal, sua trajetória inclui três mandatos como presidente do Legislativo Municipal (1971 a 1973 / 1977 a 1983 / 1983 a 1988 / 1989 a 1992) e atuação em âmbito nacional ao ser eleita, em 1979, presidente da União dos Vereadores do Brasil (UVB), evidenciando o reconhecimento de sua liderança política em um espaço historicamente dominado por homens (Emir, 2022). Na UVB, atuou principalmente na defesa do fortalecimento das câmaras municipais, do municipalismo e na articulação política entre vereadores de diferentes estados da federação. Neste sentido, valorizou-se o poder legislativo municipal como espaço de

⁷ Partido político nacional fundado em janeiro de 1980 para suceder à Aliança Renovadora Nacional (Arena), extinta com o fim do bipartidarismo em 29 de novembro de 1979. Fundiu-se em abril de 1993 com o Partido Democrata Cristão (PDC), dando origem ao Partido Progressista Reformador (PPR). (Fonte: <https://atlas.fgv.br/verbete/6099>, acesso em 05/10/2025).

representação popular, projetando sua imagem política nacionalmente na transição da década de 1970 para 1980.

A relevância histórica de Lia Varela torna-se ainda mais evidente quando observada no contexto da baixa representatividade feminina na política ludovicense. De acordo com levantamento realizado por Ferreira (2006), entre as legislaturas de 1932 e 2002 apenas um número reduzido de mulheres ocupou cadeiras nas esferas legislativas no Maranhão⁸. Nesse cenário, a presença de Lia Varela entre as décadas de 1970 e 1990 representa uma ruptura simbólica e política em estruturas historicamente marcadas pela predominância masculina.

A análise da trajetória política de Lia Varela também pode ser compreendida à luz dos debates sobre gênero, raça e representação política no Brasil. A participação feminina na política demonstra que os espaços institucionais de poder foram historicamente estruturados a partir de relações desiguais que limitaram a presença das mulheres, especialmente das mulheres negras. Nesse sentido, conforme argumenta Gonzalez (1984), o racismo e o sexismo operam de forma articulada na sociedade brasileira, produzindo hierarquias que condicionam as possibilidades de participação política e de reconhecimento social das mulheres negras.

No campo da ciência política, pesquisas como as de Biroli (2018) evidenciam que a sub-representação feminina nos parlamentos não se explica apenas por fatores eleitorais, mas também por estruturas históricas de exclusão que limitam o acesso das mulheres às redes de poder e às oportunidades políticas. Essa exclusão torna-se ainda mais intensa quando considerada a dimensão racial, uma vez que mulheres negras enfrentam obstáculos adicionais decorrentes do racismo estrutural.

Assim, um aspecto importante de sua trajetória, diz respeito à dimensão racial. Parte da historiografia recente tem destacado Lia Varella (Figura 1) como uma das primeiras mulheres afrodescendentes a ocupar posições de destaque na política maranhense. Contudo, é necessário problematizar se essa identificação racial era explicitamente assumida pela própria parlamentar ou se constitui uma leitura analítica posterior produzida por pesquisadores.

Nas entrevistas realizadas para esta pesquisa com Maria Rosa Varella, sua irmã, e Domingo Bispo, ex-assessor e amigo pessoal de Lia Varella, buscou-se

⁸ Dados presentes na pesquisa OS BASTIDORES DA TRIBUNA: Mulher, Política e Poder no Maranhão, tese de doutorado de Maria Mary Ferreira defendida na Universidade Estadual de São Paulo em 2006.

compreender de que maneira a questão racial aparecia em sua trajetória política e na percepção de seus contemporâneos, considerando o contexto histórico em que categorias raciais muitas vezes não eram mobilizadas publicamente na arena política. Essa problematização permite compreender como gênero, raça e poder se articulam na análise da presença feminina na política maranhense.

Figura 1 – Imagem de Lia Varela no cenário ludovicense



Fonte: Emir, (2020)

A dimensão racial na trajetória política de Lia Rocha Varela exige uma análise cuidadosa. Diferentemente de lideranças como Benedita da Silva, cuja atuação política esteve explicitamente vinculada à identidade racial e à participação em movimentos negros, não foram identificadas, nas fontes consultadas até o momento, declarações públicas de Lia Varela nas quais ela se autodefinisse como mulher negra ou articulasse sua atuação política a pautas do movimento negro.

Nota-se que a trajetória de Lia Varela no contexto ludovicense representa não apenas a inserção de uma mulher em um espaço historicamente marcado pela hegemonia masculina, mas também a consolidação de uma voz feminina crítica, atuante e engajada nos debates culturais, educacionais e políticos de São Luís. Sua imagem pública, construída ao longo de décadas de militância intelectual e social, desafia os estereótipos atribuídos às mulheres, tradicionalmente associadas à passividade, à docilidade e à exclusão dos centros de decisão. Contudo, é necessário problematizar os limites das fontes disponíveis acerca de sua trajetória, sobretudo no

que diz respeito à forma como sua identidade racial era reconhecida publicamente. Segundo Rocha *et al.*, (2020, p. 508), o impacto de sua trajetória estende-se além do mandato, haja vista que:

Varella tornou-se referência local e nacional do protagonismo feminino negro na política, como comprovam sua eleição para presidente da União dos Vereadores do Brasil (UVB) em 1979 e sua biografia contemplada no Dicionário Mulheres do Brasil da RedeH, que visou resgatar trajetórias apagadas da história oficial nacional. Em reconhecimento dificultado pelas estruturas do patriarcado, sua memória institucional foi preservada pela Câmara Municipal de São Luís por meio da criação, em 2018, do Prêmio Lia Varela, conferido anualmente a mulheres que se destacam socialmente, simbolizando o legado de igualdade e representatividade que representa (Rocha *et al.*, 2020, p.508).

Essa lacuna não significa, necessariamente, ausência de racialização em sua trajetória, mas pode indicar a forma particular como o racismo estrutural operou no contexto brasileiro. Conforme argumenta Gonzalez (2020), a sociedade brasileira historicamente construiu mecanismos de apagamento das identidades negras por meio de categorias ambíguas como “morena” ou “mulata”, frequentemente utilizadas para suavizar ou negar a condição negra, sobretudo no caso de pessoas de pele mais clara. Esse processo está relacionado ao mito da democracia racial difundido por Freyre (1987), segundo o qual a miscigenação brasileira teria produzido uma sociedade supostamente livre de conflitos raciais.

Vale destacar que Lia Varella foi uma figura feminina de relevância política na capital maranhense, mas não necessariamente uma mulher alinhada ao feminismo. Isso pode ser identificado ao longo de sua carreira a partir de propostas e projetos debatidos na Câmara, bem como pelo depoimento de amigos, colegas de trabalho e familiares que apontaremos de forma mais detalhada no documentário referente ao produto educacional. Tal posição se dá também pela filiação político partidária a legendas tradicionalmente de centro e direita, como destacamos anteriormente.

A análise de sua trajetória política como ferramenta pedagógica para o ensino de História permite perceber como Lia Varela personifica uma narrativa de resistência política e reconhecimento identitário. Sua atuação em um período de transição autoritária para redemocratização, da década de 1970 ao início dos anos 1990, oferece uma lente privilegiada para discutir como as desigualdades estruturais de gênero e raça são tensionadas pela presença de lideranças que as desafiam. Ao

inserir Varella nos currículos escolares, provoca-se a problematização do apagamento das mulheres negras nos espaços de poder e estimula-se a reflexão sobre a construção de consciência histórica crítica entre estudantes, especialmente sobre qual lugar lhes é permitido ocupar na sociedade (Emir, 2022).

Em pesquisa apresentada no Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress, as professoras Diomar das Graças Motta (UFMA) e Maria do Socorro Coêlho Botelho (IFMA) (2015) analisaram a atuação de Lia Varella sob o viés da representatividade racial e de gênero. No trabalho intitulado *A professora afrodescendente na política ludovicense*, as autoras ressaltam o papel disruptivo de Lia diante do histórico de invisibilidade política das mulheres negras. Segundo elas, “(...) com a sua envergadura, na presidência da Câmara Municipal, decorridos quase quarenta anos, até hoje, permanece como a primeira e única mulher a ocupar este cargo”, evidenciando o quão marcante foi, e ainda é, sua conquista em um cenário estruturalmente desigual.

Nesse sentido, o fato de documentos históricos não mencionarem explicitamente a identidade racial de determinadas figuras públicas pode ser interpretado como parte das dinâmicas do racismo estrutural que marcaram a construção das narrativas oficiais no Brasil. A ausência de nomeação racial não significa neutralidade, mas pode indicar processos de invisibilização das experiências negras na história política nacional (Costa *et al.*, 2018).

Outro elemento importante para compreender a trajetória de Lia Varella refere-se à dimensão de classe. Diferentemente de muitas mulheres negras que enfrentaram barreiras adicionais decorrentes da pobreza, sua inserção no meio educacional e intelectual sugere a presença de capitais sociais e culturais que também influenciaram suas possibilidades de ascensão política. Como observa Flávia Biroli 2013, a participação feminina na política não pode ser analisada apenas a partir da variável de gênero, sendo necessário considerar a articulação entre desigualdades sociais, raciais e econômicas que estruturam o acesso ao poder.

Pesquisas como a de Motta e Botelho (2015), destacam que sua atuação política ocorreu em um contexto no qual a presença feminina na política ludovicense era extremamente reduzida. Nesse sentido, sua eleição para a presidência da Câmara Municipal representou um marco histórico, permanecendo, por décadas, como a única mulher a ocupar esse cargo na capital maranhense. O protagonismo de Lia Varella

destaca-se, sobretudo, pela superação dos obstáculos impostos pela discriminação racial e de gênero, que historicamente limitaram a participação de mulheres negras na política.

Assim, tanto Maria Machado como Lia Varela abriram caminhos fundamentais para a participação feminina na política local, possibilitando que outras mulheres também tivessem oportunidades de atuar e influenciar decisões no plenário da Câmara Municipal de São Luís. É importante ainda debruçar, acerca da ideia de que a imagem de Lia Varela é também discutir os limites e possibilidades da representação feminina no Maranhão, onde as mulheres, especialmente as negras, ainda lutam por legitimidade e reconhecimento. Sua trajetória reafirma que a presença das mulheres na vida intelectual e política da cidade é não só possível, mas essencial para a construção de uma sociedade mais plural, justa e democrática.

O entendimento sobre a trajetória política de Lia Varela exige situá-la no interior das estruturas político-institucionais vigentes durante a ditadura civil-militar brasileira (1964–1985), recorte temporal histórico marcado pela centralização do poder e pela limitação da participação democrática. Na esfera municipal, especialmente nas capitais, a escolha de prefeitos não se dava por meio de eleições diretas, mas por nomeações realizadas pelos governadores estaduais, alinhados ao regime.

Na capital São Luís, essa dinâmica se expressou na sucessão de gestores vinculados à Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e, posteriormente, ao Partido Democrático Social (PDS), como Ivar Saldanha, Lerenó Nunes, Mauro Fecury e Roberto Macieira, todos inseridos no bloco governista e articulados às estruturas de poder dominantes no estado, frequentemente associadas às lideranças políticas de projeção nacional, como José Sarney. É justamente nesse terreno político que Lia Varela está inserida. Eleita vereadora em sucessivos pleitos ao longo da década de 1970, sua permanência no Legislativo municipal revela não apenas continuidade política, mas também capacidade de articulação em um ambiente institucional fortemente marcado por hierarquias partidárias e alianças locais.

Sua eleição para a presidência da Câmara Municipal em três ocasiões (1975, 1978 e 1982) indica o reconhecimento de sua liderança no interior dessas estruturas, ainda que em um contexto de forte sub-representação feminina. Essa posição institucional foi decisiva para sua ascensão ao Executivo municipal em agosto de 1978, quando, diante do afastamento do prefeito Ivar Saldanha por motivos de saúde,

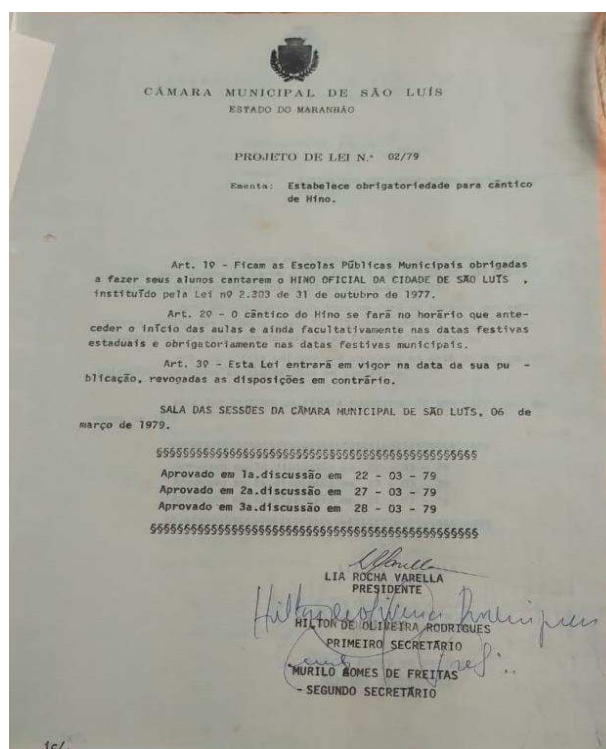
assumiu interinamente a chefia do poder executivo local.

Esse curto episódio adquiriu grande relevância simbólica, especialmente por representar a presença de uma mulher — e mulher negra — à frente da administração de uma capital brasileira em pleno regime autoritário. No entanto, é importante destacar que essa ascensão não decorreu de disputa eleitoral direta, mas das regras institucionais vigentes, que vinculavam a chefia do Executivo municipal às dinâmicas internas do poder legislativo e às decisões do governo estadual.

No que tange à sua trajetória eleitoral, destaca-se que, no pleito de 1982 — já no contexto de abertura política — seus representativos 2.807 votos, figurando entre as candidaturas mais expressivas de seu partido. Ainda assim, a eleição para o Executivo municipal permanecia indireta, reforçando ainda os limites da participação democrática no período.

Lia Rocha Varella despontou como uma figura essencial na política de São Luís do Maranhão, principalmente no período entendido entre 1978 e 1979, quando comandou a presidência da Câmara Municipal. Sua liderança é verificada pela presença constante de sua assinatura como Presidente em variados projetos de Lei aprovados, como evidencia-se abaixo:

Figura 2 - Presidência e atuação de Lia Varella na Câmara de São Luís

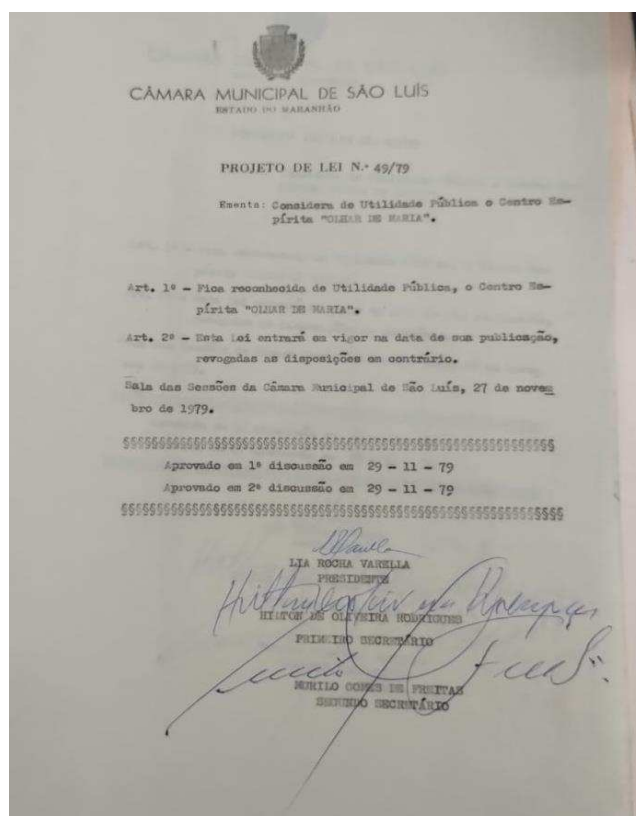


Fonte: Projeto de Lei N 49/79 da Câmara Municipal de São Luís – MA 06/03/1979.

O documento é um projeto de lei municipal, datado de 6 de março de 1979, proposto e assinado pela vereadora Lia Rocha Varella, então presidente da Câmara Municipal de São Luís. O texto estabelece a obrigatoriedade do canto do Hino Oficial da Cidade de São Luís nas escolas públicas municipais. O artigo 1º determina que todas as escolas municipais devem fazer com que os alunos cantem o hino oficial instituído pela Lei nº 2.303, de 31 de outubro de 1977. Enquanto isso, o segundo artigo especifica que o cântico deve ocorrer no início das aulas e obrigatoriamente em datas festivas municipais e estaduais. No terceiro artigo, informa-se que a lei entraria em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

O projeto foi aprovado em três discussões plenárias realizadas nos dias 23, 27 e 28 de março de 1979, e assinado pelos vereadores Hilton de Oliveira Rodrigues (primeiro secretário) e Murilo Gomes de Freitas (segundo secretário). Nota-se que se trata de uma iniciativa legislativa voltada à valorização dos símbolos municipais e da identidade cultural de São Luís, reforçando o patriotismo local e o civismo nas escolas públicas durante o final da década de 1970.

Figura 3 - Projeto de Lei de autoria de Lia Varella sobre “civismo” nas escolas



Fonte: Projeto de Lei N 49/79 da Câmara Municipal de São Luís – MA 29/11/1979.

O documento acima refere-se ao registro de aprovação do Centro Espírita Olhar de Maria, que atualmente se localiza na Rua Padre Manoel de Jesus nº 06 , bairro da Liberdade⁹. Este evento não só ratifica sua posição de destaque no âmbito público, mas também a sua capacidade de comandar e guiar o processo legislativo sobre questões pertinentes do cotidiano da capital. Esse projeto de lei municipal foi elaborado pelo vereador Costa Ferreira, filiado à ARENA (Aliança Renovadora Nacional), datado de 27 de novembro de 1979.

A proposta tem como objetivo reconhecer o Centro Espírita “Olhar de Maria” como de utilidade pública, conforme descrito no Artigo 1º, o que significa conceder à instituição o direito de receber benefícios, apoio institucional e reconhecimento formal do poder público municipal por seus serviços prestados à comunidade. O Artigo 2º estabelece que a lei entraria em vigor na data de sua publicação, revogando quaisquer disposições em contrário, representando, assim, uma iniciativa de valorização e reconhecimento das instituições religiosas e assistenciais que desempenhavam funções sociais relevantes em São Luís no final da década de 1970.

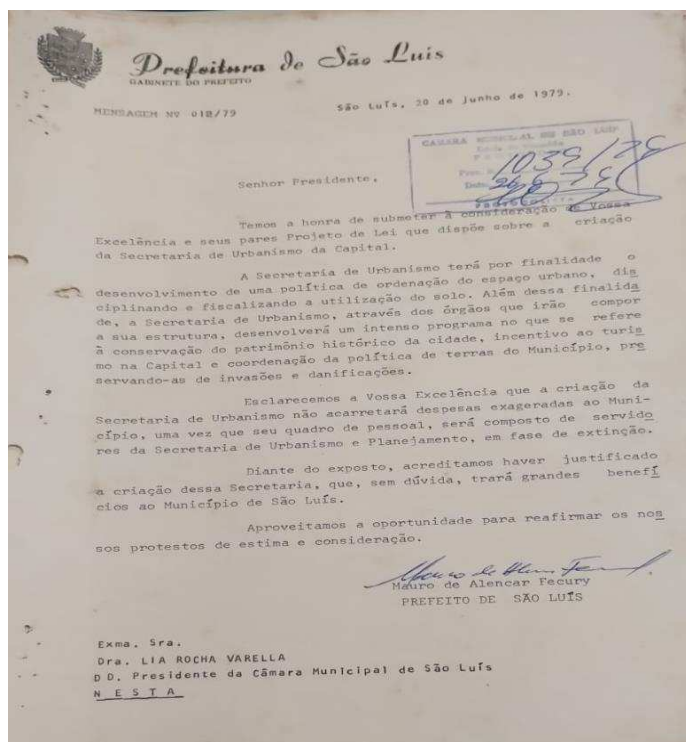
Um outro ponto bastante importante de sua atuação é o debate sobre a criação da Secretaria de Urbanismo da Capital, conforme mensagem nº 012/79 da Prefeitura de São Luís, encaminhada à Dra. Lia Rocha Varella, Presidente da Câmara Municipal. Este documento, com data de 20 de junho de 1979, relata a importância de uma política de ordem do espaço urbano, conservação do patrimônio cultural e histórico e o estímulo do turismo. A mensagem direta enviada pelo Prefeito Mauro de Alencar Fecury, seguindo um trâmite tradicional da instituição.

A interlocução institucional entre o Poder Executivo municipal e a presidência da Câmara evidencia o papel estratégico desempenhado por Lia Varella no processo de mediação política e encaminhamento das pautas administrativas da capital maranhense. Ao receber e conduzir a tramitação de propostas oriundas do Executivo, como a mensagem referente à criação da Secretaria de Urbanismo, sua atuação revela não apenas a função protocolar da presidência legislativa, mas também a capacidade de articulação política necessária para viabilizar debates e decisões sobre temas estruturais para a cidade. Nesse sentido, sua presença à frente do Legislativo

⁹ Fonte: <https://femar.org.br/2023/casas-espíritas/centro-espirita-olhar-de-maria/>. Acessado em 10/10/2025.

municipal contribuiu para a consolidação de agendas voltadas ao planejamento urbano, à preservação patrimonial e ao ordenamento do espaço público, aspectos que se tornavam cada vez mais centrais nas discussões sobre gestão urbana nas capitais brasileiras nas últimas décadas do século XX.

Figura 4 - Mensagem da Prefeitura de São Luís a Presidência da Câmara de Vereadores sobre a criação da Secretaria de Urbanismo



Fonte: Câmara Municipal de São Luís – MA 20/06/1979.

O cuidado e a preocupação com a organização do espaço urbano e a preservação do patrimônio histórico, em um período marcado por processos de modernização e expansão urbana da cidade, evidenciam uma visão administrativa voltada para o planejamento urbano e para a valorização das características históricas e culturais de São Luís. A distinção entre presença feminina nas instituições e a efetiva produção de políticas voltadas a determinados grupos sociais dialoga com debates da teoria da representação política sobre representação descritiva e representação substantiva, discutidos por Pitkin (2006).

A criação e o fortalecimento de uma secretaria voltada ao urbanismo sinalizam um esforço de institucionalização do planejamento urbano no âmbito da administração municipal, indicando uma preocupação com a gestão do espaço urbano e com a

melhoria das condições de vida da população. Tal iniciativa dialoga com debates mais amplos sobre planejamento urbano que ganharam maior relevância no Brasil nas décadas seguintes, especialmente diante dos desafios relacionados à expansão das cidades e à preservação de seus centros históricos.

A excepcionalidade da trajetória de Lia Varela torna-se ainda mais evidente quando analisada à luz dos padrões históricos de representação feminina na Câmara Municipal de São Luís. Conforme levantamento realizado por Ferreira (2015), entre 1948 e 1992 apenas três legislaturas contaram com a presença de mulheres eleitas, sendo Lia Varela uma das poucas parlamentares a ocupar esse espaço de forma recorrente. Esse dado evidencia o caráter ainda restrito da participação feminina na política local durante o período.

Diante desse cenário, sua presença no Legislativo municipal pode ser compreendida como um elemento de ruptura parcial com a estrutura tradicionalmente masculina da política ludovicense. Contudo, é importante evitar generalizações acerca do alcance dessa representação. Embora sua trajetória tenha ampliado a visibilidade da participação feminina na política local, as fontes disponíveis não indicam, de forma direta, a proposição de projetos legislativos especificamente voltados para a população negra. Assim, a relevância histórica de sua atuação parece estar mais associada ao simbolismo político de sua presença e à ampliação das possibilidades de participação feminina nos espaços institucionais de poder do que necessariamente à formulação de políticas públicas direcionadas a grupos raciais específicos. Na Tabela 2 abaixo, observa-se a distribuição das vereadoras por legislatura em São Luís.

Tabela 1 – Vereadoras de São Luís por legislatura (1948-1992)

Legislatura	Vereadoras eleitas
1ª (1948-49)	Nenhuma
2ª (1949-51)	Nenhuma
3ª (1951-55)	Maria de Lourdes Diniz Machado
4ª–6ª (1955-1967)	Nenhuma
7ª (1967-71)	Genoveva Moraes Correia
8ª (1971-73)	Lia Varela
9ª (1973-77)	Nenhuma

10 ^a –11 ^a (1977-83)	Lia Varela
12 ^a (1983-88)	Lia Varela, Ana Rita Braga
13 ^a (1989-92)	Lia Varela, Simone Andrade, Nazaré Carvalho

Fonte: Adaptado de Rocha *et al.*, (2020)

O quadro expõe a centralidade de Lia na ocupação dos espaços de poder e a raridade da presença feminina naquele período. Seu nome permanece entre os poucos que romperam com o ciclo de invisibilidade institucional histórica. Após detalhar a tabela, torna-se possível discutir alguns pontos centrais: Lia Varela emergiu como liderança em um cenário marcado por exclusão simbólica e representativa, sendo, ao mesmo tempo, agente de transformação institucional e garantia de visibilidade para a população negra e feminina. Sua atuação como presidente da Câmara simbolizou uma desestabilização temporária, e simbólica, do monopólio masculino do poder no Legislativo municipal. Já sua função como prefeita interina, ainda que breve, conferiu-lhe legitimidade narrativa como primeira mulher afrodescendente a governar uma capital brasileira (Ferreira, 2015).

No entanto, é preciso problematizar a fragilidade dessa ruptura: o fato de que sua atuação permaneceu solitária ou quase solitária por tanto tempo denuncia o caráter estrutural da exclusão de gênero e raça na política brasileira. A celebração de sua história, portanto, não pode se dar de forma acrítica ou isolada; é necessário entendê-la como um ponto de inflexão que, ao mesmo tempo em que revelou possibilidades, também escancarou os limites e as barreiras persistentes à pluralização da representação política.

Sua trajetória política ganha maior densidade quando considerada no contexto histórico e social do Maranhão no período. A partir da década de 1980, diversos movimentos sociais como organizações camponesas, comunidades quilombolas e grupos de quebradeiras de coco babaçu, intensificaram suas mobilizações em torno de pautas relacionadas a direitos sociais, reconhecimento político e acesso à terra (Varga; Batista, 2016). Esse ambiente de crescente mobilização coletiva constitui o pano de fundo no qual se insere a atuação política de Lia Varela no cenário ludovicense.

Entretanto, é importante reconhecer que as fontes documentais disponíveis até o momento indicam que sua atuação institucional esteve majoritariamente vinculada a pautas administrativas e legislativas de caráter mais amplo, como projetos

relacionados à organização do espaço urbano e iniciativas de caráter cívico, a exemplo da proposta de obrigatoriedade da execução do hino nacional em determinadas atividades institucionais.

Embora sua presença na presidência da Câmara Municipal e em outras posições de liderança represente um marco importante na participação feminina na política local, não há evidências diretas, nos documentos analisados até aqui, de proposições legislativas especificamente voltadas para políticas direcionadas à população negra. No entanto, como argumentam autoras do feminismo negro, entre elas Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Bell Hooks, a inserção de mulheres negras em espaços institucionais historicamente excludentes já constitui, por si só, um elemento relevante para compreender os processos de disputa por reconhecimento e participação política (Santos, 2020).

Ainda assim, sua trajetória pode ser interpretada como parte de um processo mais amplo de ampliação da presença feminina nos espaços institucionais de poder. Como observa Santos (2020, p. 52), “ao assumir a presidência da União dos Vereadores do Brasil (UVB) em 1979, Lia Varela ampliou sua atuação para além do âmbito local, passando a integrar redes políticas de alcance nacional”. Essa posição reforça sua relevância no cenário político da época e evidencia a projeção de sua liderança entre parlamentares de diferentes regiões do país. A compreensão de sua importância política assume também um papel pedagógico no presente, especialmente diante dos esforços recentes para ampliar a participação feminina no Legislativo de São Luís. A legislatura atual da Câmara Municipal de São Luís¹⁰ apresenta sete vereadoras, nas quais duas compõem coletivos (NÓS e UNIDOS) dentre total de 31 parlamentares que compõem a casa legislativa, o que representa um avanço ainda modesto, mas significativo, na representatividade feminina em relação a legislaturas da época de Lia Varella.

Inclusive, tramita na Câmara Municipal de São Luís, o PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 0016/2025¹¹ que institui Medalha Lia Rocha Varela de Mérito Jurídico. Proposto pelo presidente da casa, o vereador do PSB Paulo Victor, o projeto visa premiar com “profissionais da área do Direito, advogados, jurista, procuradores e sociedades advocatícias, deste Município, que tenham prestado relevantes” (São

¹⁰ <https://www.cmsaoluis.ma.gov.br/vereadores>, acessado em 05/05/2026.

¹¹ <https://www.cmsaoluis.ma.gov.br/atividade-legislativa/proposicoes/materia/2844>, acessado em 05/05/2026.

Luís, 2025, p.2).

Diante desse quadro, a trajetória de Lia Varela permanece relevante para a compreensão histórica da participação feminina na política ludovicense. Seu percurso institucional evidencia os desafios e as possibilidades enfrentados por mulheres que ingressaram em espaços políticos tradicionalmente masculinos, contribuindo para ampliar as referências históricas de atuação feminina no cenário político local.

Tabela 2 – Trajetória política de Lia Varela e objetivos pedagógicos do documentário educacional

Trajetória política	Objetivo pedagógico do documentário
Presidência da Câmara Municipal (1975, 1978, 1982)	Mostrar rompimento com o monopólio masculino no poder legislativo
Prefeitura interina (15 ago 1978 / mar 1979)	Destacar pioneirismo feminino negro no Executivo municipal
Liderança na UVB (1979)	Apresentar protagonismo político nacional e articulação coletiva
Resistência à invisibilidade racial e de gênero	Inspirar reflexões críticas sobre desigualdade, raça e gênero na política local

Fonte: Adaptado de Rocha *et al.*, (2020)

Esta tabela sintetiza como cada etapa da carreira de Lia se relaciona a uma dimensão do produto educacional. A ideia é que o documentário vá além da exposição de fatos e atue como dispositivo de aprendizagem crítica, promovendo discussões em sala de aula sobre representatividade, interseccionalidade e empoderamento. Isso encontra respaldo em pesquisas sobre história pública e cultura digital, que apontam para a eficácia de mídias audiovisuais na construção de narrativas plurais e interativas.

De acordo com Moretti *et al.*, (2012), a prática política, o seu ritualismo e o comportamento dos atores e dos espectadores propõem pensar a sociedade como uma entidade reguladora do poder, em que a coletividade deverá ensinar e cobrar do político suas responsabilidades, devendo assumir o cinema, o documentário um patamar de propagação de valores culturais e míticos, representados nos atos e no texto explorado. A inserção desse material no cotidiano escolar se apoia ainda em diretrizes legais e curriculares, como a Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena no Brasil, sublinhando a necessidade de conteúdos que valorizem trajetórias como a de Lia Varela.

Observa-se que o uso do documentário pedagógico sobre Lia Varela representa não apenas uma estratégia de ensino inovadora, mas uma prática de ruptura com os modelos tradicionais da educação histórica. Ao apresentar a trajetória de uma mulher que enfrentou estruturas de exclusão política em São Luís, o documentário poderá oferecer aos estudantes uma experiência sensorial e crítica que lhes permite compreender, de forma vivida, como os mecanismos de poder operam nas relações de gênero, raça e classe. A interseccionalidade, nesse sentido, deixa de ser apenas um conceito teórico para tornar-se uma lente concreta e acessível que revela desigualdades estruturais historicamente silenciadas.

Além disso, o recurso audiovisual amplia as possibilidades de construção de uma consciência histórica crítica, pois estimula o reconhecimento de sujeitos históricos locais e rompe com narrativas centradas exclusivamente em heróis nacionais ou figuras masculinas de poder. Ao mesmo tempo, promove o engajamento dos estudantes em práticas de cidadania, incentivando-os a não apenas consumirem informações, mas também a produzirem conteúdos históricos, políticos e culturais por meio das mídias digitais. Assim, o documentário se torna uma ferramenta potente tanto para a alfabetização histórica quanto para a formação de sujeitos críticos, capazes de questionar, representar e transformar o mundo que habitam.

2.2 A gestão municipal de Lia Varela: Desafios em tempos de ditadura (Historiografia sobre ditadura no maranhao/sao luis)

A historiografia sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964–1985) é marcada por um vasto repertório de hipóteses e objetos de pesquisa. Inicialmente ligada a interpretações mais centradas na dimensão militar do golpe e do regime, a produção historiográfica posterior ampliou o debate para compreender as múltiplas relações entre Estado, sociedade civil, elites econômicas, cultura política e memória histórica.

Para compreender a inserção e a posterior consolidação de Lia Varela no cenário político maranhense a partir da década de 1970, faz-se indispensável analisar a profunda reorganização das forças de poder locais desencadeada pelo golpe civil-militar de 1964 e pela subsequente institucionalização do regime autoritário. No Maranhão, o cenário pós-1964 não se traduziu apenas na aplicação direta das diretrizes de segurança nacionais emanadas do poder centralizado em Brasília, mas

também em uma reacomodação peculiar de oligarquias históricas e novas lideranças locais que disputavam a hegemonia governamental sob a chancela dos militares.

Até meados da década de 1960, a política maranhense era dominada pelo chamado "vitorinismo", corrente clientelista e mandonista articulada em torno do Senador Vitorino Freire. Contudo, com a ascensão do regime militar e a necessidade deste de legitimar suas propostas modernizadoras e afastar velhos "coronéis" das esferas de comando regional, abriu-se espaço para a consolidação de uma nova força dissidente: o "sarneísmo". A eleição de José Sarney ao governo do estado em 1965, apresentando uma plataforma modernizante em consonância com as aspirações de progresso técnico e desenvolvimento econômico defendidas pelos militares, marcou o início de uma transição de poder na qual o clientelismo tradicional foi reconfigurado, e não extinto, sob o novo manto institucional.

Com a promulgação do Ato Institucional nº 2 (AI-2) e a implantação do bipartidarismo, as forças políticas maranhenses se reorganizaram sob duas legendas oficiais: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido governista de sustentação ao regime, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição moderada. Longe de ser um bloco monolítico e homogêneo, a ARENA no Maranhão constituiu-se como um verdadeiro "guarda-chuva" que abrigava intensas disputas internas entre as antigas bases vitorinistas (em decadência, mas ainda influentes) e o grupo sarneísta em franca ascensão.

É dentro desse espaço tensionado de conciliação de elites e disputas interpartidárias da ARENA que figuras como Lia Varela encontraram espaço para sua projeção política na capital São Luís. No ambiente urbano e legislativo da capital, a fidelidade ao espectro político situacionista da ARENA (e, posteriormente, ao PDS com a reforma partidária de 1979) oferecia canais burocráticos e clientelistas fundamentais para a consolidação de bases eleitorais, sobretudo em um contexto em que o regime militar priorizava o desenvolvimento e a ordem sob um viés marcadamente conservador. Dessa forma, a trajetória de Lia Varela entrelaça-se diretamente com a dinâmica de um estado que, sob a ditadura, modernizou suas estruturas administrativas e institucionais, mantendo, simultaneamente, intocados os antigos laços de dependência e as lógicas de exclusão social e de gênero características do poder oligárquico local.

No cenário maranhense, a atuação da Aliança Renovadora Nacional (ARENA)

deve ser compreendida para além de uma simples adesão ideológica ao regime militar. Conforme aponta a historiografia local (Mendes, 2021; Costa, 2015), o partido configurou-se como um espaço de acomodação de elites e de intensas disputas intraoligárquicas, dividindo-se entre o grupo liderado por José Sarney e a ala vitorinista, nesse contexto, a filiação de Lia Varela à legenda situa sua trajetória dentro de uma cultura política maranhense marcadamente situacionista, onde a ARENA operava como o canal institucional necessário para a viabilização de pautas administrativas e a ocupação de espaços de poder. Portanto, mais do que um bloco homogêneo, a ARENA no Maranhão foi o instrumento de legitimidade para um projeto de modernização conservadora que, embora rompesse formalmente com o passado, manteve as redes de clientelismo e as estruturas de poder tradicionais sob novas roupagens institucionais

A filiação de Lia Varela à Aliança Renovadora Nacional (ARENA) em 1967 não deve ser vista como uma adesão ideológica monolítica, mas inserida no que a historiografia local define como um “verdadeiro balaio de gatos”¹², segundo Mendes (2021), a ARENA no Maranhão era dilacerada por conflitos internos entre a ARENA 1 (liderada por José Sarney) e a ARENA 2 (liderada por Vitorino Freire). Nesse contexto, a ascensão de Lia Varela à presidência da Câmara e à prefeitura interina ocorre em um momento de crise intraoligárquica, Embora Lia mantivesse um estilo de “política aberta” e sem “conchavos”, sua trajetória foi viabilizada por alianças com figuras centrais do regime, como Henrique de La Rocque, importante mediador entre o poder local e nacional. Assim, Lia Varela ocupou espaços no sistema utilizando a ARENA como o “canal institucional necessário” para a participação política permitida pelo regime.

A gestão interina de Lia Varela (1978-1979) coincidiu com o auge do projeto de modernização conservadora no estado, enquanto o grupo de José Sarney utilizava o discurso do “Maranhão Novo” para construir uma imagem de eficiência e ruptura com o “atraso” vitorinista, Lia Varela materializava essa modernização no plano

¹²A expressão é utilizada pelo historiador Wagner Costa (2015) para descrever a falta de homogeneidade e a intensa fragmentação interna da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) no Maranhão. Longe de ser um bloco coeso, o partido abrigava grupos políticos que eram historicamente rivais, sendo dividido principalmente entre a ARENA 1 (liderada por José Sarney) e a ARENA 2 (liderada por Vitorino Freire), além de aglutinar outras dissidências menores, como a de Clodomir Milet (ex-PSP) Segundo Mendes (2021), essa polarização interna era, muitas vezes, mais determinante para a dinâmica política estadual do que a própria disputa institucional contra o partido de oposição, o MDB.

administrativo. Projetos de sua autoria, como a criação da Secretaria de Urbanismo e a lei sobre o civismo nas escolas, dialogavam diretamente com a racionalidade burocrática e os valores de "moralização" defendidos pela ditadura.

Sua liderança, portanto, equilibrava-se entre o capital cultural (sua formação como advogada e analista judiciária) e a necessidade de trânsito em uma estrutura política marcadamente situacionista, onde a sobrevivência política dependia da proximidade com o Executivo estadual e federal. A análise de Mendes (2021) sobre a cultura política governista ajuda a explicar por que Lia Varela, uma mulher negra, ainda que não declarada em particular, em um espaço hegemonicamente branco e masculino, conseguiu manter-se no poder por décadas. A classe política maranhense tendia a se concentrar na ARENA devido a uma vocação situacionista. Lia Varela diferenciava-se, contudo, pelo seu método de "política formiguinha" — indo de casa em casa em uma época sem grande exposição midiática. Essa prática permitia que ela construísse uma base de apoio popular sólida, independente dos grandes "coronéis" agrários que Mendes identifica como a sustentação do vitorinismo.

Ao aliar-se a figuras como La Rocque e transitar com ética no Legislativo, ela transformou sua condição de "exceção" em uma posição de liderança estratégica, presidindo a União dos Vereadores do Brasil (UVB) e projetando o Maranhão nacionalmente. Ao cruzar as referências, percebe-se que Lia Varela operou dentro das "regras do jogo" da ditadura, mas sua presença causava rupturas simbólicas. Enquanto a dissertação de Mendes (2021) destaca que o regime no Maranhão fortaleceu elites conservadoras, a trajetória de Lia Varela mostra que houve brechas para o protagonismo feminino, desde que articulado às instâncias de poder vigentes.

Diferente de lideranças de oposição radical como Maria Aragão, Lia Varela optou pela via institucional, utilizando sua autoridade na Câmara para pautar a identidade local e o urbanismo, consolidando um legado que Mendes (2021) define como o papel do Legislativo de oferecer uma "imagem democrática" ao regime, enquanto Lia o utilizava para validar a agência feminina na política ludovicense.

Do ponto de vista historiográfico, essa discussão sobre o Maranhão no período da ditadura revelam importantes convergências e divergências. Há consenso quanto ao caráter autoritário e repressivo do regime instaurado em 1964, bem como sobre a importância do anticomunismo na legitimação do golpe. Apesar disso, divergem quanto ao peso da participação civil, ao grau de apoio social ao regime e às formas

de interpretação da memória democrática posterior. Logo, a historiografia contemporânea da ditadura civil-militar brasileira e maranhense afastou-se de interpretações simplificadoras e passou a compreender o período como consequência das relações complexas entre militares, elites civis, cultura política autoritária, disputas ideológicas e experiências sociais diversas.

Seguindo essa tendência de estudos sobre o tema, temos no Maranhão uma diversidade de pesquisas que enfatizam os aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais locais. No contexto maranhense, esse debate historiográfico sobre a ditadura civil-militar ganha contornos específicos ao ser relacionado às dinâmicas políticas regionais marcadas pelo coronelismo, pelas oligarquias locais e pelo processo de modernização conservadora implementado durante os governos alinhados ao regime militar.

Pesquisas acadêmicas produzidas no Maranhão, especialmente aquelas desenvolvidas nos programas de pós-graduação do estado, demonstram que o golpe de 1964 não representou uma ruptura com as estruturas tradicionais de poder no estado, mas, ao contrário, fortaleceu grupos políticos conservadores ligados às elites agrárias e às redes clientelistas regionais, ampliando as desigualdades sociais e a exclusão políticas das classes trabalhadoras no Maranhão. Neste sentido, para reforçar nossa análise historiográfica sobre o tema, examinaremos algumas pesquisas produzidas dentro do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão (PPGHIST/UEMA). São trabalhos recentes que apontam a atualização dos estudos sobre o tema da historiografia local.

A dissertação de mestrado do historiador Fábio Aquiles, intitulada *O Leviatã sob os olhos de Mnemósine: a Ditadura Civil Militar nas Trincheiras da Memória* (2016), analisa as disputas de memória em torno da ditadura civil-militar brasileira, destacando a construção de narrativas antagônicas sobre o regime instaurado em 1964. A hipótese central do trabalho se baseia na ideia de que a memória da ditadura constitui um campo de disputa política permanente, no qual militares, civis ligados ao regime e grupos de resistência buscam legitimar suas interpretações sobre o passado, como se nota abaixo:

Dessa forma, buscamos com esse capítulo subsidiar a continuidade do debate sobre a Ditadura Civil Militar, que já não ocupa os pijamas dos seus constituintes ou páginas envelhecidas de um livro de História, mas que voltou à ativa (como dizem os

militares) nesses últimos anos, quando manifestações de rua e nas redes sociais e demais espaços de emissão de ideias foram povoados por discursos favoráveis ao retorno dos militares ao poder, novamente enlaçados à ideia de crescimento econômico e de defesa da moralidade. Então, que se inicie mais um episódio ou mais uma nova batalha sobre a Memória acerca da Ditadura Civil Militar com esse trabalho (Alencar, 2016, p.35).

Enfatiza-se também que o aparato repressivo e de vigilância da ditadura no Maranhão integrou uma estrutura burocrático-autoritária mais ampla, articulada nacionalmente a partir da Doutrina de Segurança Nacional. Ao utilizar a História Oral como metodologia, Fábio Aquiles procura compreender tanto as memórias dos agentes da repressão quanto as dos sujeitos perseguidos pelo regime, destacando o ensino de História como espaço estratégico na preservação da democracia e na disputa pela consciência histórica.

Na dissertação de mestrado *História, Historiografia e Imprensa: revisitando João Goulart através dos jornais maranhenses no cotidiano escolar (2018)*, Manoel Afonso Ferreira Cunha examina as possibilidades do uso da imprensa maranhense como fonte histórica e recurso pedagógico para o ensino do governo João Goulart e do golpe de 1964 na educação básica. A hipótese central da pesquisa sustenta que os jornais impressos maranhenses podem contribuir para a construção de uma aprendizagem histórica crítica, aproximando os estudantes das disputas políticas e narrativas produzidas no contexto da crise democrática brasileira dos anos 1960.

Reforça-se a percepção de ainda existe um distanciamento entre a produção historiográfica acadêmica e o ensino de História nas escolas, o que reforça a necessidade de diversificar metodologias e incorporar novas linguagens e fontes documentais no cotidiano escolar. Segundo Cunha (2018, p.18-19),

Qualquer reflexão que se proponha a examinar determinados eventos históricos da política nacional sob o prisma dos meios de comunicação regionais, como substrato para o ensino de história do Maranhão, não pode estar desvinculada de uma discussão paralela a respeito da conjuntura política do Estado.” (Cunha, 2018, p. 18-19).

Dialogando com essa hipótese, defendemos a posição de que o documentário acerca da trajetória política de Lia Varella constitui ferramenta importante não só de estudo sobre a participação de mulheres na política maranhense, mas também no

resgate de um passado que possa ser de conhecimento das gerações atuais. Nesse sentido, a pesquisa defende que a utilização de documentos da Câmara Municipal, permite ao estudante desenvolver autonomia interpretativa, consciência histórica e compreensão crítica da realidade social e política do Maranhão.

Enquanto isso, Drielle Bitencourt destaca que o livro didático de História constitui-se em um importante instrumento de formação da consciência histórica dos estudantes, pois, além de organizar conteúdos e narrativas sobre o passado, também seleciona memórias, silencia experiências e produz interpretações acerca dos acontecimentos históricos. Nesse sentido, analisar as representações da ditadura militar brasileira nesses materiais significa compreender também as disputas políticas e ideológicas em torno da memória do regime e de seus significados para a sociedade brasileira contemporânea (Bittencourt, 2019, p. 42).

A leitura central é de que os livros didáticos não são instrumentos neutros de transmissão do conhecimento histórico, mas espaços de disputa de memória, narrativa e interpretação sobre o passado recente brasileiro. Ao elaborar um guia didático para o professor sobre a trajetória política de José Sarney no contexto da ditadura, Bittencourt compreende que as representações da ditadura presentes nesses materiais frequentemente simplificam conflitos políticos, minimizam práticas repressivas, focam nos aspectos históricos do eixo sul-sudeste e limitam a compreensão crítica dos estudantes acerca do autoritarismo e das resistências sociais. Nesse sentido, ela defende a necessidade de problematizar o uso do livro didático em sala de aula, articulando-o a outras fontes e linguagens que possibilitem uma formação histórica crítica e democrática.

Na esteira de pesquisas mais recentes sobre o contexto da ditadura civil-militar no Maranhão, temos o trabalho das historiadoras Monica Piccolo Almeida Chaves e Lidiane Elizabete Friderichs intitulado *A ditadura civil-militar e seus impactos no campo: a associação entre Estado, Empresários e Grileiros no processo de expropriação Rural no Maranhão (2025)*. Em conjunto, as duas professoras e pesquisadoras do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão (PPGHIST/UEMA), analisam como o Estatuto da Terra (1964) serviu de instrumento para utilização da terra para fins empresariais, aprofundando a concentração fundiária em um país marcado pelo latifúndio e por conflitos agrários.

Neste sentido, Friderichs e Chaves, (2025, p. 3):

A responsabilidade do Estado não se restringe à presença física, devendo incluir, além dos casos de omissão, as leis e as políticas públicas criadas para favorecer a concentração de terras e facilitar a grilagem. Considera-se, nesse escopo, a necessidade de se investigar os benefícios econômicos concedidos aos ruralistas (créditos subsidiados e incentivos fiscais) e os processos de regularização da propriedade rural, que oportunizaram a ação de grileiros, os quais acabaram por expulsar camponeses de terras que ocupavam e cultivavam há décadas. (Friderichs; Chaves, 2025, p. 3).

Ao examinarem o “dossiê do Serviço Nacional de Informações “Irregularidade administrativa”, no qual o governador de Goiás, políticos, empresários e advogados do estado são acusados de grilagem de terras no Maranhão e de serem mandantes de uma chacina responsável pelo assassinato de seis camponeses” (2025, p.1), identifica-se uma complexa articulação entre agentes públicos e privados no processo de intensificação da concentração fundiária no Maranhão durante a ditadura.

Durante o período da ditadura, o sistema político brasileiro estava estruturado sob um modelo bipartidário, no qual predominavam a ARENA, base de sustentação do regime, e o MDB, partido de oposição consentida. A atuação de Lia Varela nesse contexto ocorreu dentro das estruturas institucionais vigentes, o que exige cautela ao associar sua trajetória a movimentos de resistência política ou organizações de esquerda. As fontes disponíveis indicam que sua atuação esteve vinculada principalmente às dinâmicas institucionais da política municipal e à articulação com pautas administrativas da cidade.

Cabe destacar aqui que Lia Varela por muito tempo esteve filiada ao partido Aliança Renovadora Nacional (ARENA), legenda partidária situacionista e da base do governo militar. Esse fato confirma a ideia de que ela não representava uma figura política revolucionária, abertamente progressista e/ou de esquerda, mesmo tendo a sua presença na Assembleia Legislativa, Câmara Municipal e Prefeitura representando uma ruptura momentânea de paradigma pelo fato de uma mulher negra ocupar um espaço hegemonicamente branco e masculino.

Mesmo assim, sua experiência como prefeita interina em 15 de agosto de 1978 adquiriu grande repercussão simbólica de acordo com os relatos orais de seu assessor Domingo Bispo, sobretudo por representar a presença de uma mulher à frente do Executivo de uma capital brasileira. Ainda que temporária, por conta do

afastamento do então prefeito Ivar Saldanha por questões de saúde, essa posição conferiu visibilidade política à sua trajetória e reforçou sua projeção no cenário institucional da época (Rosa, 2024).

Assim, a análise de sua gestão municipal deve considerar simultaneamente dois elementos: de um lado, os limites impostos pelo regime autoritário e pelas estruturas partidárias vigentes; de outro, o significado histórico de sua presença em um cargo de liderança política em um período no qual a participação feminina nas instituições políticas brasileiras ainda era bastante restrita.

Durante o período em que exerceu interinamente a chefia do Executivo municipal de São Luís, em agosto de 1978, a atuação administrativa de Lia Varela esteve inserida em um contexto político marcado pela centralização institucional característica do regime instaurado após o Golpe de Estado no Brasil em 1964. Nesse cenário, a administração municipal operava dentro de limites institucionais definidos por um sistema político fortemente hierarquizado e dependente das relações entre o poder local, o governo estadual e as diretrizes federais.

Entre os temas que se destacavam nas discussões administrativas da capital maranhense naquele período estavam as questões relacionadas ao planejamento urbano e à organização do espaço da cidade. A expansão urbana acelerada das capitais brasileiras nas décadas de 1970 e 1980 colocou em evidência a necessidade de políticas voltadas ao ordenamento territorial, à infraestrutura urbana e à preservação do patrimônio histórico. No caso de São Luís, essas preocupações estavam diretamente relacionadas à valorização do centro histórico e à tentativa de conciliar processos de modernização urbana com a preservação de elementos arquitetônicos e culturais da cidade (Ferreira, 2015; Costa, 2023).

Nesse contexto, os debates sobre urbanismo e gestão do espaço urbano ganharam relevância nas discussões políticas municipais. A proposta de criação de uma Secretaria de Urbanismo, encaminhada pelo Executivo municipal à Câmara, evidencia a preocupação da administração pública com o planejamento da expansão urbana, a organização territorial e o estímulo a atividades econômicas como o turismo. Conforme apontam estudos sobre gestão urbana no Brasil, a institucionalização de órgãos voltados ao planejamento urbano nas administrações municipais tornou-se uma estratégia recorrente a partir da segunda metade do século XX, diante dos desafios impostos pelo crescimento das cidades e pela necessidade de planejamento

mais sistemático do território (Rolnik, 1997; Maricato, 2001).

Outro aspecto importante da atuação administrativa nesse período refere-se às relações institucionais entre o Poder Executivo e o Legislativo municipal. Na condição de liderança política com experiência na Câmara Municipal, Lia Varela transitava entre essas duas esferas de poder, o que favorecia o diálogo institucional necessário para a tramitação de projetos, mensagens administrativas e iniciativas legislativas relacionadas à gestão da cidade. A literatura sobre política municipal brasileira destaca que a articulação entre Executivo e Legislativo constitui elemento fundamental para a governabilidade local, sobretudo em contextos de forte dependência de negociações políticas para a implementação de políticas públicas (Abrucio; Couto, 1996).

Além disso, sua atuação política também pode ser compreendida no âmbito das articulações institucionais que caracterizavam a política municipal durante a ditadura. A estrutura partidária vigente, marcada pelo predomínio da ARENA como base de sustentação do regime, influenciava diretamente as dinâmicas de poder nas câmaras municipais e nas administrações locais. Nesse ambiente político, a capacidade de articulação e negociação entre diferentes atores institucionais tornava-se elemento central para a condução das pautas administrativas e legislativas (2004).

Assim, ainda que o período em que exerceu interinamente a chefia do Executivo municipal tenha sido relativamente breve, sua atuação evidencia a inserção de uma liderança feminina em processos decisórios ligados à administração urbana e à condução política da capital maranhense. Em termos teóricos, a experiência de Lia Varela dialoga diretamente com a figura da interseccionalidade, ao articular gênero, raça e política como categorias de análise essenciais para compreender os desafios estruturais enfrentados por mulheres negras na política institucional (Santos, 2022; Collins & Bilge, 2021). Ao adentrar o Executivo municipal em plena ditadura, Lia não apenas assumiu uma função pública, mas também representou coletivamente uma ruptura com relações simbólicas de poder que tradicionalmente excluía sujeitos racializados. Isso reforça a necessidade de abordagens interseccionais no estudo de trajetórias políticas como a sua.

Ademais, dados contemporâneos reforçam o caráter exemplar do caso Lia Varela: segundo dados do Movimento Mulheres Negras Decidem (2020), mulheres negras representam cerca de 28% da população brasileira, mas ocupam menos de

5% das prefeituras e cerca de 2-3% dos legislativos eletivos, configurando uma sub-representação. Isso evidencia que, embora tenha ocorrido há décadas, o protagonismo de Lia ainda ressoa num cenário atual em que a representação feminina negra continua reduzida.

Discutir a figura de Lia Varela à luz desses dados contemporâneos permite evidenciar a atualidade de sua luta e a urgência de políticas de inclusão que rompam com o elitismo, o racismo e o sexismo estruturais. Ao ser incorporada como referência em materiais didáticos e projetos pedagógicos, como o documentário em questão, Lia não apenas simboliza um feito histórico, mas convoca as novas gerações a refletirem criticamente sobre os mecanismos de exclusão ainda vigentes. Portanto, sua presença no currículo escolar não é um resgate nostálgico, mas um ato político de reconhecimento e valorização de trajetórias que seguem sendo silenciadas nas narrativas oficiais da história brasileira.

Em entrevista concedida¹³ por Rosa Maria Rocha Varella, a irmã de Lia Varella afirma que sua trajetória esteve ligada ao campo da educação e de como isso a projetou politicamente durante toda sua vida:

Estudamos na Zuleide Bogéa. Dona Zuleide Bogéa¹⁴ também foi deputada e Lia ainda fez o curso de francês no Aliança Francesa. Ela já nasceu querendo mexer com ‘politicagem’ e uma coisa que ela fez foi se lembrar que muitas pessoas não ajudam os outros, inclusive os próprios colegas da política, como no caso de Manoel Ribeiro, que ninguém dava uma mão pra ele quando precisou (Varella, 2025).

Já no depoimento de seu ex-assessor, Domingo Bispo, pode-se perceber sua dedicação ao campo da política e seu posicionamento aberto ao diálogo:

A Lia Varella, ela se envolveu na política. Eu acredito que depois que conheci a Lia Varella ela já era vereadora porque eu trabalhava no gabinete do prefeito e ela sempre me telefonava para saber dos tramites dos projetos dela, pois ela trabalhava na Justiça Federal. Eu acredito que tudo isso aconteceu através do doutor Henrique De La Roque, que era muito amigo dela. Ela era como se fosse uma secretária dele

¹³ Entrevista concedida por Rosa Maria Varella a Sara Vitória Sousa da Costa, em São Luís, em 15 de Abril de 2025.

¹⁴ Política, natural de São Luis (MA). Uma das duas primeiras deputadas do Maranhão. Reconhecida educadora, foi fundadora do Colégio São Luís de Gonzaga e Conselheira Estadual de Educação. Elegeu-se deputada estadual do Maranhão em 1934 (Fonte: <https://elaspolitica.com.br/index.php/2024/07/27/zuleide-violeta-fernandes-bogea/>).

aqui em São Luís do Maranhão. Ela sempre fazia uma política aberta, ela nunca fez política de subterfúgio, de conchavo. Ela não tinha adversário, todo mundo era amigo dela. O povo seguia outro partido mas ela sempre respeitou, sempre amizade com todos eles, nunca fez política fechada¹⁵

O depoimento de Domingo Bispo revela traços fundamentais da atuação política de Lia Varella e ajuda a compreender a importância de sua figura na história política de São Luís. Sua descrição como uma mulher de diálogo aberto, respeitosa com adversários e comprometida com a transparência das ações públicas indica um perfil político diferenciado para o contexto da época, final dos anos 1970, período marcado pela transição entre a ditadura civil-militar e redemocratização.

Ao destacar que Lia “nunca fez política de subterfúgio, de conchavo”, Bispo evidencia uma prática de atuação pautada na ética pública e na política participativa, em contraste com a lógica clientelista que predominava nos bastidores do poder municipal. Essa conduta, somada à sua inserção como mulher em um ambiente político amplamente masculino, confere à sua trajetória um valor simbólico e histórico: Lia Varella se apresenta como uma das primeiras lideranças da Câmara Municipal de São Luís naquele período.

Além disso, a menção à sua relação com figuras influentes, como o jurista Henrique de La Roque, demonstra sua capacidade de transitar entre diferentes espaços institucionais da Justiça Federal à esfera municipal, articulando redes de apoio e influência política sem se afastar de um compromisso público com a coletividade. Portanto, a trajetória de Lia Varella pode ser compreendida como parte de um processo mais amplo de renovação ética e social da política local, marcada pela presença feminina e pela defesa do diálogo como ferramenta de transformação. Sua contribuição ultrapassa a dimensão institucional e se insere no campo simbólico.

Por outro lado, a relevância da gestão municipal de Lia para o contexto educativo também se torna evidente quando se relaciona sua experiência com propostas pedagógicas que visam formar consciência histórica contra hegemônica. O uso de documentários em sala de aula, como produto educacional sobre sua trajetória, promove uma reinterpretação crítica da história local, estimulando estudantes a refletirem sobre estruturas de poder, representatividade e protagonismo negro (Moretti

¹⁵ Entrevista concedida por Domingos Bispo, ex-assessor da vereadora Lia Rocha Varella, em 17 de Maio de 2025 a Sara Vitória Sousa da Costa.

et al., 2012; Rosenzweig, 2022). Pesquisas recentes confirmam que o uso de filmes documentais no ensino de História contribui significativamente para a formação da identidade de alunos, especialmente de meninas negras, valorizando narrativas que são tradicionalmente silenciadas (Oliveira, 2024).

Em determinados contextos, a presença de mulheres em cargos políticos pode ser parte de uma estratégia para preservar o capital político e econômico de grupos familiares e elites locais, funcionando como instrumento de continuidade de dinastias políticas. No entanto, em outros casos, essa inserção é resultado de percursos próprios, construídos a partir de convites de lideranças partidárias, acordos políticos e experiências de militância social. Nesses casos, a trajetória de vida da mulher, sua atuação em movimentos sociais e seu engajamento político partidário tornam-se fundamentos essenciais para a construção de sua legitimidade e identidade como representante. Assim, sua presença na política não apenas desafia os modelos patriarcais, mas também amplia os contornos da representação e do fazer político no Brasil.

A gestão interina de Lia Varela, embora breve e limitada institucionalmente, encarnou uma performance política que desafiou normas de exclusão e abriu caminhos simbólicos para futuras lideranças femininas negras no Maranhão. Tais elementos históricos legitimam sua trajetória não apenas como caso de estudo, mas como suporte para práticas pedagógicas críticas e propostas de memória democrática, compostas por narrativas documentais que insurgem contra o apagamento histórico e reafirmam a potência política das mulheres negras.

Portanto, associar a gestão municipal de Lia Varela à evolução da academia sobre gênero, raça e política brasileira fortalece a tese de que seu poder emergiu não de hegemonia tradicional, mas da articulação entre representação institucional e identidade coletiva. Essa perspectiva estabelece uma ponte sólida com propostas educativas, produtos pedagógicos (como documentários sobre sua trajetória) e políticas de memória que ressignificam sua presença na história social ludovicense.

CAPÍTULO 3 - LIA VARELA EM TELA: O DOCUMENTÁRIO COMO RECURSO PEDAGÓGICO PARA A VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE MARANHENSE NA EDUCAÇÃO BÁSICA.

O presente capítulo propõe-se a analisar o documentário produzido sobre a trajetória de Lia Rocha Varela não apenas como um registro de memória, mas como um potente recurso didático e pedagógico voltado para o Ensino de História na Educação Básica. Ao transpor a biografia dessa importante personagem maranhense — primeira mulher a presidir a Câmara Municipal de São Luís e a assumir, interinamente, a chefia do Executivo ludovicense — para a linguagem audiovisual, busca-se discutir os limites e as potencialidades das ferramentas tecnológicas na construção de uma consciência histórica crítica entre os estudantes. Esta proposta de Produto Educacional se justifica pela urgência em diversificar as linguagens no ambiente escolar, utilizando o suporte documental para desconstruir narrativas tradicionais de cunho androcêntrico e eurocêntrico que historicamente invisibilizaram as agências femininas, sobretudo de mulheres negras, nos espaços de poder.

Nesse sentido, a reflexão aqui proposta divide-se em dois eixos fundamentais que articulam a teoria historiográfica à prática docente. Inicialmente, examinam-se os desafios metodológicos no uso do audiovisual em sala de aula, problematizando como a representação fílmica de Lia Varela tensiona as dinâmicas de gênero e política no cenário maranhense durante o período da ditadura civil-militar e da redemocratização.

Em seguida, apresenta-se a estrutura didática do documentário propriamente dito, avaliando seu potencial pedagógico para fomentar a empatia, a alteridade e o reconhecimento da identidade local. Com isso, objetiva-se fornecer aos docentes da Educação Básica um instrumental metodológico que transforme a sala de aula em um espaço de investigação ativa, onde o passado de São Luís sirva como chave para a compreensão e transformação das desigualdades do tempo presente.

Os produtos educacionais compõem uma série de recursos ou materiais didáticos que servem de instrumento de trabalho para alunos e professores e são fundamentais na mediação entre o ensino e a aprendizagem. Convém destacar a necessidade de examinar os produtos educacionais sob a perspectiva da relação entre produção didática, indústria cultural e usos dos materiais didáticos. Acerca dos suportes informativos, temos como principais exemplos os livros didáticos,

paradidáticos, e-books, dicionários, atlas, apostilas, vídeos e outros. Podemos apontar os filmes, documentários, músicas, contos, poemas, artigos e, matérias jornalísticas, cartas, leis etc. que, por mediação do docente, podem se transformar em materiais.

Não podemos reduzir os produtos educacionais a um elemento basicamente físico, seja ele em caráter virtual ou impresso, mas um material composto por uma série de elementos internos inerentes à sua organização, conteúdo, conceitos e categorias a serem utilizadas. A sua organização didática apresente estreita relação com o contexto para qual ele se destina (Freitas, 2021). Diante disso, o produto educacional resulta de um processo de mediação didática (Lopes, 1990) estabelecendo um diálogo entre conhecimento acadêmico e o saber escolar.

A pesquisa em um mestrado profissional deve ser voltada para a prática, com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino em uma área específica, e os resultados devem ser aplicáveis e compartilhados com outros profissionais da educação. Isso ajuda a promover a inovação e o aprimoramento contínuo da educação, e é neste sentido que objetivamos a elaboração de um documentário sobre a trajetória política de Lia Varela em São Luís (1970-1990).

A inserção de documentários no cotidiano escolar apresenta uma série de benefícios aos estudantes e professores no que se refere ao fácil acesso de um determinado conteúdo em formato digital. Os conteúdos digitais em formato de vídeo têm ampla popularidade entre os discentes, pois seu simples manuseio se adequa às necessidades de uma sociedade informatizada como a de hoje. Diante disso, o público-alvo deste produto educacional são os estudantes do ensino fundamental 9º ano, corroborando com a competência 1 da BNCC de Ciências Humanas e Sociais para o ensino médio. Ela é o pilar que sustenta o pensamento crítico e a autonomia intelectual do estudante frente ao mundo contemporâneo concentrada na capacidade de *analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais* em diferentes âmbitos (local ao global), utilizando conceitos das disciplinas da área (História, Geografia, Sociologia e Filosofia). Em sala de aula, essa competência é trabalhada através de debates, análise de fontes primárias (documentos, fotos, vídeos) e estudos de caso que conectem a teoria acadêmica aos problemas atuais do Brasil e do mundo.

O documentário constitui uma importante ferramenta para a análise histórica e para a construção de narrativas sobre o passado, especialmente quando se baseia

em depoimentos, memórias e registros audiovisuais que articulam experiências individuais e processos sociais mais amplos. Ao combinar imagens, relatos e documentos, esse tipo de produção permite observar como determinadas trajetórias são representadas e interpretadas, contribuindo para a formação de memórias coletivas e para a circulação pública de determinadas leituras da história.

Nesse contexto, o documentário sobre Lia Varela apresenta-se como um material significativo para compreender a construção de uma narrativa histórica a partir de testemunhos e experiências pessoais. A produção reúne depoimentos de pessoas que conviveram com a personagem, como familiares e colaboradores próximos, além de registros que situam sua trajetória em um determinado contexto social e histórico. Esses elementos não apenas reconstroem acontecimentos, mas também revelam como diferentes sujeitos interpretam e lembram esses eventos, evidenciando a relação entre memória, narrativa e representação.

A análise do documentário possibilita, portanto, refletir sobre os mecanismos narrativos e estéticos utilizados para construir a figura de Lia Varela e sobre o papel dos testemunhos na organização dessa narrativa. Ao observar os depoimentos de entrevistados como Domingo Bispo, ex-assessor, e Rosa Maria Varela, irmã da personagem, torna-se possível compreender como memórias individuais são mobilizadas para compor uma narrativa mais ampla sobre a trajetória de Lia Varela e sobre o contexto em que ela se insere.

Dessa forma, este capítulo se propõe analisar as estratégias narrativas e estéticas presentes no documentário, bem como a maneira pela qual os depoimentos e as imagens contribuem para a construção de uma determinada representação de Lia Varela. A partir dessa perspectiva, busca-se compreender como o audiovisual seleciona, organiza e interpreta memórias, evidenciando tanto os aspectos valorizados na narrativa quanto possíveis silenciamentos ou ausências que também fazem parte do processo de construção da memória histórica.

A utilização de recursos audiovisuais no ensino de História tem se consolidado nas últimas décadas como uma estratégia pedagógica capaz de ampliar a compreensão crítica dos estudantes acerca dos processos históricos. Entre esses recursos, o documentário ocupa lugar de destaque por articular narrativa histórica, memória social e linguagem audiovisual. Nesse sentido, o documentário disponível em: <https://youtu.be/EkRoSk1TyKY> constitui um importante instrumento para a

reflexão sobre a trajetória política de Lia Varela e sobre o contexto político e social do Maranhão entre as décadas de 1970 e 1990.

O documentário apresenta elementos fundamentais para a compreensão da presença feminina na política maranhense, articulando depoimentos, imagens de arquivo e reconstruções narrativas que evidenciam elementos da trajetória de Lia Varela como vereadora, presidente da Câmara Municipal de São Luís e prefeita interina da capital maranhense. Ao abordar esses aspectos, a produção audiovisual permite problematizar não apenas a trajetória individual da personagem histórica, mas também as estruturas políticas e sociais que moldaram o cenário político da época.

Nesse sentido, o documentário pode ser compreendido como uma ferramenta pedagógica que possibilita aproximar os estudantes da história política local, pouco explorada nos currículos escolares. Conforme destacam estudos sobre ensino de História e cultura visual, a utilização de documentários em sala de aula contribui para estimular o pensamento crítico, ampliar o repertório interpretativo dos estudantes e promover uma compreensão mais contextualizada dos acontecimentos históricos.

No documentário: LIA VARELA: ELEMENTOS DA TRAJETÓRIA POLÍTICA E LIDERANÇA, a narrativa audiovisual evidencia como a trajetória de Lia Varela foi marcada pela ocupação de espaços majoritariamente masculinos. Domingo Bispo, ex-assessor de Lia Varela, destaca que ela 'abriu caminhos em um espaço político onde a presença feminina era extremamente rara' (DOCUMENTÁRIO, 02:10), o vídeo busca despertar no aluno a percepção crítica sobre as barreiras de gênero da época. Essa abordagem é proposital: serve para mostrar que a atuação de Lia não foi apenas um evento isolado, mas uma ruptura necessária em um cenário de exclusão feminina na política ludovicense.

Essa perspectiva dialoga com a historiografia sobre a participação feminina na política brasileira, a exemplo dos estudos de Schumacher e Vital Brazil (2000), que evidenciam a sub-representação de mulheres nas instituições de poder ao longo do século XX. No âmbito regional, pesquisas como as de Souza (2018) apontam que, em muitos municípios brasileiros — especialmente sob o rigor do regime militar —, a presença feminina em cargos eletivos era uma exceção à regra. Nesse cenário de baixa representatividade, a trajetória de Lia Varela ganha relevância historiográfica, pois permite compreender os mecanismos de ruptura e os processos de ampliação da agência política feminina em São Luís, funcionando como um contraponto ao

silenciamento institucional da época.

Entretanto, a análise histórica dessa trajetória não pode estar desassociada do contexto político em que se desenvolveu. Durante as décadas de 1970 e 1980, o sistema político brasileiro operava sob o modelo bipartidário da ditadura civil-militar, dividido entre a ARENA e o MDB. Nesse cenário, a filiação de Lia Varela à ARENA demonstra que sua atuação estava inserida nas próprias estruturas institucionais que sustentavam o regime.

É justamente essa complexidade política que faz com que o documentário se constitua como uma ferramenta didática relevante para o ensino de História. Ao utilizar a linguagem audiovisual para apresentar entrevistas e imagens de arquivo, a produção permite que os estudantes confrontem essas contradições da história local, conectando a biografia política de Lia Varela às tensões do período ditatorial.

A utilização de documentários no ensino de História tem sido amplamente discutida na literatura acadêmica, ressaltando-se que o papel do professor não deve ser o de um mero reproduzidor de imagens. Pelo contrário, cabe ao docente incentivar os estudantes a questionarem as interpretações apresentadas na tela, confrontando-as com outras fontes e diferentes perspectivas historiográficas. Nesse sentido, conforme assevera Bittencourt (2018, p. 33), as produções audiovisuais devem ser compreendidas para além da função ilustrativa, sendo tratadas como fontes que 'precisam ser problematizadas e contextualizadas'. Assim, o documentário consolida-se como uma construção narrativa rica, que revela escolhas, recortes e interpretações específicas sobre o passado, permitindo um trabalho pedagógico mais crítico e profundo.

De modo semelhante, Fonseca (2003) argumenta que a utilização de filmes e documentários no ensino de História permite aproximar os estudantes de experiências históricas por meio de recursos visuais e narrativos que despertam interesse e estimulam a reflexão crítica. Entretanto, é fundamental que o professor conduza discussões que permitam compreender os limites dessas produções, analisando quem produziu o material, quais foram os objetivos da narrativa e quais perspectivas foram privilegiadas.

Nessa mesma perspectiva, o historiador Marcos Napolitano (2011) afirma que o cinema e o audiovisual constituem importantes instrumentos para o ensino e a pesquisa histórica, pois permitem acessar representações do passado que circulam

na sociedade.

Contudo, o autor alerta que essas produções não podem ser tratadas como reflexos diretos da realidade histórica, uma vez que são resultado de processos de seleção, montagem e interpretação. Assim, ao trabalhar com documentários, o professor deve estimular os alunos a identificar elementos como narrativa, enquadramento, seleção de depoimentos e construção de personagens históricos, compreendendo como esses aspectos influenciam a interpretação dos acontecimentos.

Assim, a utilização de documentários como recurso didático no ensino de História deve estar associada a uma abordagem investigativa, na qual o professor estimule o debate, a comparação entre fontes e a reflexão sobre as diferentes formas de representação do passado. Nesse contexto, o documentário construído nesta pesquisa pode ser compreendido não apenas como um recurso pedagógico, mas também pode ser trabalhado como uma fonte histórica que expressa memórias, interpretações e disputas de narrativas sobre o período abordado.

Dessa forma, ao ser utilizado em sala de aula, o documentário contribui para o desenvolvimento do pensamento histórico dos estudantes, estimulando a análise crítica das fontes e a compreensão da História como uma construção interpretativa. O trabalho com essas fontes contribui para tornar o processo de aprendizagem mais significativo, pois permite que os estudantes percebam como o conhecimento histórico é construído a partir da análise crítica de múltiplos documentos (Pinsky; Pinsky, 2010).

O documentário sobre Lia Varela pode ser utilizado como recurso didático para abordar o tema: a participação feminina na política maranhense já que o PE se baseia em depoimentos de pessoas que conviveram com Lia Varela, contribuindo para a construção de uma memória política sobre sua trajetória. A presença de Rosa Maria Varela, irmã de Lia Varela, introduz no documentário uma dimensão mais íntima da narrativa. Seu depoimento evidencia aspectos da memória familiar e contribui para a construção de uma representação mais humanizada da personagem, aproximando o público das experiências cotidianas e afetivas que marcaram sua trajetória.

Figura 5 – Rosa Maria Varela, irmã de Lia Varela, durante entrevista no documentário.



Fonte: Documentário *Produto Educacional – Lia Varela*, (2025)

De forma parecida, o depoimento de Domingo Bispo, seu ex-assessor, contribui para contextualizar a trajetória de Lia Varela e sua atuação no cenário social e político. Ao narrar suas experiências e sua relação com a personagem central, o entrevistado amplia a compreensão do espectador sobre os desafios enfrentados naquele período e sobre o impacto das ações de Lia Varela em seu contexto histórico.

Figura 6 – Domingo Bispo, ex-assessor, em depoimento no documentário sobre Lia Varela.



Fonte: Documentário *Produto Educacional – Lia Varela*, (2025)

O relato de Domingo Bispo, ex-assessor da vereadora, ressalta aspectos importantes de sua atuação política e de sua postura administrativa. Segundo ele: “Ela sempre buscava saber dos trâmites dos projetos dela enquanto vereadora. Mesmo

trabalhando na Justiça Federal, acompanhava de perto cada etapa das propostas que apresentava na Câmara.” Esse depoimento evidencia um aspecto relevante de sua atuação política: o acompanhamento constante dos processos legislativos e o interesse pela tramitação das propostas apresentadas. Ainda segundo Domingo Bispo, a entrada de Lia Varela na política esteve relacionada à influência de lideranças locais. Em suas palavras: “Através do doutor Henrique de La Rocque¹⁶, que era muito amigo dela, Lia acabou entrando na política. Ele incentivou sua participação e ajudou a projetá-la no cenário político da cidade.”

Esse tipo de relato reforça a importância das redes de relações pessoais na formação das trajetórias políticas no contexto da política local brasileira. Outro aspecto destacado no depoimento refere-se ao estilo político adotado por Lia Varela. Segundo o ex-assessor: “Ela fazia uma política aberta, sem cochavos. Sempre manteve uma postura transparente e fiel ao partido ao qual estava vinculada.”. Essa afirmação evidencia um elemento recorrente nas memórias sobre sua atuação política: a associação de sua trajetória a valores como honestidade e compromisso com a gestão pública.

Outro momento destacado no documentário refere-se ao período em que Lia Varela assumiu interinamente a prefeitura de São Luís. Segundo o relato apresentado no documentário, sua atuação no Executivo municipal ocorreu em momentos de transição administrativa entre prefeitos eleitos. De acordo com o depoimento de Domingo Bispo: “Todas as vezes que ela assumiu a prefeitura foi de forma interina, aguardando a transição entre um prefeito e outro eleito pelo povo.”. Essa informação evidencia que sua atuação no Executivo municipal ocorreu em contextos institucionais específicos, relacionados às dinâmicas administrativas da prefeitura. Ainda assim, o episódio ganhou destaque na memória política local por representar a presença de uma mulher no comando do Executivo de uma capital brasileira.

No caso do documentário construído, a narrativa audiovisual permite abordar temas como participação política feminina, história regional e memória social. Ao apresentar a trajetória de uma liderança política local, o filme contribui para aproximar

¹⁶ Henrique de La Rocque de Almeida (1912-1982). Advogado e político maranhense com longa trajetória parlamentar, tendo exercido cinco mandatos como deputado federal e um como senador (ARENA). Foi Ministro do Tribunal de Contas da União (1980) e é o patrono do centro administrativo do governo do Maranhão, em São Luís, que leva seu nome. Para mais informações, acessar: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/Maranhao-Henrique-La-Roque.pdf>.

os estudantes da história de seu próprio território. Dessa forma, o documentário sobre Lia Varela não deve ser compreendido apenas como um registro audiovisual de sua trajetória política, mas também como um instrumento pedagógico capaz de estimular reflexões sobre memória, política e representação histórica.

Com o objetivo de tornar mais didática a abordagem desse tema, a seguir apresenta-se uma tabela que sintetiza os principais elementos de sua trajetória e suas contribuições para a construção de uma consciência histórica crítica, destacando como sua figura pode ser incorporada ao ensino de História de forma reflexiva.

Tabela 3 - Elementos da trajetória política de Lia Varela e sua contribuição para a construção de uma consciência histórica crítica

Aspecto	Descrição	Contribuição para a consciência histórica
Pioneirismo Político	Primeira mulher negra a presidir a Câmara Municipal de São Luís e a assumir a prefeitura da capital (1978).	Destaca a quebra de barreiras de gênero e raça, evidenciando a sub-representação histórica.
Mandatos e cargos	Vereadora (1971-1992), deputada estadual, presidente da União dos Vereadores do Brasil (UVB).	Demonstra a participação ativa e a liderança em diferentes níveis políticos.
Contexto Histórico	Atuação durante a transição autoritária para redemocratização no Brasil (1970-1990).	Permite refletir sobre os desafios políticos e sociais em momentos de mudança.
Resistência a preconceitos	Superação da discriminação racial e de gênero no exercício do mandato.	Enfatiza as dificuldades e estratégias de resistência das mulheres negras na política.
Legado e reconhecimento	Instituição do Prêmio Lia Varela para valorizar o protagonismo feminino na sociedade ludovicense.	Favorece a preservação da memória e o estímulo à representatividade feminina.
Ferramenta Pedagógica	Utilização de sua trajetória em documentários e no ensino de História.	Potencializa a construção de uma consciência crítica e inclusiva nas escolas.

Fonte: Elaborada pela autora com base nos estudos de Ferreira (2010); Ferreira (2015); Emir (2022); Rocha *et al.*, (2020)

A atuação de Lia Varela entre as décadas de 1970 e 1990, em um contexto marcado pela predominância masculina e elitista, não só rompeu paradigmas como também contribuiu para a construção de uma consciência histórica crítica acerca das relações de gênero, raça e poder político no Maranhão. A importância de resgatar e

analisar essa trajetória ultrapassa o campo acadêmico e político, podendo servir como potente instrumento pedagógico para o ensino de História nas escolas, especialmente por meio da utilização de documentários no cotidiano escolar. Estes, ao combinarem recursos visuais e narrativos, permitem uma aproximação sensível e contextualizada às vidas e lutas de personagens historicamente marginalizadas, como Lia Varela, e favorecem a problematização do passado a partir de uma perspectiva inclusiva e crítica.

A construção de uma consciência histórica envolve não apenas o conhecimento dos fatos e dos acontecimentos, mas também a compreensão dos processos sociais, culturais e políticos que moldaram esses eventos e suas repercussões no presente. A trajetória de Lia Varela exemplifica como o protagonismo feminino negro pode desafiar estruturas opressoras, evidenciando as tensões e contradições presentes na política ludovicense, marcada por resistências ao acesso das mulheres, sobretudo negras, aos espaços decisórios. Assim, analisar sua história contribui para o reconhecimento das múltiplas identidades e vozes que compõem a sociedade, quebrando narrativas hegemônicas que historicamente invisibilizaram essas personagens (Rocha; Sales; Ferreira, 2020).

No que se refere à produção do documentário, é importante considerar não apenas seu uso como fonte histórica, mas também as dimensões técnicas e narrativas que estruturam esse tipo de linguagem audiovisual. Como destaca Nichols (2016), o documentário não é uma representação neutra da realidade, mas uma construção narrativa que envolve escolhas estéticas, discursivas e políticas. Dessa forma, a elaboração de um documentário educativo sobre Lia Varela deve buscar um viés crítico que articule depoimentos, imagens de arquivo e contextualização histórica, evitando a reprodução de narrativas meramente celebratórias.

Além disso, estudos sobre memória política e participação feminina durante regimes autoritários, como os desenvolvidos por Duarte (2009), demonstram a importância de recuperar trajetórias femininas frequentemente marginalizadas na historiografia tradicional. Ao analisar a participação de mulheres no Movimento pela Anistia no Ceará, a autora evidencia como essas experiências foram fundamentais para compreender os processos de resistência política durante a ditadura militar no Brasil.

A incorporação do documentário sobre Lia Varela no cotidiano escolar

possibilita, portanto, não apenas a divulgação de sua trajetória política, mas também a promoção de debates sobre a importância da representatividade feminina negra na política local e nacional. Esse material educacional pode ser estruturado para abordar temas centrais como o racismo estrutural, o machismo institucional e as estratégias de resistência política adotadas por mulheres negras, dialogando diretamente com a realidade dos estudantes e com as demandas sociais contemporâneas. Além disso, o documentário pode servir como ponto de partida para atividades pedagógicas que incentivem a pesquisa local, o reconhecimento de outras lideranças comunitárias e o fortalecimento do sentimento de pertencimento e valorização da diversidade.

O entendimento sobre a potência pedagógica do documentário enquanto ferramenta para o ensino de História é reforçado pelo estudo de Moretti *et al.* (2012), ao apontarem que a relação entre documentário e história está ancorada no papel decisivo que o gênero audiovisual vem desempenhando nos debates culturais do país, inclusive refletindo e tensionando o próprio cenário político maranhense. Nesse sentido, o documentário não apenas comunica informações, mas também promove interpretações históricas, articula memórias e estimula reflexões críticas sobre os processos sociais.

No caso do Maranhão, marcado por apagamentos sistemáticos de figuras negras e femininas na política e na cultura, o uso do documentário como recurso didático transcende a função de ilustrar conteúdo: ele se torna uma estratégia de disputa de memória e de democratização do conhecimento histórico. Assim, a inserção do documentário no currículo do ensino fundamental e médio não deve ser vista como complemento, mas como eixo estruturante de práticas pedagógicas antirracistas, plurais e dialógicas, capazes de formar sujeitos críticos e conscientes do seu papel na transformação da realidade.

De forma análoga, Rosenzweig (2022) chama atenção para a fragilidade de qualquer tentativa de periodização rígida para caracterizar a produção documental em sua totalidade. Segundo o autor, ao buscar traçar recortes cronológicos, corre-se o risco de limitar a compreensão da diversidade e da fluidez do gênero. Com o avanço da tecnologia digital e a expansão das possibilidades narrativas, ocorre uma ruptura histórica importante, marcada pela ampliação do acesso à produção audiovisual, da pluralidade de vozes e da redefinição das formas de representação e circulação do conhecimento histórico.

Nesse entendimento, a produção de um documentário educativo voltado para o Ensino Fundamental e Médio, tendo como referência a trajetória de Lia Varela, representa uma estratégia pedagógica de valorização da história local e de promoção da equidade de gênero, em que os estudantes terão contato com uma figura feminina real, atuante e representativa da luta por justiça social, educação pública de qualidade e valorização das identidades culturais marginais. Essa abordagem rompe com a visão eurocêntrica e centralizadora da História, proporcionando uma leitura interseccional das desigualdades de gênero, classe e raça no contexto político brasileiro e maranhense.

Nota-se que a trajetória política de Lia Varela assume um papel central como instrumento de educação histórica que viabiliza uma leitura crítica do passado político maranhense, destacando a força simbólica e prática de uma mulher negra que desconstruiu padrões hegemônicos e ocupou espaços de mando em contextos adversos. Seu exemplo reafirma a necessidade de narrativas históricas inclusivas que problematizem as desigualdades e promovam o protagonismo político feminino negro como elemento essencial para a construção de sociedades mais justas e representativas.

3.1 Potencialidades e desafios no uso de ferramentas audiovisuais no ensino de História

Para atender às exigências de uma dissertação de mestrado, a apresentação de propostas pedagógicas deve ser acompanhada de fundamentação teórica e de discussão analítica que demonstre a relevância didática da atividade proposta. Nesse sentido, a elaboração de um quadro didático constitui um recurso metodológico importante, pois permite sistematizar etapas de trabalho, objetivos de aprendizagem e estratégias pedagógicas que podem ser aplicadas em sala de aula. No contexto desta pesquisa, o quadro apresentado a seguir tem como finalidade demonstrar de que maneira o documentário analisado pode ser incorporado como ferramenta pedagógica no ensino de História, articulando a linguagem audiovisual com práticas de leitura crítica das fontes históricas.

A utilização de quadros didáticos ou sequências pedagógicas estruturadas tem sido utilizadas na área de ensino de História, uma vez que permite organizar de forma

clara os procedimentos metodológicos adotados pelo professor. De acordo com Bittencourt (2018), o planejamento de atividades didáticas deve considerar não apenas os conteúdos históricos a serem trabalhados, mas também as estratégias metodológicas capazes de promover a participação ativa dos estudantes no processo de aprendizagem. A organização de atividades em etapas contribui para orientar o trabalho pedagógico e garantir maior coerência entre objetivos, conteúdos e metodologias.

A relação entre memória e história constitui outro elemento fundamental para a análise do documentário. A memória desempenha um papel central na construção das narrativas históricas, pois representa uma forma de organização e interpretação das experiências coletivas. “A memória é um elemento essencial da identidade, tanto individual quanto coletiva, sendo constantemente reconstruída a partir das necessidades do presente” (Le Goff, 1990, p.111).

Ao analisar o documentário sobre Lia Varela sob essa perspectiva, percebe-se que os depoimentos apresentados podem ser compreendidos como narrativas de memória que contribuem para a construção de uma determinada imagem pública da personagem. Nesse sentido, o audiovisual não apenas registra acontecimentos passados, mas também participa do processo de construção da memória política local. Para o pesquisador que analisa esse material em uma dissertação de História, torna-se fundamental questionar quais memórias são privilegiadas no documentário e quais experiências ou interpretações permanecem ausentes da narrativa.

Uma análise crítica do documentário sobre Lia Varela indica que determinadas memórias são privilegiadas na construção da narrativa audiovisual, especialmente aquelas que ressaltam sua trajetória política associada a valores como honestidade, compromisso com a administração pública e respeito às instituições políticas. Os depoimentos apresentados no filme tendem a enfatizar sua atuação ética e sua postura de responsabilidade diante da gestão pública, sobretudo nos períodos em que exerceu interinamente a prefeitura de São Luís, construindo uma memória política marcada pela valorização de sua integridade e de sua relação institucional com a Câmara Municipal.

Além disso, o documentário destaca memórias ligadas às articulações políticas que possibilitaram sua entrada e permanência no cenário político local, frequentemente apresentadas a partir da perspectiva de aliados, assessores e

colaboradores próximos. Entretanto, essa construção narrativa também evidencia ausências significativas. Permanecem pouco exploradas, por exemplo, possíveis tensões políticas, disputas partidárias mais amplas ou críticas à sua atuação administrativa no contexto do cenário político maranhense entre as décadas de 1970 e 1990.

Também se observa uma ausência de vozes dissidentes ou de interpretações divergentes que poderiam oferecer uma visão mais plural sobre sua trajetória política e sobre o funcionamento das relações de poder naquele período. Dessa forma, o documentário constrói uma narrativa memorial que privilegia determinados aspectos positivos da personagem, enquanto outras dimensões da experiência política local como conflitos, disputas eleitorais e críticas institucionais, permanecem menos visíveis, revelando o caráter seletivo próprio dos processos de construção da memória histórica.

Além disso, o uso de sequências didáticas estruturadas favorece a integração entre diferentes tipos de fontes históricas. O ensino de História contemporâneo deve estimular os estudantes a analisar documentos variados como textos, imagens, depoimentos e produções audiovisuais, de forma comparativa e crítica. Dessa forma, a elaboração de um quadro didático possibilita ao professor planejar atividades que articulem o documentário com outras fontes e debates historiográficos, ampliando as possibilidades de interpretação histórica.

No caso específico desta pesquisa, o documentário constitui um recurso didático relevante para a discussão sobre a trajetória política abordada ao longo do trabalho. Entretanto, para que sua utilização em sala de aula seja efetivamente significativa, é necessário que o professor conduza atividades que permitam problematizar as narrativas presentes no audiovisual. O cinema e os documentários não devem ser utilizados apenas como ilustração do conteúdo histórico, mas como documentos que expressam interpretações e representações sobre o passado. Nesse sentido, a análise do audiovisual deve considerar aspectos como a construção narrativa, a seleção de depoimentos, a montagem das imagens e os contextos de produção do material.

Assim, a tabela didática apresentada a seguir propõe uma sequência de atividades que busca estimular a análise crítica do documentário, promovendo a reflexão histórica entre os estudantes e incentivando a produção de conhecimento de

forma colaborativa. As etapas foram organizadas de modo progressivo, iniciando com a apresentação do documentário e avançando para atividades de interpretação, análise de fontes e produção de trabalhos pelos próprios alunos.

Tabela 4 - Produto educacional didático referente ao uso do documentário como ferramenta pedagógica no ensino de História

Atividade pedagógica	Objetivo	Metodologia
Exibição inicial do documentário	Introduzir o contexto histórico e político abordado	Apresentação do documentário em sala
Debate guiado	Identificar elementos históricos presentes na narrativa	Discussão coletiva orientada pelo professor
Análise de documentos	Comparar o documentário com outras fontes históricas	Leitura de textos e documentos
Produção de relatório crítico	Desenvolver a interpretação histórica	Produção de texto analítico pelos estudantes
Produção audiovisual	Estimular a construção do conhecimento histórico	Grupos produzem pequenos vídeos sobre o tema
Socialização dos resultados	Compartilhar interpretações históricas	Apresentação dos trabalhos

Fonte: Autora, (2026)

A organização das atividades apresentadas no quadro didático busca contemplar diferentes dimensões do processo de aprendizagem histórica. A primeira etapa, correspondente à exibição do documentário, tem como objetivo introduzir os estudantes no tema abordado, proporcionando contato inicial com a narrativa audiovisual. Nesse momento, o professor pode orientar os alunos a observar determinados aspectos do documentário, como os personagens entrevistados, os acontecimentos narrados e o contexto histórico apresentado. Essa etapa é fundamental para despertar o interesse dos estudantes e criar um ponto de partida para as discussões posteriores.

A segunda etapa consiste na realização de um debate guiado em sala de aula. O debate é uma estratégia pedagógica amplamente utilizada no ensino de História, pois permite que os estudantes expressem suas interpretações e confrontem diferentes pontos de vista. Nesse momento, o professor pode propor perguntas que estimulem a reflexão crítica, tais como: quais acontecimentos históricos são apresentados no documentário? Quais personagens aparecem com maior destaque? Existem perspectivas ou interpretações que parecem ausentes na narrativa? Ao

discutir essas questões, os estudantes começam a perceber que o documentário não é apenas uma reprodução da realidade histórica, mas uma construção narrativa baseada em determinadas escolhas e interpretações.

A terceira etapa propõe a análise de outras fontes históricas relacionadas ao tema do documentário. Essa atividade é essencial para desenvolver a habilidade de comparação entre diferentes tipos de documentos históricos. Conforme destaca Marc Bloch 2001, um dos princípios fundamentais da pesquisa histórica consiste na análise crítica das fontes, considerando suas origens, intenções e contextos de produção. Ao comparar o documentário com textos acadêmicos, documentos históricos ou outros registros audiovisuais, os estudantes podem perceber diferenças de interpretação e compreender melhor a complexidade da construção do conhecimento histórico.

Na quarta etapa, os estudantes são convidados a produzir um relatório crítico sobre o documentário e as discussões realizadas em sala de aula. Essa atividade tem como objetivo estimular a sistematização das ideias discutidas ao longo das etapas anteriores. A produção escrita permite que os alunos organizem seus argumentos, apresentem interpretações próprias e desenvolvam habilidades de análise histórica. Nesse processo, o professor pode orientar os estudantes a relacionar o conteúdo do documentário com os conceitos e debates historiográficos abordados na disciplina.

A quinta etapa propõe uma atividade de produção audiovisual pelos próprios estudantes. Essa etapa possui grande potencial pedagógico, pois permite que os alunos se tornem produtores de narrativas históricas, e não apenas consumidores de conteúdos audiovisuais. Ao elaborar pequenos vídeos sobre o tema estudado, os estudantes precisam realizar pesquisas, selecionar informações relevantes e organizar uma narrativa coerente. Esse processo contribui para o desenvolvimento de habilidades de investigação histórica, além de estimular a criatividade e o trabalho em grupo.

Por fim, a sexta etapa corresponde à socialização dos trabalhos produzidos pelos estudantes. Nesse momento, os grupos apresentam seus vídeos ou relatórios para a turma, promovendo um espaço de troca de experiências e de debate coletivo. A apresentação dos trabalhos permite que os estudantes conheçam diferentes interpretações sobre o tema estudado e reflitam sobre as escolhas narrativas realizadas em cada produção audiovisual.

A discussão do quadro didático evidencia que o uso de documentários no

ensino de História pode ir muito além da simples exibição de vídeos em sala de aula. Quando articulado a atividades de análise crítica, comparação de fontes e produção de conhecimento pelos estudantes, o audiovisual torna-se uma ferramenta pedagógica extremamente rica para o desenvolvimento do pensamento histórico.

Além disso, essa proposta didática contribui para aproximar o ensino de História das práticas culturais contemporâneas, marcadas pela presença constante de imagens, vídeos e narrativas digitais. Nesse contexto, o trabalho com documentários permite desenvolver nas estudantes habilidades fundamentais para a compreensão do mundo atual, como a análise crítica de informações, a interpretação de diferentes narrativas e a reflexão sobre a construção social da memória e da história.

3.2 Estímulos didáticos e aulas de história: documentário como produto educacional

A construção de um produto educacional no campo do ensino de História exige não apenas a elaboração de um recurso didático inovador, mas também uma fundamentação teórico-metodológica capaz de justificar sua relevância pedagógica e historiográfica. Nesse sentido, a produção de um documentário sobre a trajetória política de Lia Varela, articulada ao contexto político maranhense entre as décadas de 1970 e 1990, insere-se em um campo de reflexão que envolve simultaneamente a pesquisa histórica, a análise das fontes e a elaboração de estratégias pedagógicas voltadas ao ensino de História. Dessa forma, o documentário concebido neste trabalho deve ser compreendido como resultado de um percurso investigativo que articula teoria, metodologia e prática educativa.

A distinção entre teoria e metodologia constitui um ponto fundamental para compreender o percurso da pesquisa e a construção do produto educacional. A teoria pode ser compreendida como uma forma de interpretação do mundo e dos fenômenos históricos, enquanto a metodologia refere-se aos procedimentos práticos adotados para investigar determinado problema. Segundo Barros, (2019, p. 80), “enquanto a teoria refere-se a um modo de pensar, a metodologia refere-se a um modo de fazer, ao campo de atividades humanas que em filosofia denomina-se práxis”. Essa distinção permite compreender que o desenvolvimento do documentário sobre Lia

Varela não se limita à construção de uma narrativa audiovisual, mas envolve um processo metodológico de pesquisa, análise de fontes e interpretação histórica.

Partindo dessa perspectiva, a presente pesquisa insere-se no campo da História Local, uma abordagem historiográfica que privilegia a análise de fenômenos históricos a partir de recortes espaciais específicos. Ao propor a análise da trajetória política de Lia Varela na cidade de São Luís entre os anos de 1970 e 1990, o estudo busca compreender de que maneira determinadas experiências políticas locais se relacionam com processos históricos mais amplos que marcaram a história política brasileira no final do século XX. Nesse sentido, o documentário produzido como produto educacional constitui também uma forma de valorização da história política maranhense e de contribuição para a construção da historiografia local.

A importância da História Local para a compreensão dos processos históricos mais amplos é destacada por Circe Maria Fernandes Bittencourt, que observa que os estudos regionais permitem aprofundar a análise das especificidades que compõem a história nacional. Segundo a autora, “a história regional passou a ser valorizada em virtude da possibilidade de fornecer explicações para a configuração e transformação do espaço nacional, uma vez que a historiografia nacional ressalta as semelhanças, enquanto a regional trata das diferenças e da multiplicidade” (Bittencourt, 2018, p. 142). A partir dessa perspectiva, a investigação sobre a trajetória política de Lia Varela permite analisar como determinadas dinâmicas políticas locais dialogam com transformações estruturais do sistema político brasileiro, especialmente no período de transição entre a ditadura militar e o processo de redemocratização.

Ao considerar o documentário como produto educacional, torna-se importante reconhecer que a abordagem da História Local também possui grande potencial pedagógico. O estudo de trajetórias políticas locais permite aproximar os estudantes da realidade histórica de sua própria comunidade, contribuindo para o desenvolvimento de uma aprendizagem histórica mais significativa. Nesse sentido, a análise da atuação de Lia Varela na política maranhense possibilita discutir temas como participação política, relações de poder e representatividade feminina no espaço público.

A partir dessa abordagem, o documentário assume um papel central na proposta pedagógica desta pesquisa, pois permite transformar o conhecimento histórico produzido no âmbito acadêmico em um recurso didático acessível para

professores e estudantes. Ao apresentar depoimentos de familiares, ex-assessores e pessoas que conviveram com Lia Varela, o audiovisual contribui para preservar memórias e registrar experiências que muitas vezes permanecem ausentes das narrativas historiográficas tradicionais.

Entretanto, a utilização dessas narrativas exige uma análise crítica das fontes utilizadas na construção do documentário. Nesse sentido, o recurso metodológico da História Oral assume grande relevância para a pesquisa, pois permite registrar depoimentos e interpretações de indivíduos que participaram diretamente dos acontecimentos analisados. A História Oral constitui uma metodologia amplamente utilizada em pesquisas históricas que buscam valorizar as experiências individuais e as memórias de grupos sociais.

De acordo com Meihy (2000), a História Oral pode ser definida como um conjunto de procedimentos que envolve a realização de entrevistas gravadas, posteriormente transcritas e organizadas de acordo com critérios metodológicos previamente definidos. Essa perspectiva reforça a importância de compreender os depoimentos utilizados no documentário como fontes históricas que precisam ser analisadas criticamente.

O historiador Paul Thompson também destaca a relevância da História Oral para a ampliação das narrativas históricas, especialmente no que se refere à valorização de experiências individuais e coletivas que frequentemente permanecem invisibilizadas na historiografia tradicional. Segundo Thompson 1998, p.), “a história oral devolve a história às pessoas em suas próprias palavras e, ao dar-lhes um passado, ajuda-as também a caminhar para um futuro construído por elas mesmas”. Nesse sentido, os depoimentos presentes no documentário sobre Lia Varela contribuem para registrar memórias e interpretações sobre a história política maranhense, permitindo ampliar as perspectivas de análise sobre esse período.

A utilização dessas fontes está diretamente relacionada ao conceito que agrega todos os vestígios deixados pelas ações humanas que podem contribuir para a compreensão do passado. Dessa forma, documentos administrativos, notícias de jornais e registros institucionais podem ser utilizados como evidências históricas que permitem reconstruir aspectos da trajetória política de Lia Varela. A análise das fontes históricas também exige sensibilidade interpretativa por parte do pesquisador. Nesse sentido, o uso das fontes possui uma história própria, uma vez que os interesses dos

historiadores variam de acordo com seus contextos culturais e suas trajetórias intelectuais. Segundo a autora Janotti (2005, p.10), “ser historiador sempre exigiu erudição e sensibilidade no tratamento das fontes, pois delas depende a construção convincente de seu discurso”. A utilização de documentários no ensino de História tem sido cada vez mais discutida no campo da educação histórica, sobretudo em função das transformações culturais provocadas pela expansão das tecnologias audiovisuais. A escola é desafiada a incorporar novas linguagens ao processo de ensino-aprendizagem, reconhecendo que as imagens e narrativas audiovisuais se tornaram formas fundamentais de produção e circulação do conhecimento histórico. Nesse sentido, o documentário pode ser compreendido como um recurso pedagógico que possibilita ampliar as formas de abordagem do passado, favorecendo o desenvolvimento de práticas didáticas mais reflexivas e críticas.

De acordo com Bittencourt (2018, p.66), o ensino de História:

deve considerar a diversidade de fontes disponíveis para a análise do passado. O trabalho com documentos em sala de aula deve permitir que os estudantes compreendam que o conhecimento histórico é resultado de processos de interpretação e análise crítica das fontes. Nesse sentido, os materiais audiovisuais podem ser utilizados como documentos históricos, desde que sejam analisados de forma crítica e contextualizada (Bittencourt, 2018, p.66).

A partir dessa perspectiva, observa-se que o documentário sobre Lia Varela oferece importantes possibilidades de análise no ensino de História, especialmente por apresentar depoimentos, memórias e interpretações sobre a trajetória política da personagem e sobre o contexto político maranhense. Entretanto, é necessário considerar que tais narrativas não representam uma reprodução direta da realidade histórica, mas sim uma construção narrativa produzida a partir de determinados recortes e perspectivas.

A discussão sobre o uso de linguagens audiovisuais no ensino de História também é abordada por Marcos Napolitano, que destaca a importância do cinema e do documentário como instrumentos de reflexão histórica. Segundo o autor, “o audiovisual não deve ser compreendido apenas como ilustração de conteúdos históricos, mas como uma narrativa que produz interpretações sobre o passado” (Napolitano, 2011, p. 43). Nesse sentido, a análise de produções audiovisuais permite compreender como determinados acontecimentos são representados e

reinterpretados ao longo do tempo.

Nesse contexto, o documentário elaborado para esta pesquisa pode ser interpretado como uma narrativa que busca construir uma determinada representação sobre a trajetória política de Lia Varela e sobre o cenário político maranhense. Ao apresentar depoimentos de ex-assessores, aliados políticos e pessoas que conviveram com a personagem, o documentário enfatiza valores como honestidade, compromisso com a administração pública e respeito às instituições políticas. Essa construção narrativa revela uma perspectiva específica sobre a atuação política de Lia Varela, que tende a destacar aspectos positivos de sua trajetória e a reforçar determinadas interpretações sobre seu legado político.

Chartier (2002), enfatiza a importância de compreender as representações sociais na análise histórica, em que as representações do mundo social são construídas a partir das posições e interesses dos grupos que as produzem. Dessa forma, toda narrativa histórica deve ser analisada considerando os contextos sociais e políticos que influenciam sua produção.

A partir dessa abordagem, é possível interpretar o documentário sobre Lia Varela como uma produção que reflete determinadas perspectivas sobre a história política maranhense. A construção da narrativa enfatiza a atuação da personagem como uma figura política comprometida com a ética e com a administração pública, especialmente no período em que exerceu a função de prefeita interina de São Luís.

A análise dessas representações também pode ser articulada com a discussão sobre a cultura política brasileira. A compreensão da política brasileira exige considerar as formas pelas quais os indivíduos e grupos sociais se relacionam com as instituições políticas. A cultura política de uma sociedade envolve valores, práticas e representações que orientam a participação dos cidadãos (Carvalho, 2001).

No caso do Maranhão, essas relações assumem características específicas relacionadas à formação das elites políticas e às redes de poder que estruturaram o sistema político regional durante o século XX. Ao abordar a trajetória política de Lia Varela, o documentário permite discutir essas dinâmicas, evidenciando as formas de articulação presentes no cenário local e as relações estabelecidas entre diferentes atores.

Por fim, o uso do documentário como produto educacional pode contribuir para o desenvolvimento da consciência histórica entre os estudantes. O historiador Rüsen

(2001, p. 78) argumenta que:

a aprendizagem histórica consiste em desenvolver a capacidade de interpretar o passado de forma significativa para compreender o presente e orientar ações futuras. A consciência histórica permite que os indivíduos compreendam as relações entre passado, presente e futuro por meio da construção de narrativas históricas (Rusen, 2001, p.78).

Nesse sentido, o documentário sobre Lia Varela pode ser utilizado como ponto de partida para a reflexão sobre a história política do Maranhão e sobre os processos de transformação do sistema político brasileiro ao longo do século XX. Ao analisar criticamente as narrativas presentes no audiovisual, os estudantes podem desenvolver habilidades de interpretação histórica e compreender como diferentes representações do passado são construídas e mobilizadas no presente.

Ao integrar essas diferentes fontes na construção do documentário, o produto educacional resultante desta pesquisa busca contribuir para o ensino de História ao oferecer um recurso didático que articula pesquisa histórica, memória e narrativa audiovisual. Assim, o documentário produzido a partir desta pesquisa assume uma dupla função: por um lado, constitui um registro histórico que contribui para a preservação da memória política local; por outro, apresenta-se como um instrumento pedagógico capaz de estimular a reflexão crítica dos estudantes sobre a história política de sua própria região. Dessa forma, ao ser utilizado em sala de aula, o audiovisual pode favorecer a construção de uma aprendizagem histórica mais significativa, aproximando os estudantes das experiências e processos que marcaram a formação política do Maranhão contemporâneo.

A construção da figura de Lia Varela no documentário ocorre por meio de um conjunto de estratégias narrativas e estéticas que organizam sua trajetória como eixo estruturante da memória apresentada. A narrativa audiovisual privilegia a dimensão biográfica e afetiva da personagem, enfatizando sua experiência individual e sua relação com o contexto histórico e social retratado. Nesse sentido, o documentário opera como um dispositivo de memória que transforma a trajetória de Lia Varela em referência interpretativa para compreender determinado processo histórico.

Como observa Le Goff (1990), a memória não é apenas registro do passado, mas também um campo de disputas e seleções, em que a memória coletiva é construída socialmente e está sujeita a manipulações e esquecimentos. Assim, a

representação de Lia Varela não pode ser compreendida como simples reprodução da realidade, mas como resultado de escolhas narrativas que organizam e hierarquizam acontecimentos.

Sob essa perspectiva, o documentário apresenta Lia Varela como uma personagem central cuja voz orienta a interpretação do passado. A narrativa enfatiza depoimentos, imagens de arquivo e registros que reforçam sua autoridade como testemunha dos acontecimentos. Essa estratégia aproxima o filme daquilo que Peter Burke (2004) denomina de “testemunho visual”, no qual as imagens e os relatos pessoais são utilizados para conferir autenticidade à narrativa histórica. Entretanto, essa forma de construção narrativa também delimita o campo de interpretação do espectador, pois privilegia uma experiência específica em detrimento de outras possíveis leituras do contexto retratado.

Ao abordar sua trajetória na Câmara Municipal e sua atuação na Prefeitura de São Luís, a narrativa do documentário enfatiza aspectos de sua presença em espaços tradicionalmente dominados por homens, destacando a importância de sua participação em um contexto político marcado por forte hegemonia masculina. Nesse sentido, o audiovisual contribui para dar visibilidade à atuação feminina na política maranhense, colocando em evidência experiências que muitas vezes permanecem marginalizadas nas narrativas históricas mais tradicionais.

Do ponto de vista crítico, é importante reconhecer que a centralidade atribuída a Lia Varela contribui para a construção de uma narrativa fortemente personalista da história. A trajetória individual da personagem passa a funcionar como síntese simbólica de processos coletivos mais amplos. Essa operação narrativa possui grande potencial pedagógico e comunicativo, pois aproxima o público da história por meio de experiências concretas e emocionalmente significativas. Contudo, também pode reduzir a complexidade do contexto histórico ao enquadrá-lo a partir de um único ponto de vista. Assim, toda representação é resultado de práticas culturais que produzem sentidos específicos sobre a realidade; portanto, analisar um documentário implica compreender não apenas o que é mostrado, mas também os mecanismos de construção dessa representação.

Além disso, a representação de Lia Varela no documentário articula memória pessoal e memória coletiva, transformando experiências individuais em narrativas que dialogam com processos sociais mais amplos. Essa articulação aproxima a narrativa

do que Rüsen (2001) define como consciência histórica: a capacidade de interpretar o passado para orientar a compreensão do presente. A trajetória da personagem passa, portanto, a funcionar como mediação entre experiência individual e interpretação histórica, permitindo que o público estabeleça conexões entre memória, identidade e sociedade.

Entretanto, uma análise crítica revela que essa construção também envolve silenciamentos e recortes. A seleção de depoimentos, a montagem das imagens e a organização da narrativa determinam quais aspectos da experiência de Lia Varela são enfatizados e quais permanecem marginalizados. O documentário privilegia determinados momentos de sua trajetória e determinadas interpretações sobre os acontecimentos, enquanto outras experiências ou perspectivas aparecem de forma menos desenvolvida ou mesmo ausente. Como destaca Napolitano (2011) ao discutir o cinema como fonte histórica, o audiovisual não apenas registra a realidade, mas também a interpreta e reorganiza por meio de procedimentos narrativos específicos.

Nesse sentido, a representação de Lia Varela no documentário deve ser compreendida como uma construção discursiva que articula memória, narrativa e imagem. O filme não apenas apresenta uma história, mas também produz um determinado modo de compreender essa história. A centralidade da personagem, a seleção de episódios de sua trajetória e a valorização de sua experiência pessoal constituem elementos fundamentais para a construção de um discurso histórico que busca legitimar determinadas interpretações do passado. Entre os recursos narrativos mais recorrentes nesse tipo de produção está o uso do testemunho como elemento estruturador da narrativa. Os depoimentos de personagens, especialmente aqueles diretamente envolvidos nos acontecimentos retratados, funcionam como dispositivos de legitimação da memória apresentada. Ao privilegiar relatos pessoais, o documentário estabelece uma relação de proximidade entre espectador e personagem, criando uma atmosfera de autenticidade que reforça a credibilidade da narrativa.

Além dos depoimentos, a utilização de imagens de arquivo desempenha papel fundamental na construção estética do documentário. Fotografias, registros audiovisuais e documentos históricos são incorporados à narrativa como evidências visuais que conectam memória e história. Essas imagens não atuam apenas como ilustração, mas como elementos interpretativos que contribuem para a construção de

sentidos sobre o passado. Conforme observa Peter Burke, as imagens constituem fontes históricas capazes de revelar aspectos da experiência social que muitas vezes não aparecem nos documentos escritos, ampliando as possibilidades de interpretação histórica. Ao articular testemunho, imagens de arquivo e montagem, o documentário cria uma narrativa que busca equilibrar dimensão informativa e experiência sensível. A combinação desses elementos transforma a história em experiência visual e emocional, permitindo que o espectador se aproxime das memórias narradas. Assim, as estratégias estéticas do documentário não apenas estruturam a narrativa, mas também desempenham papel central na produção de significados sobre o passado e na construção da memória coletiva associada à trajetória de Lia Varela.

O documentário tende a apresentar Lia Varela como uma figura exemplar dentro do cenário político local, destacando seu pioneirismo e sua dedicação à vida pública. Essa construção narrativa possui grande valor simbólico, especialmente quando se considera o contexto histórico de baixa participação feminina na política brasileira durante grande parte do século XX. Ao mesmo tempo, essa representação pode simplificar determinadas complexidades do contexto político em que ela atuou, uma vez que as relações de poder e as disputas políticas do período aparecem de forma menos aprofundada na narrativa audiovisual.

Por fim, analisar criticamente essa representação permite compreender como o documentário participa do processo de produção de memória social. Ao transformar a trajetória de Lia Varela em narrativa audiovisual, o filme contribui para a circulação pública de uma determinada leitura da história. Essa leitura, embora significativa e relevante, deve ser examinada em suas escolhas, limites e implicações, reconhecendo que toda narrativa histórica, especialmente no campo do audiovisual, é resultado de processos de seleção, interpretação e construção simbólica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como objetivo analisar as relações entre gênero, política e ensino de História a partir de alguns elementos da trajetória política de Lia Rocha Varela no cenário ludovicense entre as décadas de 1970 e 1990. Partiu-se da problemática central que buscou compreender de que maneira a trajetória política de Lia Varela expressa as relações entre gênero e poder no contexto político maranhense e como sua atuação contribuiu para a formação de uma consciência crítica, especialmente no campo educacional e no debate sobre a participação feminina na política. A partir dessa perspectiva, o estudo procurou articular análise historiográfica, reflexão teórica e proposta pedagógica, evidenciando a relevância da história das mulheres para a compreensão das dinâmicas sociais e políticas do Brasil contemporâneo.

Ao longo da pesquisa, foi possível observar que a presença de Lia Varela na política de São Luís representa um importante marco no processo de ampliação da participação feminina nos espaços de poder, historicamente dominados por homens. Sua trajetória revela não apenas os desafios enfrentados por mulheres que buscaram inserir-se na política institucional em um contexto marcado por estruturas patriarcais e conservadoras, mas também evidencia as estratégias de resistência e negociação utilizadas para ocupar e exercer posições de liderança. Nesse sentido, a análise realizada permite afirmar que a experiência política de Lia Varela expressa, de maneira concreta, as tensões existentes entre gênero e poder no interior das instituições políticas brasileiras, especialmente em contextos regionais onde as desigualdades sociais e culturais se manifestam de forma intensa.

A pesquisa demonstrou que, durante o período analisado, a participação feminina na política brasileira ainda era significativamente limitada, tanto em nível nacional quanto local. Mesmo após conquistas importantes, como o direito ao voto e a ampliação da presença das mulheres no sistema educacional, persistiam barreiras estruturais que dificultavam o acesso feminino aos cargos de decisão política. Entre essas barreiras destacam-se as desigualdades de gênero presentes na cultura política, a predominância masculina nos partidos e nas estruturas de poder, bem como os estereótipos sociais que frequentemente associavam a atuação política à figura masculina. Nesse contexto, a trajetória de Lia Varela adquire relevância histórica

justamente por representar uma ruptura simbólica com esses padrões, ao demonstrar que mulheres também podem ocupar e exercer funções de liderança política.

Como educadora e agente pública, sua atuação esteve fortemente associada à defesa da educação como instrumento de transformação social e de formação cidadã. Essa dimensão reforça a importância de compreender a política não apenas como espaço de disputa institucional, mas também como campo de construção de projetos sociais e educativos voltados à ampliação da participação democrática. Nesse sentido, a trajetória de Lia Varela evidencia como a presença feminina na política pode contribuir para a introdução de novas perspectivas e sensibilidades na formulação de políticas públicas, especialmente aquelas voltadas às áreas sociais e educacionais.

A análise desenvolvida também permitiu compreender que a inserção de mulheres na política institucional não ocorre de forma isolada, mas está diretamente relacionada às transformações sociais mais amplas que marcam determinados períodos históricos. No caso do Brasil, as décadas de 1970 a 1990 foram caracterizadas por intensos processos de mudança política, incluindo os anos finais da ditadura civil-militar e o processo de redemocratização do país. Nesse contexto, a ampliação da participação social e a reorganização de movimentos políticos e sociais contribuíram para a emergência de novas lideranças e para a ampliação do debate sobre direitos, cidadania e igualdade de gênero.

Ao analisar a trajetória de Lia Varela nesse cenário, foi possível identificar que sua atuação política dialoga com essas transformações históricas, ao mesmo tempo em que revela as especificidades do contexto político maranhense. A presença de uma mulher ocupando cargos de destaque na Câmara Municipal de São Luís e assumindo interinamente a prefeitura da capital representa um acontecimento significativo para a história política local, contribuindo para ampliar as possibilidades de representação feminina nos espaços institucionais de poder. Dessa forma, a trajetória de Lia Varela não deve ser compreendida apenas como uma experiência individual, mas como parte de um processo histórico mais amplo de ampliação da participação feminina na política brasileira.

Outro ponto central da pesquisa foi a reflexão sobre o papel do ensino de História na construção de uma consciência crítica acerca das relações de gênero e poder. Ao longo do trabalho, argumentou-se que a historiografia tradicional

frequentemente invisibilizou as contribuições das mulheres para a construção da sociedade, privilegiando narrativas centradas em figuras masculinas e em eventos políticos tradicionais. A incorporação da perspectiva de gênero na análise histórica permite, portanto, ampliar as interpretações sobre o passado, evidenciando sujeitos e experiências que foram historicamente marginalizados.

Nesse sentido, o desenvolvimento de um produto educacional baseado na trajetória de Lia Varela busca contribuir para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas e críticas no ensino de História. O documentário proposto como produto educacional apresenta-se como uma ferramenta pedagógica capaz de aproximar os estudantes da história local, estimulando reflexões sobre a participação das mulheres na política e sobre as desigualdades de gênero presentes na sociedade brasileira. Além disso, o uso de recursos audiovisuais no ensino de História possibilita diversificar as metodologias de ensino, tornando o processo de aprendizagem mais dinâmico e significativo para os estudantes.

A proposta pedagógica elaborada ao longo da pesquisa dialoga com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular, que enfatiza a importância da utilização de diferentes linguagens e recursos didáticos no processo educativo. Nesse contexto, o uso do documentário como ferramenta didática contribui para estimular o pensamento crítico, a análise histórica e a reflexão sobre questões sociais contemporâneas, como igualdade de gênero, participação política e cidadania.

Portanto, ao responder à problemática inicialmente proposta, esta dissertação evidencia que a trajetória política de Lia Varela constitui um importante exemplo das relações entre gênero, poder e educação no contexto histórico brasileiro. Sua atuação política revela tanto os desafios enfrentados pelas mulheres na busca por espaços de poder quanto as possibilidades de transformação social decorrentes da ampliação da participação feminina na política.

Por fim, destaca-se que a valorização de trajetórias femininas como a de Lia Varela contribui para a construção de uma historiografia mais plural e inclusiva, capaz de reconhecer a diversidade de sujeitos que participaram da construção da história brasileira. Ao trazer à tona experiências historicamente silenciadas, o ensino de História pode desempenhar um papel fundamental na formação de cidadãos críticos e conscientes das desigualdades sociais, incentivando novas gerações a refletirem sobre os desafios da democracia e da igualdade de gênero na sociedade

contemporânea.

Dessa forma, espera-se que esta pesquisa contribua não apenas para o campo acadêmico, mas também para o fortalecimento de práticas educativas comprometidas com a promoção da justiça social, da equidade de gênero e da valorização da memória histórica das mulheres na política brasileira.

FONTES

FONTES ORAIS:

VARELA, Maria Rosa. **Entrevista. [Entrevistadora]: Sara Vitória Sousa da Costa.** São Luís, 22 jun. 2025. Entrevista concedida para o documentário "Elementos da trajetória, política e liderança".

BISPO, Domingo. **Entrevista. [Entrevistadora]: Sara Vitória Sousa da Costa.** São Luís, 22 jun. 2025. Entrevista concedida para o documentário "Elementos da trajetória, política e liderança".

FONTES DOCUMENTAIS:

SÃO LUÍS (Maranhão). Câmara Municipal. Projeto de Lei nº 49/79, de 06 de março de 1979. **Dispõe sobre a obrigatoriedade do canto do Hino Oficial da Cidade de São Luís nas escolas públicas municipais.** Assinado por Lia Rocha Varela (Presidente), Hilton de Oliveira Rodrigues (1º Secretário) e Murilo Gomes de Freitas (2º Secretário). Aprovado em sessões plenárias de 23, 27 e 28 de março de 1979. Arquivo da Câmara Municipal de São Luís, São Luís, Maranhão.

SÃO LUÍS (Maranhão). Câmara Municipal. Projeto de Lei nº 49/79 [Registro de aprovação], de 29 de novembro de 1979. **Trata do registro de aprovação e utilidade pública do Centro Espírita Olhar de Maria (Bairro da Liberdade).** Assinado por Lia Rocha Varela. Arquivo da Câmara Municipal de São Luís, São Luís, Maranhão.

SÃO LUÍS (Maranhão). Prefeitura Municipal. **Mensagem do Prefeito Municipal de São Luís à Presidência da Câmara de Vereadores,** [s.d.]. Dispõe sobre a criação da Secretaria de Urbanismo. Arquivo da Câmara Municipal de São Luís, São Luís, Maranhão.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, F.A.M. **O Leviatã sob os olhos de Mnemósine: a Ditadura Civil Militar nas trincheiras da memória**. 2016. Dissertação (Mestrado em História, Ensino e Narrativas) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2016.

ALVARES, M.L. **Interpretação e ensino: problemas da história da educação no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

ALVES JUNIOR, A.; et al. História do ensino de História: desafios para uma nova escrita de síntese. **Revista História Hoje**, v. 10, p. 294-312, 2021.

ASSUMPÇÃO, L.; PAZ, A.C.A. **Mangá e ensino de história: a relação de poderes na obra One Piece**. RELACult, 2024.

BARBOSA, L.; LIMA, J. **Educação para a equidade de gênero: projetos escolares e cidadania crítica**. São Paulo: Editora Vozes, 2020.

BARROSO, L. A repressão da ditadura civil-militar às universidades brasileiras: trajetória de professores cassados pela UFRJ. **Ensaios de História**, v. 25, n. 1, 2025.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Tradução de Heloisa Jahn. São Paulo: Nova Fronteira, 2009.

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BIROLI, F.; MIGUEL, L.F. **Gênero, raça e classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades**. In: MARQUES, Danusa; TRINDADE, Thiago Aparecido (Org.). Poder e desigualdades: gênero, raça e classe na política brasileira. São Paulo: Paço Editorial, 2019.

BITTENCOURT, C.M.F. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 5 ed – São Paulo: Cortez, 2018 – (Coleção docência em formação: Série ensino fundamental/ coordenação Selma Garrido Pimenta).

BLAY, E.A. **Gênero e políticas públicas: desafios para a igualdade**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

BLOCH, M. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOTELHO, M.S.C.; MOTTA, D.G. **A professora afrodescendente na política ludovicense**. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress, 2015. Anais eletrônicos.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. Tradução de Daniela Kern e Guilherme João de Freitas Teixeira. Porto Alegre: Zouk, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: SPM, 2004.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Brasil sem homofobia**: programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e de promoção da cidadania homossexual. Brasília: Presidência da República, 2004.

BRITISH COUNCIL. **Assessing the evidence on addressing gender inequality through girls' education in Sub-Saharan Africa**. London: British Council, 2021.

BURKE, P. **Testemunha ocular: história e imagem**. Bauru: EDUSC, 2004.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS. Aumenta a representatividade feminina na Câmara de São Luís nestas eleições municipais. **Câmara Municipal de São Luís**, 2024. Disponível em: <https://www.cmsaoluis.ma.gov.br/> . Acesso em: 05 ago. 2025.

CARNEIRO, M.M. **Educação e diversidade cultural**. São Paulo: Cortez, 2003.

CARTA CAPITAL. **Lula recria comissão de mortos e desaparecidos políticos e Brasil terá 2 novos memoriais**. 2024. Disponível em: https://www.reddit.com/r/BrasilDoB/comments/1f5iobg/lula_recria_comiss%C3%A3o_de_mortos_e_desaparecidos. Acesso em: 20 jun.2025.

CARVALHO, J.M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CASTRO, L.; MARTINS, C. **Mulheres na Política Brasileira: desafios, conquistas e trajetórias no século XX**. São Paulo: Editora Contexto, 2024.

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 2002.

CHAVES, E.S. Mulheres de direita, imprensa e o golpe de 1964: a “marcha” noticiada. **Revista de História da UEG**, Morrinhos, v. 10, n. 2, e-022104, p. 1-22, jul./dez. 2021.

COLLING, A.M. Inquietações sobre educação e gênero. **Revista Trilhas da História**, Três Lagoas, v. 4, n. 8, p. 33-48, jan./jun. 2015.

COLLINS, H.P.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

CORREA, L.O. **Audiografias históricas e ensino de história**. RELACult, 2024.

COSTA, G.K.S.S.S. Mulheres Negras: memórias da trajetória de luta e resistência dos movimentos de mulheres negras do Maranhão a partir do “Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa”. **Kwanissa: Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros**, UFMA, v.7, n.8, 2023.

COSTA, J.; et al. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

COSTA, M.A.; GONÇALVES, A.P. **Mulheres e política no Brasil: avanços, limites e desafios da representação feminina**. São Paulo: Editora Vozes, 2021.

COSTA, R.; GONÇALVES, R.M. Participação da mulher na política brasileira. **Direito e Desenvolvimento**, João Pessoa, v. 12, n. 1, p. 97-111, jan./jun. 2021.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, v. 1989, n. 1, p. 139–167, 1989.

CUNHA, L. F. da. Documentários e educação: novas perspectivas para o ensino de História. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, e240097, 2019.

CUNHA, L.; MATTOS, A.R. O movimento Escola Sem Partido e os ataques à liberdade de ensinar. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 43, 2022.

CUNHA, M.A.F. **História, historiografia e imprensa: revisitando João Goulart através dos jornais maranhenses no cotidiano escolar**. 2018. Dissertação (Mestrado em História, Ensino e Narrativas) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2018.

DREIFUSS, R.A. **1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUARTE, A.R.F. **Mulheres em movimento: o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará**. Fortaleza: EdUECE, 2009.

EMIR, D. **Vereadora Lia Varella: Um legado de ruptura e pioneirismo às mulheres de São Luís**. 2022. Disponível em: <https://diegoemir.com/2022/03/vereadora-lia-varella-um-legado-de-ruptura-e-pioneirismo-as-mulheres-de-sao-luis/> . Acesso em: 20 jun.2025.

FERNANDES, A.H. O cinema e o audiovisual na educação: reflexões de pesquisas. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão, v. 9, n. 20, 2016.

FERNANDES, R.; SANTOS, A. **Educação histórica, cultura e território: experiências de ensino crítico nas periferias brasileiras**. São Paulo: Autêntica, 2024.

FERREIRA, A.C. **Gênero e corpo político: resistências e performatividades na contemporaneidade**. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

FERREIRA, D.R. **Cotas de gênero e financiamento eleitoral: os limites da paridade no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2023.

FERREIRA, M. M. **Nos bastidores da tribuna: mulher, política e poder no Maranhão**. São Luís: EDUFMA, 2010.

FERREIRA, M.M. **Desafios do ensino de História. Estudos Históricos**. Rio de

Janeiro: FGV, 2008.

FERREIRA, M.M. Mulheres em Movimento: participação política, feminismo e resistência nos espaços públicos. **Revista de História**, v. 22, n. 39, 2015.

FERREIRA, M.M. **Nos Bastidores da tribuna: mulher política e poder no Maranhão**. Araraquara (São Paulo), 2006. 235 p. il.

FICO, C. **O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FONSECA, S.G. **Didática e prática de ensino de História**. Campinas: Papirus, 2003.

FONSECA, V.A. **Cinema e ensino de História entre debates e práticas**. História, histórias, 2017.

FORUM FOR AFRICAN WOMEN EDUCATIONALISTS (FAWE). **Gender-responsive pedagogy**: a toolkit for teachers and schools. Nairobi: FAWE, 2018.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. **The archaeology of knowledge**. Translated by A. M. Sheridan Smith. New York: Pantheon Books, 1972.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 40. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIDERICH, L.E.; CHAVES, M.P.A. A ditadura civil-militar e seus impactos no campo: a associação entre Estado, Empresários e Grileiros no processo de expropriação Rural no Maranhão. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 45, n. 98, p. 1-23, 2025.

FURLIN, Neiva. Do gênero à “ideologia de gênero” no campo das políticas educacionais: apontamentos teóricos, históricos e políticos. **Práxis Educacional**, [S. l.], v. 17, n. 44, p. 465-487, 2021.

GATTI, B.; BARRETO, E.S.S. **Base Nacional Comum Curricular: avanços, limites e disputas**. São Paulo: Cortez, 2020.

GONZALEZ, J.L. **The Story of Christianity**, Volume 1: The Early Church to the Reformation. San Francisco: HarperSanFrancisco, 1984.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GRINBERG, L. **Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965-1979**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

GUIZZO, B.S. Questões de gênero e sexualidade nas políticas educacionais no Brasil de 1981 a 2021. **Em Aberto**, Brasília, v. 35, n. 113, p. 23-41, jan./abr. 2022.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

KARAWAJCZYK, M. Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo “pátrio” de Leolinda Figueiredo Daltro. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 64-84, jan./jun. 2014.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LEITE, C.H. **Políticas públicas e educação: análise e desafios**. São Paulo: Saraiva, 2017.

LEITE, M. GUNDIM, R. Gênero, poder e representações: mulheres na política institucional. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 2, p. 1–17, 2019.

LOPES, R.F. **Arte-educação e tecnologias digitais: a produção audiovisual como estratégia pedagógica**. Espaço Acadêmico, 2024.

LOURO, G.L. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MACHADO, B.A. **Movimento de mulheres negras no Brasil: desafios e perspectivas**. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

MARTINS, S. 16 mil pessoas foram fichadas pela Ditadura Militar no Maranhão. **O Imparcial**, 01 abr. 2019.

MATTOS, J. **Masculinidades em disputa: poder, política e subjetividades no Brasil contemporâneo**. Salvador: EDUFBA, 2023.

MELLO, E.; SANTOS, R.C.G. **A pedagogia da imagem: o uso da imagem como fonte e lugar de história e memória**. RELACult, 2019.

MELO, C. **Violência política de gênero e os desafios da participação feminina no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2021.

MENDES, P.L.C.M. **Ditadura Empresarial-Militar no Maranhão e ensino: o dicionário histórico-biográfico como ferramenta pedagógica**. 2021. 173 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST), Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2021

MORAES, E.; RIBEIRO, Y. **Ensino de gênero com arte e literatura: práticas e recursos para o cotidiano escolar**. Brasília: MEC/UNESCO, 2021.

MORETTI, T.; et al. **História e documentários**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

MOTTA, R.P.S. Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades. **Topoi**, v. 9, n. 16, jan.-jun. 2008, p. 30-67.

MOTTA, R.P.S. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOURA, T.; NASCIMENTO, P. **Feminismos no Norte e Nordeste: vozes periféricas na política brasileira**. Recife: EDUFPE, 2022.

MOVIMENTO MULHERES NEGRAS DECIDEM. **Quem são as Mulheres Negras que estão mudando a política brasileira**. [S.l.]: Mulheres Negras Decidem, 2020. Disponível em: <https://www.mulheresnegrasdecidem.org>. Acesso em: 05 ago. 2025.

NAPOLITANO, M. **Como usar o cinema na sala de aula**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

NAPOLITANO, M. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NASCIMENTO, C.; FERNANDES, M. **Educação crítica e diversidade: desafios do ensino de gênero no século XXI**. Salvador: EDUFBA, 2023.

NICHOLS, B. **Introdução ao documentário**. Campinas: Papirus, 2016.

O IMPARCIAL. Câmara Municipal de São Luís. **Vereadores propõem projetos de lei voltados para mulher**. O Imparcial, 08 mar. 2019. Disponível em: <https://oimparcial.com.br/noticias/2024/03/vereadores-de-sao-luis-propoem-projetos-de-lei-voltados-para-mulher/?>. Acesso em: 05 ago. 2025.

OLIVEIRA, B.C. **O Ensino de História e as Mulheres Negras: contribuições para a formação de identidades negras no Ensino Fundamental**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Ananindeua, Mestrado Profissional em Ensino de História, Ananindeua, 2024.

OLIVEIRA, D.T.V. O papel da cultura na ditadura militar brasileira. **O Cosmopolítico**, v.12, n.7, 2015.

OLIVEIRA, S.; SOUZA, L. **Lobby do Batom: memória, articulação e conquistas das mulheres na Constituinte**. Brasília: Editora da Câmara, 2021.

PAULO, F.S. Educação popular e resistência na ditadura militar no Brasil: redes e práticas clandestinas. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 25, 2025.

PEREIRA, M. A. O uso do documentário como recurso didático no ensino de História: contribuições para o desenvolvimento do pensamento crítico. **Educação e Pesquisa**, v. 47, e229823, 2021.

PERROT, M. **História das mulheres: desafios do presente**. São Paulo: Contexto, 2019.

PINSKY, J.; PINSKY, C.B. **Por uma história prazerosa e consequente**. São Paulo:

Contexto, 2010.

PINTO, C.R.J. **Mulheres e poder: história e desafios da representação feminina no Brasil**. Porto Alegre: Zouk, 2019.

PINTO, C.R.J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINTO, R.; NASCIMENTO, V. **Desinformação, redes sociais e ensino de História: desafios para a educação crítica**. Brasília: MEC/UNB, 2023.

PITKIN, H.F. **O conceito de representação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

POMMER, R.; LOPES, L. **O jogo digital como estratégia para o ensino da História**. RELACult, 2019.

REIS FILHO, D.A. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RIBEIRO, D. **Pequeno manual antirracista**. 10. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

RIBEIRO, D.; ALMEIDA, S.C. (org.). **Educação e consciência política: antologia para jovens do século XXI**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

RIBEIRO, J.C. **Novas perspectivas em educação contemporânea**. Rio de Janeiro: Vozes, 2023.

RIDENTI, M.A. **Educação e cultura: perspectivas críticas**. Campinas, SP: Papirus, 1990.

ROCHA, L.; SALES, C.; FERREIRA, M. Mulheres em movimento: participação política, feminismo e resistência nos espaços públicos. **Revista de Políticas Públicas**, v. 24, p. 492-513, 2020, Universidade Federal do Maranhão.

ROCHA, M.; BARBOSA, D. **Ensinar história com perspectiva de gênero: práticas, desafios e possibilidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

ROSENZWEIG, R. **Clio conectada: o futuro do passado na era digital**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2022. – (Coleção História & Historiografia).

RÜSEN, J. **Razão histórica: teoria da história – os fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Editora da UnB, 2001.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, A.L. A imprensa como espaço de desafios para mulheres negras nos anos finais da ditadura. **Revista História UFBA**, v.10, n.2, 2022.

SANTOS, B.; COSTA, J. **Biografias e ensino de história: gênero, memória e representatividade nas práticas pedagógicas**. Porto Alegre: Zouk, 2024.

SANTOS, L.; SILVA, C. **Educação e diversidade: gênero, raça e direitos humanos na escola pública brasileira**. Brasília: MEC/UNESCO, 2024.

SANTOS, L.L.R. **Direitos humanos e participação política: a representação no Congresso Nacional das deputadas negras nas eleições de 2014 e 2018**. João Pessoa, 2020. 145 f. Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCLH.

SCHNEIDER, S.; LEON, A. **A utilização das TICs no ensino de História**. RELACult, 2019.

SCHUMAHER, S.; BRAZIL, É.V. (Org.). **Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SCOTT, J.W. **A cidadã paradoxal. As feministas francesas e os direitos do homem**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.

SCOTT, J.W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 15-31, 2020 (edição comentada).

SCOTT, J.W. **Only paradoxes to offer: French feminists and the rights of man**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1999.

SERRANO, K.E. **O uso das mídias no ensino de História para os anos finais do Ensino Fundamental**. 2015. Trabalho de Especialização (Curso em Mídias na Educação) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

SILVA, A.P.; FONSECA, M. **Desenvolvimento educacional e práticas pedagógicas**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

SILVA, C.C.; ALMEIDA, J. **Educação e gênero: práticas pedagógicas e políticas públicas no Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SILVA, C.C.; MENEZES, P.C. **História, Gênero e Interseccionalidades: novas abordagens para o século XXI**. Recife: UFPE, 2022.

SILVA, F.M.; et al. **Gênero e Poder: Uma Relação Histórica**. In: IX Jornada Internacional de Políticas Públicas - JOINPP, 2019, São Luiz - Maranhão. *Civilização ou Barbárie: o futuro da humanidade.*, 2019. v. IX.

SILVA, G.S. Para além da repressão e da resistência: uma releitura dos lugares de memória da Ditadura civil-militar no Brasil. **Epígrafe**, v.4, n.4, p.125-148, 2017

SILVA, L.L.S. **A ditadura civil-militar no Maranhão: um olhar sobre a documentação produzida pelos agentes do DOPS – Série “Subversão” (1964-1985)**. Monografia (Graduação em História) – Curso de História, Universidade Estadual do Maranhão, 2023.

SILVA, T.O.G. **Mulheres negras nos movimentos de esquerda durante a ditadura no Brasil (1964-1985)**. Tese (Doutorado), UFSC, 2019.

SOUZA, E. Bertha Lutz na visão de um técnico aprendiz. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 413-419, jan.-abr. 2005.

SOUZA, M.T.; TEIXEIRA, L. **História oral e gênero: experiências educativas em comunidades populares**. Salvador: EDUFBA, 2022.

THOMÉ, D. **Mulheres e poder: histórias, ideias e indicadores**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Apenas 45 cidades brasileiras têm maioria de vereadoras nas câmaras municipais**. 2020. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Marco/apenas-45-cidades-brasileiras-tem-maioria-de-vereadoras-nas-camaras-municipais?>. Acesso em: 05 ago. 2025

UNESCO. **Global education monitoring report: gender report – a new generation: 25 years of efforts for gender equality in education**. Paris: UNESCO, 2020.

UNESCO. **Transforming education for girls in Sub-Saharan Africa**. Paris: UNESCO, 2010.

UNYIMADU, J.N.; AJA-OKORIE, U. Uncovering the hidden bias: examining gender stereotypes in education in Sub-Saharan Africa. **African Research Journal of Education and Social Sciences**, v. 10, n. 1, 2023.

VARGA, I.; BATISTA, L. Saúde da população negra e da mulher como políticas públicas e campos intelectuais: subsídios para um estudo de caso sobre o racismo institucional sistêmico. **Saúde e Sociedade**, v. 25, n 3, p. 521-523 , 2016.

VIANNA, C.; UNBEHAUM, S. O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 121, p. 77-104, 2004.

VIVEIROS, C.E.P. Forças de segurança e controle sindical sob o regime militar. **Revista Germinal**, v.15, n.2, 2021.

WORLD BANK. **Girls' education and women's empowerment and gender equality**. Washington, DC: World Bank, 2022.

ZARBATO, J.A.M. As estratégias do uso do gênero no ensino de História: narrativa histórica e formação de professoras. **Revista Trilhas da História**, Três Lagoas, v. 4, n. 8, p. 49-65, jan./jun. 2015.